



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL

PROF. ALBERTO SOARES

UNIDADE I –

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA CONTABILIDADE

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | NOÇÕES PRELIMINARES DE CONTABILIDADE | 4 |
| 1.1 | Conceito de contabilidade | 4 |
| 1.2 | Objeto da contabilidade | 5 |
| 1.3 | Funções da contabilidade | 5 |
| 1.3.1 | <i>Funções administrativas</i> | 5 |
| 1.3.2 | <i>Função econômica</i> | 6 |
| 1.4 | Características da informação contábil | 7 |
| 1.4.1 | Confiabilidade | 8 |
| 1.4.2 | Compreensibilidade | 10 |
| 1.4.3 | Comparabilidade | 10 |
| 1.4.4 | Primazia da essência sobre a forma | 12 |
| 1.4.5 | Prudência | 13 |
| 1.4.6 | Relevância | 14 |
| 1.4.7 | Tempestividade | 15 |
| 1.4.8 | Verificabilidade | 15 |
| 1.5 | Usuários da contabilidade | 16 |
| 1.6 | Campo de atuação da contabilidade | 17 |
| 1.7 | Formas de atuação da contabilidade | 17 |
| 1.8 | Ramos da contabilidade | 18 |
| 1.8.1 | Contabilidade geral | 18 |
| 1.8.2 | Contabilidade aplicada | 18 |
| 1.9 | Técnicas contábeis | 19 |
| 1.9.1 | Escrituração | 19 |
| 1.9.2 | Demonstrações contábeis | 19 |
| 1.9.3 | Auditoria | 23 |
| 1.9.4 | Análise das demonstrações contábeis | 23 |
| 2 | PATRIMÔNIO, ESTADOS PATRIMONIAIS E RESULTADO | 24 |
| 2.1 | Bens | 24 |
| 2.1.1 | Bens quanto à substância | 24 |
| 2.1.2 | Bens quanto ao deslocamento | 25 |
| 2.2 | Direitos | 25 |
| 2.2.1 | Crédito de funcionamento | 25 |
| 2.2.2 | Crédito de financiamento | 25 |
| 2.3 | Obrigações | 25 |
| 2.3.1 | Débitos de funcionamento | 26 |
| 2.3.2 | Débitos de financiamento | 26 |
| 2.4 | Grandes grupos do patrimônio | 26 |
| 2.4.1 | Ativo | 26 |
| 2.4.2 | Passivo | 26 |
| 2.4.3 | Patrimônio líquido | 26 |

| | | | |
|-------------|--|--|-----------|
| 2.5 | Aspectos patrimoniais - - - - - | | 26 |
| | 2.5.1 | Aspecto jurídico - - - - - | 26 |
| | 2.5.2 | Aspecto específico - - - - - | 26 |
| | 2.5.3 | Aspecto quantitativo - - - - - | 27 |
| | 2.5.4 | Aspecto administrativo - - - - - | 27 |
| | 2.5.5 | Aspecto financeiro - - - - - | 27 |
| | 2.5.6 | Aspecto econômico - - - - - | 27 |
| | | 2.5.6.1 Situação líquida superavitária - - - - - | 28 |
| | | 2.5.6.2 Situação líquida deficitária - - - - - | 28 |
| | | 2.5.6.3 Situação líquida nula - - - - - | 29 |
| | | 2.5.6.4 Premissas básicas da existência de ativos e passivos versus situação líquida - - - - - | 29 |
| 2.6 | Fontes de financiamentos e investimentos patrimoniais | | 32 |
| | 2.6.1 | Recursos próprios - - - - - | 33 |
| | | 2.6.1.1 Capital social - - - - - | 33 |
| | | 2.6.1.2 Capital subscrito - - - - - | 33 |
| | | 2.6.1.3 Capital integralizado e capital a integralizar | 33 |
| | | 2.6.1.4 Capital autorizado - - - - - | 34 |
| | | 2.6.1.5 Capital a subscrever - - - - - | 34 |
| | 2.6.2 | Recursos de terceiros - - - - - | 35 |
| | 2.6.3 | Capital total à disposição da entidade - - - - - | 35 |
| | 2.6.4 | Investimentos - - - - - | 35 |
| | | 2.6.4.1 Capital de giro - - - - - | 35 |
| | | 2.6.4.2 Capital fixo - - - - - | 37 |
| | 2.6.5 | Diferença entre capital e patrimônio - - - - - | 37 |
| | 2.6.6 | Capital versus dinheiro - - - - - | 37 |
| 2.7 | Regimes contábeis de receitas e despesas - - - - - | | 37 |
| | 2.7.1 | Definição de receita - - - - - | 37 |
| | 2.7.2 | Definição de despesa - - - - - | 38 |
| | 2.7.3 | Equação do trabalho - - - - - | 38 |
| | 2.7.4 | Regime de caixa - - - - - | 39 |
| | 2.7.5 | Regime de competência - - - - - | 39 |
| 2.8 | Receitas recebidas e despesas pagas antecipadamente | | 41 |
| | 2.8.1 | Definição de apropriação contábil - - - - - | 41 |
| | 2.8.2 | Termos correlatos da expressão “a apropriar” - - - - - | 42 |
| 2.9 | Ingressos e saídas de recursos - - - - - | | 43 |
| | 2.9.1 | Ingressos de recursos patrimoniais - - - - - | 43 |
| | 2.9.2 | Ingressos de recursos de resultado - - - - - | 43 |
| | 2.9.3 | Saídas de recursos patrimoniais - - - - - | 43 |
| | 2.9.4 | Saídas de recursos de resultado - - - - - | 44 |
| 2.10 | Gastos no ativo e no resultado - - - - - | | 44 |
| | 2.10.1 | Definição de gasto - - - - - | 44 |
| | 2.10.2 | Gastos no ativo - - - - - | 44 |
| | | 2.10.3.1 investimentos - - - - - | 44 |
| | | 2.10.3.2 Custos - - - - - | 45 |
| | 2.10.3 | Gastos no resultado - - - - - | 46 |
| | | 2.10.4.1 Despesas e encargos- - - - - | 46 |
| | | 2.10.4.2 Perdas - - - - - | 47 |
| | 2.10.4 | Confrontação entre custos e despesas - - - - - | 47 |
| | 2.10.5 | Gasto e desembolso gerado - - - - - | 50 |

| | | |
|------------|--|-----------|
| 3 | POSTULADOS E PRINCÍPIOS CONTÁBEIS - - - - - | 50 |
| 3.1 | Postulados contábeis - - - - - | 50 |
| 3.2 | Princípios contábeis - - - - - | 50 |
| | 3.2.1 Princípio da entidade - - - - - | 51 |
| | 3.2.2 Princípio da continuidade - - - - - | 52 |
| | 3.2.3 Princípio da oportunidade - - - - - | 52 |
| | 3.2.4 Princípio do registro pelo valor original - - - - - | 52 |
| | 3.2.5 Princípio da competência - - - - - | 56 |
| | 3.2.6 Princípio da prudência - - - - - | 57 |
| 4 | FATOS CONTÁBEIS - - - - - | 57 |
| 4.1 | Definição de fatos contábeis - - - - - | 57 |
| 4.2 | Mutação patrimonial - - - - - | 58 |
| 4.3 | Classificação dos fatos contábeis - - - - - | 58 |
| | 4.3.1 Fato contábil permutativo - - - - - | 58 |
| | 4.3.2 Fato contábil modificativo - - - - - | 59 |
| | 4.3.3 Fato contábil misto - - - - - | 59 |
| 4.4 | Fatos contábeis supervenientes e insubsistentes - - - - - | 60 |
| | 4.4.1 Superveniência do ativo - - - - - | 60 |
| | 4.4.2 Superveniência do passivo - - - - - | 60 |
| | 4.4.3 Insubsistência do ativo - - - - - | 61 |
| | 4.4.4 Insubsistência do passivo - - - - - | 61 |
| 5 | EXERCÍCIOS - - - - - | 62 |
| 5.1 | Exercícios – questões subjetivas - - - - - | 62 |
| 5.2 | Exercícios – questões objetivas - - - - - | 63 |
| 5.3 | Exercícios – fixação e revisão conceitual - - - - - | 68 |
| 5.4 | Exercícios – conceitos e cálculos - - - - - | 71 |
| 5.5 | Exercícios – fatos contábeis - - - - - | 74 |
| 5.6 | Exercícios – questões extras - - - - - | 77 |
| 5.7 | Gabaritos - - - - - | 83 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - - - - - | 84 |
| | APÊNDICE A – Estudo de caso 1 – custo original - - - - - | 85 |
| | Solução I – compra à vista - - - - - | 86 |
| | Solução II – compra a prazo - - - - - | 88 |
| | APÊNDICE B – Estudo de caso 2 – custo original - - - - - | 89 |
| | ANEXO A – Tabela do ICMS 2018 - - - - - | 90 |
| | ANEXO B - Comissão de Valores Mobiliários - - - - - | 91 |
| | ANEXO C – Normas brasileiras de contabilidade (NBC) - - - - - | 92 |
| | | |
| | | |
| | | |

NOÇÕES PRELIMINARES DE CONTABILIDADE

Conceito de contabilidade

Contabilidade é a ciência que trata do estudo, registro e controle dos fatos ocorridos (fatos contábeis¹) no patrimônio das entidades, de sorte que, no final de certo período de tempo, sejam elaboradas as demonstrações contábeis², com o fim de oferecer informações sobre a situação financeira e econômica da entidade.

Contabilidade é a ciência que tem por objetivo o estudo das variações quantitativas e qualitativas, ocorridas no patrimônio (conjunto de bens, direitos e obrigações) das entidades (qualquer pessoa física³ ou jurídica⁴), mediante o registro dos fatos contábeis, os quais devem ser resumidos nos demonstrativos contábeis, que são elaborados no término do exercício social; demonstrativos estes, que evidenciam, sobretudo, a situação financeira e econômica aos usuários da informação contábil.

Segundo Hilário Franco, a Contabilidade é a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico da entidade.

A Contabilidade é a ciência que estuda fenômenos que se verificam de forma universal e, em todos os tempos, apresentando verdades (leis) em torno de um mesmo objeto (o patrimônio).

A Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos fatos contábeis de uma administração econômica. É uma ciência porque tem um objetivo, possui princípios e campo de atuação específico.

A Contabilidade é um instrumento de análise e de apoio ao processo de planejamento e de decisão, consistindo no uso básico de linguagem numérica, bem como auxiliando a administração no desempenho de seus múltiplos fins.

A Contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio à disposição da entidade, em seus aspectos: estático e dinâmico, a fim de evidenciar, por meio de demonstrativos, os efeitos dos gestores sobre o patrimônio em determinado período.

Através da contabilidade é fornecido o máximo de informações úteis para as tomadas de decisões, tanto dentro quanto fora da empresa, estudando, registrando e controlando o patrimônio.

Para o entendimento do que vem a ser a ciência da contabilidade, podemos fazer uma analogia entre as três principais ciências envolvidas no universo das entidades econômico-administrativas: um empreendimento para obter o sucesso esperado pelos investidores deve sempre passar pelas etapas de **planejamento, execução e controle** de suas ações. Dessa forma temos a Economia no planejamento das metas da empresa, a Administração na execução de suas estratégias e ações e a Contabilidade no controle do resultado dessas ações. (IUDÍCIBUS, 2006, p.87). De forma sintética, a [Figura 1](#) corrobora essa citação.

¹ Fatos administrativos ou contábeis são aqueles que provocam impactos qualitativos e/ou quantitativos no patrimônio de uma entidade.

² Demonstrações contábeis ou financeiras consistem na síntese ou resumo de toda a escrituração da entidade, relativa a certo período, denominado exercício social.

³ Pessoa física ou pessoa natural é o ser humano considerado como sujeito de direitos e obrigações.

⁴ Pessoa jurídica é um ser de existência abstrata, resultante de um agrupamento humano organizado, estável, cujos fins são de utilidade pública ou privada, inteiramente distinta dos indivíduos que a compõem, capaz de possuir e exercer direitos e contrair obrigações.

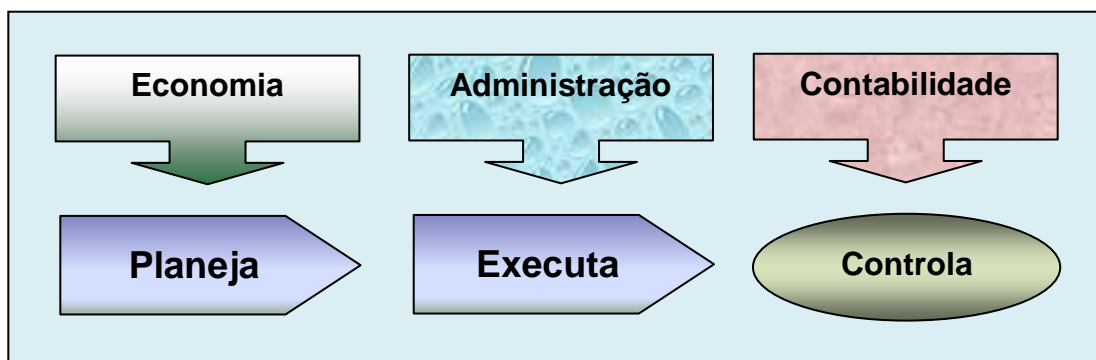


Figura 1 – Analogia entre a economia, a administração e a contabilidade

Fonte: Adaptado de Eugênio Montoto, 2011, p. 35).

Em resumo, a contabilidade abrange um conjunto de técnicas para controlar o patrimônio das organizações mediante a aplicação do seu grupo de princípios, técnicas, normas e procedimentos próprios, medindo, interpretando e informando o efeito dos fatos contábeis sobre a entidade.

Todas as movimentações existentes no patrimônio de uma entidade são registradas pela contabilidade, que resume os fatos em forma de relatórios e entrega-os aos interessados em saber como se encontra a situação financeira e econômica da entidade.

Através destes relatórios são analisados os resultados alcançados e a partir daí são tomadas decisões em relação aos acontecimentos futuros. Sendo assim, a contabilidade é a responsável pela escrituração (registro em livros próprios) e apuração destes resultados e é só através dela que há condições para se apurar o resultado: **lucro** ou **prejuízo** de determinado período.

Objeto da contabilidade

Toda ciência tem um objeto de estudo. Tem-se por objeto de estudo da contabilidade, o patrimônio das entidades (pessoas jurídicas ou pessoas físicas). Esse patrimônio é administrável, está sempre em constantes mudanças e é representado pelo conjunto de bens, direitos e obrigações suscetíveis de avaliação econômica, pertencentes a uma pessoa física, ou a um conjunto de pessoas ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente de sua finalidade, que pode ou não incluir o lucro.

Funções da contabilidade

A contabilidade possui duas funções básicas: a administrativa e a econômica.

A Contabilidade se vincula ao estudo, controle e interpretação de todos os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, fornecendo aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deverá atender igualmente bem a todos os tipos de usuários. Sendo assim, diz-se que a contabilidade desenvolve suas funções em torno do patrimônio como meio para alcançar sua finalidade.

Funções administrativas

A contabilidade tem por finalidade identificar, mensurar e comunicar a informação econômica, financeira, fiscal e social a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação, conforme as [Figuras 2 e 3](#). Resumidamente dizemos que são finalidades da contabilidade:

- controlar o patrimônio das entidades;
- prestar informações sobre o patrimônio em seus aspectos: econômico, jurídico, específico, financeiro e contábil;
- interpretar todos os fatos ocorridos no patrimônio das entidades;

- identificar e mensurar a informação contábil;
- fornecer ao usuário informações econômicas, financeiras, fiscais e sociais sobre o patrimônio.

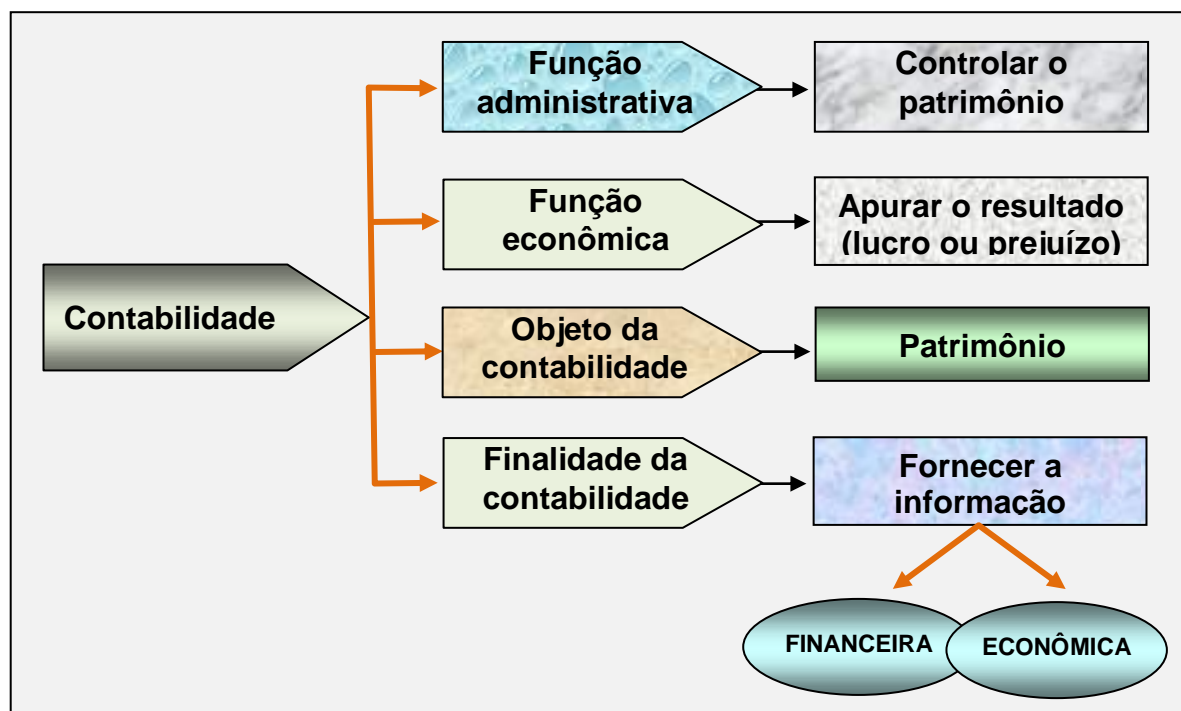


Figura 2 – Síntese de conceituação de contabilidade

Fonte: elaboração do autor.

Função econômica

A função econômica da contabilidade consiste na apuração do resultado, que é explicitado na demonstração do resultado do exercício (DRE).

O resultado (Rt) consiste na diferença entre as receitas e as despesas de uma entidade, durante certo período.

$$\text{Resultado} = \text{Receitas (-) Despesas}$$

Receitas são entradas de recursos no ativo de uma entidade, na forma de bens ou direitos que provocam aumento da situação líquida ou patrimônio líquido, em virtude de aumentar o passivo concomitantemente na mesma proporção. Assim, receitas são valores que aumentam o patrimônio líquido e que tais recursos não sejam provenientes de aporte (subsídio ou contribuição) de recursos dos próprios sócios da entidade.

A receita pode também advir de uma redução no valor do passivo, sem a redução concomitante de ativos.

Em síntese, receita são valores que, ao se agregarem ao ativo ou saírem do passivo da entidade, deixam-na mais rica.

Despesa são gastos opostos à definição de receita. Assim sendo, despesas são saídas de recursos do ativo da entidade que provocam uma redução da situação líquida ou patrimônio líquido da entidade, em virtude da não redução de passivos.

As despesas são valores que provocam redução do patrimônio líquido e que não é decorrente da retirada ou saída de sócios da entidade.

Não há receita sem despesa, por isso, costuma-se afirmar que a despesa é um valor negativo que tem por finalidade gerar um valor positivo que é a receita.

Levando-se em conta a expressão matemática do resultado (sua definição), tem-se:

- resultado positivo ou lucro, quando os valores de receitas forem maiores do que os de despesas: ($R > D$);
- resultado negativo ou prejuízo, quando os valores de receitas forem menores do que os de despesas: ($R < D$);
- resultado nulo ou neutro quando houver igualdade entre os valores de receitas e despesas: ($R = D$).

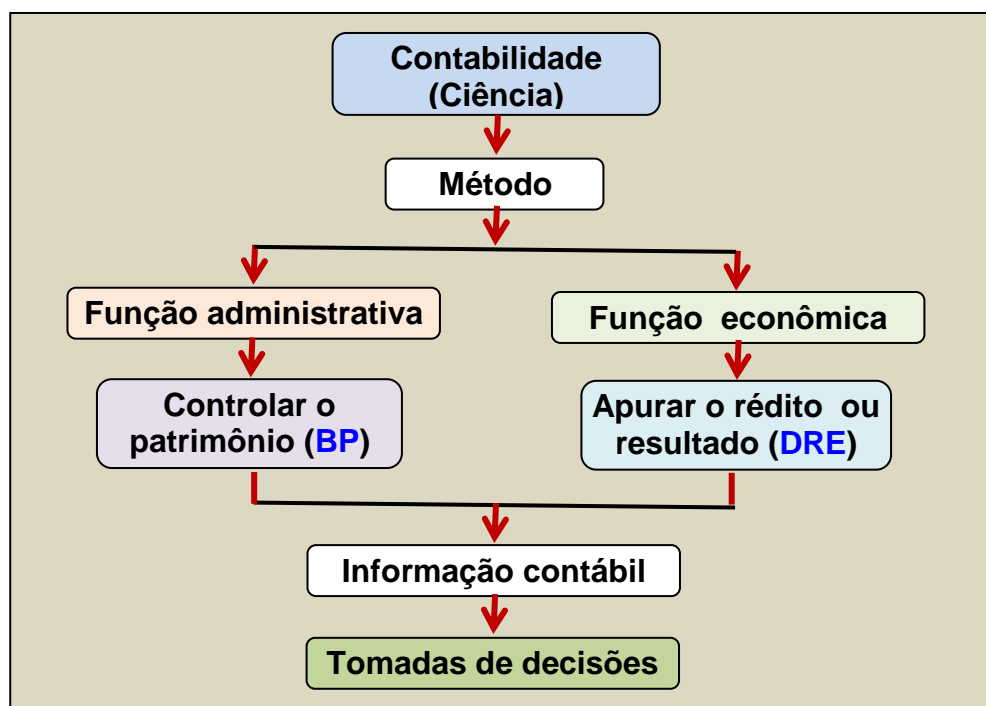


Figura 3 – Diagrama das funções da contabilidade

Fonte: Adaptado de Viceconti e Neves (2018, p.1)

Características da informação contábil

Analisando-se o conceito de Contabilidade, denota-se que o seu objetivo geral consiste na geração de informações que devem ser utilizadas pelos seus usuários em decisões que buscam a realização de interesses e objetivos próprios. A precisão dessas informações depende sempre da observância dos princípios e normas contábeis. Assim, pode-se afirmar que as informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos usuários base segura as suas decisões, considerando-se o estado em que se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

As informações geradas pela Contabilidade são classificadas em quantitativas e qualitativas, as quais podem ser expressas tanto em termos físicos quanto monetários. As informações quantitativas devem possibilitar ao usuário a avaliação da situação e das tendências deste com o menor grau de dificuldade possível. Através da informação contábil é possível que o usuário possa:

- observar e avaliar o comportamento da entidade;
- comparar seus resultados com os de outros períodos ou entidades;
- avaliar seus resultados à luz dos objetivos estabelecidos;
- projetar seu futuro nos marcos políticos, sociais e econômicos em que se insere.

Para que o usuário alcance, fidedignamente, os requisitos acima, conclui-se que deve haver consistência nos procedimentos que a entidade utiliza em diferentes períodos e, tanto quanto possível, também entre entidades distintas que pertençam a um mesmo mercado, de forma que o usuário possa extrair tendências quanto à vida da entidade bem como a sua posição em face das demais entidades ou mesmo do mercado inteiro.

A informação contábil se expressa por diferentes meios tais como demonstrações contábeis, registros permanentes e sistemáticos; prognósticos, descrições críticas ou

A Sabedoria é a única arma invencível de um povo

quaisquer outros utilizados no exercício profissional ou previstos na legislação. Afirmar-se ainda que as informações contábeis se revestem dos seguintes atributos: confiabilidade, compreensibilidade, comparabilidade, integralidade, materialidade, relevância, primazia da essência sobre a forma, tempestividade e verificabilidade.

De acordo com o CPC 00, para que a informação contábil-financeira seja útil, ela precisa possuir **características qualitativas fundamentais** e **características qualitativas de melhoria**. Essas características garantem que a informação contábil-financeira será relevante e representará com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira será melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

São características qualitativas fundamentais:

- confiabilidade ou representação fidedigna
- relevância ou materialidade

São características qualitativas de melhoria:

- comparabilidade
- compreensibilidade
- tempestividade
- verificabilidade

Confiabilidade

A confiabilidade, também chamada de **fidedignidade** ou **representação fidedigna** é um atributo da informação contábil que faz com que o usuário aceite a informação e a utilize como base de decisões, fundamentando-se na veracidade, completeza e pertinência.

A veracidade exige que as informações contábeis não contenham erros ou vieses e sejam elaboradas em rigorosa consonância com os Princípios de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), e, na ausência de norma específica, com as técnicas e procedimentos respaldados na ciência da Contabilidade, nos limites de certeza e previsão por ela possibilitados.

Completeza

A completeza diz respeito ao fato de a informação compreender todos os elementos relevantes e significativos sobre o que pretende revelar ou divulgar, tais como transações, previsões, análises, demonstrações, juízos ou outros elementos.

Para ser realmente útil, informação contábil deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A fidedignidade é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material** tanto quanto possível.

A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno qualquer retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica, mas sim a sua essência.

A omissão de algumas informações pode fazer com que a representação do fenômeno econômico ou outro qualquer seja falsa ou enganosa, não sendo útil para os usuários da contabilidade. Por exemplo, a descrição completa de um bem patrimonial deve incluir a representação numérica do montante agregado a esse bem, juntamente com outras informações quantitativas, descritivas e explicativas, necessárias para representar fielmente esse bem.

Em alguns casos, a completeza pode incluir a evidenciação de informação sobre questões, tais como os fatores que afetaram a utilização de um produto no passado ou que podem impactar a sua utilização no futuro; e a base e o processo para determinar a sua representação numérica. Por exemplo, suponha-se que uma farmácia tenha 1.000 frascos de certo medicamento que vence daqui a 90 dias e que nos 90 dias passados, a farmácia

vendeu apenas 600 frascos desse medicamento. Nessa situação, se informarmos apenas 1.000 frascos vencidos a 90 dias, sem relatar como foi o comportamento das vendas nos 90 dias passados, então, a informação se apresenta incompleta, pois, observa-se que, com base no passado, provavelmente, 400 frascos do medicamento não serão vendidos e tornar-se-ão vencidos.

Do mesmo modo, as informações financeiras e não financeiras prospectivas⁵ e a informação sobre o cumprimento dos objetivos e dos resultados incluídos nos relatórios contábeis devem ser apresentadas em conjunto com as premissas-chave e quaisquer explicações que sejam necessárias para assegurar que a sua representação seja completa e útil para os usuários. Por exemplo, se a empresa afirma que pretende abrir uma filial daqui a cinco anos; essa informação deve estar fundamentada em prospecto⁶ que contenha o orçamento de capital a ser investido na filial.

Neutralidade

A neutralidade ou veracidade da informação contábil corresponde à ausência de viés. Isso significa que a seleção e a apresentação das informações financeiras e não financeiras não devem ser feitas com a intenção de se atingir um resultado particular predeterminado, por exemplo, suponha-se que certa empresa revela informações apenas para influenciar a avaliação dos usuários acerca da prestação de contas e responsabilização (*accountability*)⁷ por parte dela própria, ou para influenciar uma decisão ou julgamento que está para ser feito, ou, ainda, para induzir a determinado comportamento.

A informação neutra representa fielmente os fenômenos econômicos e outros fenômenos que ela se propõe a representar. Contudo, exigir que a informação incluída nos relatórios contábeis seja neutra não significa que não haja propósito ou que não influencie algum comportamento. A relevância é uma característica qualitativa, e, por definição, a informação relevante é capaz de influenciar as avaliações e as decisões dos seus usuários.

Os fenômenos econômicos e outros fenômenos representados nos relatórios contábeis ocorrem normalmente sob condições de incerteza. Desse modo, a informação incluída nesses relatórios, frequentemente, apresenta estimativas que incorporam o julgamento de valor dos gestores.

Para representar fielmente o fenômeno econômico ou de outra natureza, a estimativa deve ser baseada em dados apropriados e cada um deles precisa refletir a melhor informação disponível. Deve-se ter o devido cuidado ao se lidar com condições de incerteza. Às vezes, pode ser necessário divulgar explicitamente o nível de incerteza das informações financeiras e não financeiras para representar fielmente fenômenos econômicos ou de outra natureza.

Estar livre de erro material não significa exatidão completa em todos os aspectos. Estar livre de erro material significa que não há erros ou omissões que sejam individual ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno, e que o processo utilizado para produzir a informação relatada foi aplicado conforme descrito.

Em alguns casos, pode ser possível determinar a exatidão de alguma informação incluída nos relatórios contábeis, por exemplo, o montante da transferência de disponibilidades da conta corrente para aplicações financeiras; o valor pago pela aquisição de item do imobilizado. Entretanto, em outros casos, pode não ser possível determinar a exatidão da informação, por exemplo, pode não ser possível estimar a eficácia de programa de

⁵ *Prospecção é um processo sistemático para ver o futuro a longo prazo da ciência, da tecnologia, da economia, do meio ambiente e da sociedade, identificando as tecnologias genéricas emergentes e as áreas estratégicas de pesquisa prováveis para o campo econômico e para os benefícios sociais.*

⁶ **Prospecto:** condição de algo que possa acontecer; que seja provável. Condição daquilo que é provável ou que tende a acontecer

⁷ **Accountability** é a predisposição absoluta em assumir responsabilidade individual. Esse termo expressa uma ideia concreta de prestação de contas, por exemplo, um empregado presta conta a seus superiores pelo que ele fez ou produziu.

prestação de serviços com exatidão, ou seja, o valor ou custo dos bens que venham ser utilizados.

Na situação do exemplo acima, a estimativa está livre de erro material se o montante for descrito claramente como uma estimativa; se a natureza e as limitações do processo de estimativa forem explicadas e se nenhum erro material tiver sido identificado na seleção e na aplicação do processo de elaboração da estimativa.

Compreensibilidade

A informação contábil deve ser exposta na forma mais compreensível ao usuário a quem se destina. A compreensibilidade presume que o usuário disponha de conhecimentos de contabilidade e dos negócios e atividades da entidade, em nível que o habilite ao entendimento das informações colocadas a sua disposição, desde que se proponha analisá-las em tempo e com profundidade necessários.

Esse atributo concerne à clareza e objetividade com que a informação contábil é divulgada, abrangendo desde elementos de natureza formal, como a organização espacial e recursos gráficos empregados, até a redação e técnica de exposição utilizadas. A organização espacial, os recursos gráficos e as técnicas de exposição devem promover o entendimento integral da informação contábil, sobrepondo-se, pois, a quaisquer outros elementos, inclusive de natureza estética. As notas explicativas e os relatórios da administração podem conter recursos gráficos que contribuam no entendimento da informação contábil, por exemplo, um gráfico sobre o comportamento das vendas do período; um gráfico sobre o comportamento das compras do período e, assim, por diante.

As informações contábeis devem ser expressas no idioma nacional, sendo admitido o uso de palavras em língua estrangeira somente no caso de manifesta inexistência de palavras com significado idêntico na língua portuguesa.

A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. Os relatórios contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. Por exemplo, as explicações acerca das informações financeiras e não financeiras e as informações adicionais acerca da prestação de serviços e outros resultados durante o exercício, além das expectativas para os períodos futuros, devem ser escritas em linguagem simples e apresentadas de maneira que sejam prontamente compreensíveis pelos usuários.

A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta. A comparabilidade pode também aprimorar a compreensibilidade. Espera-se que os usuários dos relatórios contábeis tenham conhecimento razoável das atividades da entidade e do ambiente no qual ela funciona, além de serem capazes e preparados para lerem tais relatórios, revisar e analisar a informação apresentada com a diligência apropriada.

Alguns fenômenos econômicos e de outra natureza são particularmente complexos e difíceis de serem representados nos relatórios contábeis, e alguns usuários podem precisar de ajuda de assistente para auxiliá-los em sua compreensão. Todos os esforços devem ser realizados para representar os fenômenos econômicos e de outra natureza incluídos nos relatórios contábeis de maneira que seja compreensível para a grande quantidade de usuários. Contudo, a informação não deve ser excluída desses relatórios somente pelo fato de ser muito complexa ou ser difícil para alguns usuários compreenderem sem a devida assistência.

Comparabilidade

A comparabilidade deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo do tempo, numa mesma entidade ou em diversas

entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas. A concretização da comparabilidade depende da conservação dos aspectos substantivos e formais das informações.

Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação.

Consistência ou uniformidade

A comparabilidade demanda o que chamamos de consistência ou uniformidade. A consistência significa que todos os critérios utilizados contabilmente em determinado período devem ser mantidos ao longo do tempo para que as demonstrações contábeis dos diversos períodos e das diversas datas sequenciais sejam comparáveis entre si, permitindo ao usuário a extração de informações úteis e com alguma capacidade de apontar tendências futuras.

A ideia é que especificamente uma determinada entidade mantenha, ela mesma, ao longo do tempo, uma consistência ou uniformidade nos seus procedimentos.

Quando se fala em consistência, é importante que se entenda a manutenção de todos os critérios de avaliação de ativos, passivos, receitas, custos e despesas, mas também dos critérios relativos à classificação desses mesmos itens no balanço patrimonial e na demonstração de resultados, ou em outros demonstrativos contábeis. É fundamental também que haja consistência no que se refira aos períodos abrangidos por essas mesmas demonstrações.

A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-lo. Em alguns casos, os princípios ou políticas contábeis adotados pela entidade podem ser revisados para melhor representar determinada transação ou evento nos relatórios contábeis. Nesses casos, a inclusão de evidenciação ou explicação adicional pode ser necessária para satisfazer às características da comparabilidade.

A consistência é fundamental efetivamente para que se tenha a característica comentada da comparabilidade, já que, por exemplo, a mudança de critério de avaliação de estoques, de determinação dos encargos de depreciação, de apropriação dos encargos financeiros (juros simples e juros compostos) ou outras tiram a capacidade de o usuário efetuar comparações, análises e previsões.

Ressalta-se o fato de que a existência da consistência ou uniformidade não significa que a empresa não possa mudar de critérios de avaliação, classificação, períodos etc. Significa que eles não devem ser mudados continuamente, mas apenas quando houver necessidade imperiosa.

É fundamental que nas primeiras demonstrações publicadas após a mudança sejam fornecidas informações sobre o que mudou; é muito importante e não se pode jamais esquecer de colocar em notas explicativas, quais os efeitos em reais, trazidos por essas modificações introduzidas em todas as demonstrações contábeis para que o usuário possa avaliar o seu efeito e comparar com o que seriam as novas peças contábeis, se essas modificações não tivessem sido introduzidas.

A comparabilidade também difere da uniformidade, conforme a seguinte elucidação: para que a informação seja comparável, coisas semelhantes devem parecer semelhantes e coisas distintas devem parecer distintas. A ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.

A comparabilidade da informação nos relatórios contábeis não é aprimorada ao se fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes, assim como ao fazer com que coisas semelhantes pareçam distintas. Por exemplo, comparando-se a informação contábil entre duas entidades em que uma controla seus estoques por média móvel ponderada e a outra, pelo critério PEPS – primeiro que entra é o primeiro que sai.

A informação sobre a situação patrimonial da entidade, o desempenho, os fluxos de caixa, a conformidade com os orçamentos aprovados ou com outra legislação relevante ou com os demais regulamentos relacionados à captação e à utilização dos recursos, o desempenho da prestação de serviços e os seus planos futuros, é necessária para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. A utilidade de tal informação é aprimorada se puder ser comparada com, por exemplo:

- a) informações financeiras e não financeiras prospectivas anteriormente apresentadas para aquele exercício ou data do relatório;
- b) informação similar sobre a mesma entidade referente a algum outro exercício ou a algum outro momento no tempo; e
- c) informação similar sobre outras entidades, por exemplo, entidades concorrentes prestando serviços semelhantes em jurisdições distintas, para o mesmo exercício.

A aplicação consistente dos princípios contábeis, das políticas e da base de elaboração para as informações financeiras e não financeiras prospectivas aprimora a utilidade de qualquer comparação entre os resultados projetados e os reais. A comparabilidade com outras entidades pode ser menos significativa para as explicações da percepção ou opinião dos gestores acerca de fatores relacionados ao desempenho atual da entidade.

Aconselha-se a uniformidade na adoção de critérios de avaliação, para que a comparabilidade dos demonstrativos contábeis não seja prejudicada. Uma vez adotado um critério, deve-se usar o mesmo tratamento para os fatos contábeis posteriores. A permanência dos mesmos critérios propicia aos usuários maior eficiência na comparação dos relatórios contábeis de diversos períodos.

Consistência é um dos critérios mais importantes em todo o esquema contábil. O critério que se adota entre vários igualmente válidos, não deve ser alterado ao longo do tempo. Uma vez que se altere ou mude algum critério deverá ser feita uma nota explicativa quando da elaboração do balanço patrimonial. Resumidamente, devem-se manter os mesmo critérios para determinado período de tempo.

Primazia da essência sobre a forma

Talvez a mais importante de todas as características é valorizar a essência de cada operação ao invés do que está descrito em qualquer documento, nota fiscal ou contrato.

Entende-se por primazia da essência sobre a forma, como a correta classificação econômica de uma transação, desprezando-se, na medida do possível, a legalidade de certos documentos, contratos, notas fiscais etc., que deem suporte à transação. A primazia da essência sobre a forma visa contabilmente demonstrar os valores próximos da realidade. Isso permite que as demonstrações contábeis transpareçam simplesmente a realidade econômica da empresa, facilitando sua boa gestão, desprezando a demonstração da forma legal da transação.

Exemplo.

Suponha que há dois anos, certa empresa comprou uma máquina para o seu imobilizado. Essa máquina foi registrada pelo seu valor original de custo de aquisição (valor legal). Sabe-se que de lá para cá, essa máquina valorizou-se muito no mercado: 30% , por exemplo. Nessa situação, é preciso aplicar a **primazia da essência sobre a forma**, mediante a atualização do valor da máquina, de acordo com a realidade. Esse procedimento será feito, apenas para atender os aspectos gerenciais (contabilidade gerencial), pois na contabilidade

fiscal ou financeira, essa máquina só pode sofrer alteração de seu valor original, mediante a comprovação de benfeitorias e/ou desgastes. Sendo assim, tem-se que a benfeitoria acresce o valor do bem, enquanto o desgaste o desvaloriza.

A legalidade nem sempre é consistente para com a essência das transações, ou seja, há informações contábeis em que seus aspectos legais são eventualmente inúteis à boa gestão da empresa.

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância (essência) e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

A essência das transações ou outros eventos nem sempre é consistente com o que aparenta ser com base na sua forma legal ou artificialmente produzida. Por exemplo, uma entidade pode vender um ativo a um terceiro de tal maneira que a documentação indique a transferência legal da propriedade a esse terceiro; entretanto, poderão existir acordos que assegurem que a entidade continuará a usufruir os benefícios econômicos gerados pelo ativo e o recomprará depois de certo tempo por um montante que se aproxima do valor original de venda, acrescido de juros de mercado durante esse período. Em tais circunstâncias, reportar a venda não representaria adequadamente a transação formalizada, já que não haverá a transferência da posse do bem.

A essência sobre a forma requer um senso de julgamento muito crítico. Na verdade, para que se entenda essa característica leia-a assim:

“essência econômica sobre a forma jurídica”

Um exemplo clássico que envolve essa característica da informação é a **depreciação**. No Brasil, a depreciação de um bem é determinada pela legislação fiscal, por exemplo, um veículo para transporte de mercadorias, terá uma taxa de depreciação de 25% ao ano. Sendo assim, num período de quatro anos, ele estará cem por cento depreciado para efeitos fiscais. Se nos valermos da essência sobre a forma, depreciaremos esse bem em prazo bem maior, digamos 10 anos, com base no nosso julgamento.

Outro exemplo bastante recorrente nas entidades é a realização de contratos de leasing, onde a verdadeira operação é um contrato de compra e venda (leasing financeiro). Nesse caso o bem deve ser ativado e os valores mensais devem ser reconhecidos como um financiamento

Podemos ainda citar mais um exemplo, que se refere à classificação contábil da caderneta de poupança. Se determinada empresa mantiver os valores em poupança apenas por possuir folga de caixa e ao mesmo tempo como uma forma de aplicação conservadora diante das incertezas próprias de outras espécies de aplicações, mas pretendendo utilizar-se da possibilidade de sacar os valores a qualquer momento, então sua classificação correta será o grupo de disponibilidades; mas se a conta em questão representar uma forma de aplicação financeira que demonstra o propósito da empresa em manter o valor depositado, com prazo indefinido, ela deve ser registrada no ativo não circulante.

A dificuldade da prática dessa característica no Brasil está no excesso de leis tributárias.

Prudência

As incertezas que inevitavelmente cercam muitos eventos e circunstâncias são reconhecidas pela divulgação de sua natureza e extensão e pelo exercício da prudência na elaboração das demonstrações contábeis. Prudência é a inclusão de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas exigidas de acordo com as condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência

não permite subvalorizar deliberadamente ativos ou receitas, ou a superavaliação deliberada de passivos ou despesas. Ou seja, a prudência não permite viés.

Um exemplo dessa característica pode ser um contrato celebrado entre duas empresas com cláusula de reajuste acordado entre as partes, em cuja redação não constou o índice econômico a ser adotado. De sorte que no momento da entrega do bem pela empresa vendedora, ela calculou o valor da fatura pelo maior índice, uma vez que o contrato prevê reajuste, mas não define o índice. A empresa compradora, por sua vez, ao receber a cobrança na entrega do bem, certamente irá discordar da adoção do maior índice e pleiteará a adoção de um índice de correção menor.

O contador da empresa vendedora, diante de tal situação, caso esteja em fase de elaboração de demonstrações contábeis, deverá adotar, por prudência o menor índice para determinar o **contas a receber** da empresa. Em contrapartida, o contador da empresa compradora deverá adotar o maior índice para determinar o **contas a pagar** da empresa..

Relevância

A **relevância ou materialidade** estabelece que a contabilidade não deve-se preocupar com valores e fatos irrelevantes, tanto do ponto de vista de registro quanto de controle. Dessa forma, a informação contábil deve ser relevante, justa e adequada, cabendo ao profissional ou administrador considerar a relação custo x benefício da informação que será gerada, evitando a perda de recursos e de tempo da entidade.

Um exemplo muito comum em qualquer entidade, é revelado nos materiais de expediente tais quais papéis, impressos, lápis, caneta etc. Quando esses materiais são utilizados, verifica-se uma diminuição do ativo da empresa. Essa redução poderia, teoricamente, ser lançada nos registros contábeis à medida que se constate a sua ocorrência, entretanto, pela sua não relevância, esse lançamento não é feito, sendo a despesa apurada somente no final do exercício por diferença de estoques, dado os seus pequenos valores unitários.

As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm **valor confirmatório, preditivo ou ambos**. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não considerá-la ou já estiverem cientes dela.

*As informações financeiras e não financeiras têm valor **confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas (ou presentes)**. Por exemplo, a informação é relevante, para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, se confirmar as expectativas sobre questões, tais como:*

- a) a extensão na qual os gestores cumpriram as suas responsabilidades pelo uso eficiente e eficaz dos recursos;
- b) a realização dos objetivos especificados da prestação de serviços; e
- c) o cumprimento da legislação e de regulamentos orçamentários, além de outros.

Os relatórios contábeis podem apresentar informação acerca dos objetivos, custos e atividades previstas de prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocadas na prestação de serviços no futuro. Tal informação voltada para o futuro tem **valor preditivo** e é relevante para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

A informação sobre fenômenos econômicos e outros que existam ou já tenham ocorrido também pode ter valor preditivo ao auxiliar a formar expectativas sobre o futuro. Por exemplo, a informação que confirma ou refuta expectativas passadas pode reforçar ou alterar expectativas sobre o desempenho e os resultados da prestação de serviços que possam ocorrer no futuro.

As funções confirmatória e preditiva da informação são inter-relacionadas, por exemplo, a informação sobre o nível e a estrutura atual dos recursos da entidade e as demandas por esses recursos auxilia os usuários a confirmarem o resultado das estratégias de gestão durante o período, além de preverem a capacidade da entidade em responder às mudanças e às necessidades previstas relacionadas à prestação de serviços no futuro. A mesma informação auxilia a confirmar ou a corrigir as expectativas e previsões passadas dos usuários acerca da capacidade da entidade de responder a tais alterações. Auxilia também a confirmar ou corrigir as informações financeiras prospectivas incluídas nos relatórios contábeis de propósito geral (RCPGs) anteriores.

Em síntese, os desperdícios de tempo e dinheiro devem ser evitados, aplicando-se os princípios contábeis apenas para eventos dignos de atenção (relevantes). Essa característica trata da possibilidade de muitas vezes, o benefício adicional gerado pela informação contábil ser superado pelo custo para gerá-lo. Sendo assim, um empréstimo pequeníssimo, por exemplo, concedido a funcionários, prescinde o absoluto rigor dos princípios contábeis.

Os fatos de importância irrelevante podem ser desconsiderados, mesmo que prejudiquem a exatidão dos resultados. O consumo de materiais de pequena monta (materiais de limpeza, por exemplo) pode ser considerado despesa no ato da compra, pois, o controle de estoque seria um desperdício de tempo e dinheiro e não implicaria resultados diferentes.

O contador não deve dar um tratamento rígido para as coisas triviais ou insignificantes que trarão benefícios que não justifiquem o custo do seu trabalho. O bom senso deve prevalecer em estabelecer aquilo que é relevante, que trará utilidade para os usuários da contabilidade. Resumidamente, antes das decisões, deve-se analisar a relação custo/benefício.

Tempestividade

A tempestividade refere-se ao fato de a informação contábil ter de chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins. Para as informações contábeis preparadas e divulgadas sistematicamente, tais como as demonstrações contábeis, a periodicidade deve ser mantida. Entretanto, se por qualquer motivo a periodicidade for alterada, o fato ou razões dessa alteração devem ser divulgados juntamente com a própria informação.

Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

Alguns itens de informação podem continuar sendo úteis por bastante tempo após a publicação do relatório ou após o encerramento do exercício. Por exemplo, para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, os usuários dos relatórios contábeis podem precisar avaliar as projeções do desempenho da entidade e a sua conformidade com os orçamentos por vários exercícios.

Verificabilidade

A verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos relatórios contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

A suportabilidade, ou seja, a qualidade referente àquilo que dá suporte a algo, algumas vezes é utilizada para descrever essa qualidade, quando aplicada em relação à informação explicativa e à informação quantitativa financeira e não financeira prospectiva divulgada nos relatórios contábeis.

Quer referida como verificabilidade ou como suportabilidade, essa característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, em que:

- a) a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou
- b) o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

Verificação direta versus verificação indireta

Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado. Um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas também pode ser utilizado. A verificação pode ocorrer de forma **direta ou indireta**.

A verificação direta, como o próprio nome sugere, ocorre por meio de uma observação direta. Por exemplo, o usuário da informação pode verificar quantas unidades de determinado item a entidade possui em seu estoque.

Note que nesse tipo de verificação, o elemento é verificado em si mesmo, por exemplo:

- a) a contagem física: haja vista uma contagem de caixa;
- b) a observação direta sobre determinado elemento: haja vista a observação de títulos negociáveis e suas cotações de preço;

Por outro lado, a verificação indireta demanda a utilização de modelos, fórmulas outras técnicas de cálculo, para que o usuário possa checar os dados de entrada e recalculer os resultados obtidos. Por exemplo, se a entidade utiliza o método de avaliação de estoques PEPS (Primeiro que entra, primeiro que sai), o usuário, de posse das informações da entidade, pode recalculer os valores do custo das mercadorias vendidas no período e verificar se a informação reportada pela entidade está correta.

Em síntese, tem-se:

- Verificação direta: por meio da observação direta.
- Verificação indireta: por da utilização de modelo, fórmulas ou técnicas para cálculo, de posse dos dados de entrada.

Pode ser que os usuários não consigam verificar algumas explicações e alguma informação contábil-financeira sobre o futuro (*forward-looking information*) até que o período futuro chegue. Nesse caso, para auxiliar os usuários a decidirem se desejam utilizar a informação, normalmente, é necessário divulgar as premissas subjacentes, os métodos que foram adotados para obter a informação e outros fatores e circunstâncias que suportam a informação.

Os relatórios contábeis podem incluir informação financeira e outra informação quantitativa, além de explicação sobre (a) as influências-chave a respeito do desempenho da entidade durante o período; (b) os efeitos ou resultados futuros projetados dos programas de prestação de serviços realizados durante o período; e (c) informações financeiras e não financeiras prospectivas. Pode não ser possível verificar a exatidão de todas as representações quantitativas e explicações de tal informação até o período futuro.

Para ajudar a assegurar aos usuários de que a informação quantitativa financeira e não financeira (prospectivas) e as explicações incluídas nos relatórios contábeis representam fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza os quais se pretende representar, deve haver transparência nas premissas observadas em relação à informação divulgada, nas metodologias adotadas na compilação dessa informação e nos fatores e nas circunstâncias que apoiam quaisquer opiniões expressas ou evidenciações feitas. Isso possibilita aos usuários formar opinião sobre a adequabilidade dessas premissas e sobre o método de compilação, mensuração, representação e interpretação da informação.

Usuários da informação contábil

Um dos objetivos da contabilidade é “prover os seus usuários de demonstrações financeiras com informações que os ajudarão a tomar decisões.” De acordo com o item 9 do CPC sobre a estrutura conceitual são usuários da contabilidade:

- a) investidores: são os provedores de capital de risco; sendo assim, eles necessitam de informações para ajudá-los a decidir se devem comprar, manter ou vender investimentos em sociedades; esses investidores estão também interessados em informações que os conduzam a avaliar se a entidade tem capacidade de distribuir dividendos e pagar juros;
- b) empregados: a classe trabalhadora, inclusive seus representantes (sindicatos) estão interessados em informações sobre a estabilidade e a lucratividade de seus empregadores; interessa a essa categoria avaliar a capacidade que tem a entidade de prover sua remuneração, seus benefícios de aposentadoria e suas oportunidades de emprego;
- c) credores por empréstimos: essa categoria está interessada em informações que lhes permitam determinar a capacidade de a entidade pagar seus empréstimos, inclusive os juros no devido vencimento;
- d) fornecedores: são credores da entidade, interessados em informações que lhes permitam avaliar se as importâncias que lhes são devidas serão pagas nos respectivos vencimento;
- e) clientes: os clientes têm interesse em informações sobre a continuidade operacional da entidade, especialmente quando têm um relacionamento a longo prazo com ela ou dela dependem, como um fornecedor importante;
- f) governo: os governos têm interesse nas informações contábeis, a fim de que possa regulamentar as atividades das entidades, bem como estabelecer políticas fiscais, que servem de base para a determinação da renda nacional;
- g) público: as entidades afetam o público de diversas maneiras; elas podem, por exemplo, contribuir de forma substancial à economia local de vários modos, inclusive empregando pessoas e utilizando fornecedores locais.

Campo de atuação da contabilidade

Aplica-se a Contabilidade às entidades **econômico-administrativas**, são assim chamadas aquelas que, para que desenvolvam seu objetivo, seja ele econômico seja social (ideal), elas necessitam de bens patrimoniais e de órgão administrativo, que pratique atos de natureza econômica necessários a seus fins. Tais entidades são também denominadas de **aziendas**.

As entidades, para atingir seus objetivos econômicos ou sociais se utilizam de bens e direitos patrimoniais, necessitando de um órgão administrativo que execute os atos necessários a seus fins. A esse conjunto de atos e de eventos ocorridos na entidade, denominamos de **gestão** que é avaliada em períodos de tempo, chamados de **período administrativo**.

Atenção!

Entidade é qualquer pessoa física ou jurídica detentora de um patrimônio.

Pessoa física: é a pessoa natural, é toda pessoa enquanto sujeito de direitos e obrigações.

Pessoa jurídica: é uma entidade criada por lei (pelo direito) e que representa a vontade de um conjunto de pessoas que se reúnem para explorar determinada atividade, por exemplo, as sociedades empresárias, as associações, as fundações, os entes públicos tais como a União, as unidades federativas, os municípios etc.

O empresário individual, para efeitos tributários, equipara-se a uma pessoa jurídica. Nessa afirmação, não se enquadram os profissionais liberais e autônomos.

Ainda nessa categoria de empresário individual, a Lei Complementar nº 128/08 criou a figura do microempreendedor (MEI), e a Lei nº 12.241/11 instituiu a Empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli).

Formas de atuação da contabilidade

Diz-se que a contabilidade é a ciência aplicada que capta, registra, acumula e interpreta os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade. Essa afirmação é mais bem compreendida na Figura 4.

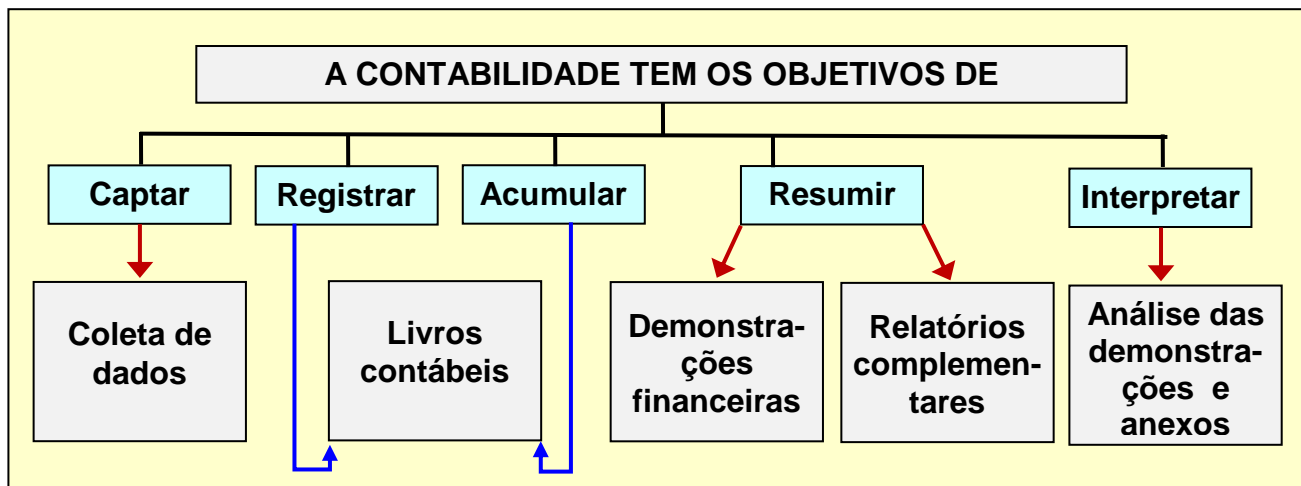


Figura 4 – Formas de atuação da contabilidade

Fonte: Adaptado de LENZA, Pedro. Contabilidade geral: esquematizado, 2011, p.39

A figura acima descreve a forma de atuação da contabilidade das entidades. Conforme essa figura, denota-se que não há contabilidade sem a coleta e o registro de ocorrências que impactam qualitativa e/ou quantitativamente o patrimônio. À medida que são feitos os registros, eles acumulam-se, de sorte que no final do exercício social, sejam resumidos, originando os demonstrativos contábeis que devem ser interpretados através da técnica da análise das demonstrações.

Ramos da contabilidade

A Contabilidade, como qualquer outra ciência, subdivide-se em dois grandes segmentos:

Contabilidade geral

É o estudo da Contabilidade Teórica, ou seja, a dissertação científica das leis contábeis. Abrange o estudo de toda a fenomenologia contábil, desde a teoria da empresa, até o estudo puro ou de abstração dos fatos. Em síntese, é representada pelo conjunto de normas e princípios contábeis.

Contabilidade aplicada

Consiste na aplicação dos princípios científicos da Contabilidade a determinado tipo de atividade empresarial ou não. Trata de um estudo particularizado da contabilidade geral e se subdivide em:

- contabilidade pública: municipal, estadual e nacional
- contabilidade mista ou autárquica: autarquias
- contabilidade privada: comercial, industrial, bancária, agrícola, hospitalar
- contabilidade agrícola: aplicada às empresas agrícolas
- contabilidade associativa: aplicada às associações
- contabilidade autárquica: aplicada às autarquias
- contabilidade bancária: aplicada às instituições financeiras
- contabilidade comercial: aplicada às empresas comerciais

- i) contabilidade cooperativa: aplicada às sociedades cooperativas
- j) contabilidade imobiliária: aplicada às empresas que têm por objeto o comércio de imóveis
- k) contabilidade industrial: aplicada às empresas industriais
- l) contabilidade pecuária: aplicada às atividades pecuárias
- m) contabilidade pública: aplicada às entidades de direito público
- n) contabilidade rural: aplicada às empresas rurais

Técnicas contábeis

São o conjunto de processos adotados na Contabilidade para controlar o patrimônio, bem como prestar a informação financeira e econômica. São os procedimentos práticos utilizados para a coleta de dados (captação) para o registro de forma acumulada desses dados nos livros contábeis, para a elaboração dos relatórios contábeis, bem como suas análises e checagens. São técnicas contábeis: a escrituração, as demonstrações contábeis, a análise das demonstrações e a auditoria.

Escrituração

Consiste no registro dos fatos contábeis de forma contínua e metódica baseada em documentação relativa a cada fato administrativo. A escrituração necessita de uma boa definição do que queremos controlar, ou seja, quais as contas adequadas ao registro de determinado fato contábil, para que possam ser elaborados relatórios úteis aos usuários das informações.

São nos livros contábeis e fiscais que se registram todos os fatos contábeis que ocorrem em determinado período, de acordo com o que determina o art. 177 da Lei nº 6.404/76, que enuncia: “A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, como obediência aos preceitos da legislação comercial desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos[...].”

O registro de cada fato administrativo ou contábil chama-se **lançamento**. Os lançamentos são efetuados nos livros contábeis tais como Livro Diário, Livro Razão etc. A escrituração pode ser entendida como o conjunto dos lançamentos contábeis.

Demonstrações contábeis

Também chamadas de demonstrações financeiras, são relatórios resumidos de tudo o que ocorreu no universo patrimonial. As demonstrações contábeis são o resumo de todos os fatos contábeis. Têm por finalidade a prestação ou o fornecimento de informações sobre a realidade patrimonial da empresa a seus usuários.

A obrigatoriedade de elaborar as demonstrações contábeis está contida na legislação do Imposto sobre a Renda nos artigos 286 e 287 do Decreto nº 9.580/18 (RIR/18), na legislação societária no artigo 176, I a V, da Lei nº 6.404/76, nas normas do Conselho Federal de Contabilidade na Resolução CFC nº 1.185/09 (NBC TG 26) e NBC TG 26 R5 de 2017 e na Deliberação CVM⁸ nº 676/11.

⁸ Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma entidade autárquica, em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, com a finalidade de disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários.

É um órgão governamental (autarquia) que tem a função de fiscalizar as atividades do mercado de valores mobiliários.

Sem o devido registro na CVM, nenhuma emissão pública de valores mobiliários pode ser distribuída no mercado.

De acordo com a lei, a expressão “valor mobiliário” se refere a quaisquer títulos ou contratos de investimento coletivo ofertados publicamente, que gerem direito de participação, de parceria ou remuneração, inclusive resultante da prestação de serviço, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros.

Muitas empresas apresentam também o relatório da Administração explicando as características principais do seu desempenho financeiro, dos riscos e das incertezas que enfrentam, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal (caso os tenham). Podendo, ainda, apresentar informações adicionais, como o Balanço Social, relatórios sobre custos e outros elementos relacionados a questões ambientais, particularmente em setores industriais.

Demonstrações contábeis pela Lei nº 6.404/76

É o art. 176 da Lei nº 6.404/76, que regulamenta as demonstrações exigidas pela legislação comercial (societária): Conforme esse artigo, modificado pelas Leis nº 11.368/07 e 11.941/09:

Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I) balanço patrimonial (BP);
- II) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA);
- III) demonstração do resultado do exercício (DRE);
- IV) demonstração dos fluxos de caixa (DFC);
- V) demonstração do valor adicionado (DVA), apenas para companhias abertas;
- VI) demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) (§ 2º, art. 186, Lei nº 6.404/76).
- VII) Notas explicativas às demonstrações contábeis.

§ 1º. As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior. ***Entretanto, a Medida Provisória nº 892/19 desobriga as empresas de publicarem seus demonstrativos contábeis em jornais impressos de grande circulação.*** Por essa medida, as companhias ou sociedades anônimas poderão disponibilizar seus demonstrativos contábeis em seus próprios sites. Já as empresas de capital aberto poderão publicar seus demonstrativos no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no site da entidade administradora do mercado em que os valores mobiliários da companhia estiverem admitidos a negociação.

Ambas as publicações precisam constar de certificação digital de autenticidade que devem ser efetuadas por alguma autoridade certificadora credenciada à ICP-Brasil. Elas podem ser consultadas através do site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

De acordo com o art. 289 da Lei das SA, a publicação das demonstrações contábeis das empresas deve ser feita no Diário Oficial (da União, estados ou Distrito Federal) ou em Jornal de grande circulação para as sociedades anônimas, e outras empresas de diferentes naturezas jurídicas, por exemplo, as cooperativas.

Ressalta-se o fato de que, de acordo com o § 5º, todas as publicações previstas e ordenadas para as empresas, devem ser arquivadas no registro do comércio (Junta Comercial).

Demonstrações contábeis pela (NBC TG 26)⁹

O conjunto completo de demonstrações contábeis elencadas na (NBC TG 26) inclui:

- a) balanço patrimonial ao final do período;
- b) demonstração do resultado do período;
- c) demonstração do resultado abrangente do período;
- d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- e) demonstração dos fluxos de caixa do período;

⁹ NBC TG 26 R5 – Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais

- f) demonstrac o do valor adicionado do período, conforme a NBC TG 09, se exigida legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;
- g) notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas (alterada pela NBC TG 26 (R3)¹⁰); informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 39A (incluída pela NBC TG 26 (R1)).
- h) balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou procede   reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D (alterada pela NBC TG 26 (R1)).

Demonstrações contábeis pela NBC TG 1000

Essa norma trata dos demonstrativos contábeis que devem ser elaborados pelas **pequenas e m dias empresas (PMEs), compostas por sociedades fechadas e sociedades que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas**. Esta Norma é denominada: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

O termo empresas de pequeno e médio porte adotado nesta Norma não inclui

- (i) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- (ii) as sociedades de grande porte, como definido na Lei n . 11.638/07;
- (iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto.

Art. 3 , Lei 11.638/07. Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei n  6.404/76, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo  nico. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a **R\$ 240.000.000,00** (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a **R\$ 300.000.000,00** (trezentos milhões de reais).

Conforme a lei, pequenas e m dias empresas são aquelas que

- a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e
- b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

Uma empresa tem obrigação pública de prestação de contas se:

- a) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais são negociados em mercado de ações ou estiverem no processo de emissão de tais instrumentos para negociação em mercado aberto (em bolsa de valores nacional ou estrangeira ou em mercado de balcão, incluindo mercados locais ou regionais); ou
- b) possuir ativos em condição fiduciária perante um grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios. Esse é o caso t pico de bancos, cooperativas de crédito, companhias de seguro, corretoras de seguro, fundos mútuos e bancos de investimento.

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e m dias empresas é oferecer informação sobre a **posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade**, que   útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação. [A Figura 5](#) demonstra uma síntese das determinações legais das demonstrações contábeis.

¹⁰ NBC TG 26 (R3) – Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais – terceira revisão.

Demonstrações contábeis pela ITG 1000

Essa Interpretação estabelece critérios e procedimentos simplificados a serem observados pelas entidades definidas e abrangidas pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que optarem pela adoção desta Interpretação.

Esta Interpretação é aplicável somente às entidades definidas como “microempresa e empresa de pequeno porte”.

Para fins desta Interpretação, entende-se como “microempresa e empresa de pequeno porte” a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o Art. 966 da Lei n.º 10.406/02, que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do Art.3º da Lei Complementar nº 123/06.”

A adoção dessa Interpretação não desobriga a microempresa e a empresa de pequeno porte a manutenção de escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que provocaram, ou possam vir a provocar, alteração do seu patrimônio.

A microempresa e a empresa de pequeno porte devem apresentar: **balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e notas explicativas** ao final de cada exercício social e, se houver necessidade, elas podem elaborar tais demonstrativos em períodos intermediários.

| DEMONSTRAÇÃO CONTÁBRIL | NBC TG 26 de 2009 | S/A. CAP ABERTO | PME NBC TG 1000 | ME e EPP ITG 1000 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------|
| Balanço Patrimonial | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório |
| Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório |
| Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) | Obrigatório | Obrigatório | Substituída pela DLPA | Facultativa |
| Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) | Substituída pela DMPL | Substituída pela DMPL | Substituída pela DMPL | Facultativa |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório | Facultativa |
| Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório | Facultativa |
| Demonstração do Valor Adicionado (DVA) | Órgão Regulador | Obrigatório | Facultativa | Facultativa |
| Notas Explicativas | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório |

Figura 5 – Quadro explicativo da obrigatoriedade dos demonstrativos contábeis, conforme as normas e práticas contábeis.

Fonte: elaboração do autor.

Atenção

- A companhia fechada, com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) está dispensada da elaboração e publicação da DFC.
- A DLPA poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), se elaborada e publicada pela companhia.
- As empresas que elaborarem e publicarem a DMPL estarão dispensadas da apresentação em separado da DLPA, uma vez que esta, obrigatoriamente, estará incluída naquela (§ 2º, art. 186, Lei nº 6.404/76).

- d) A demonstração do resultado abrangente (DRA) pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido (DMPL);
- e) As demonstrações contábeis devem ser complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e do resultado do exercício (§ 4º, art.176, Lei nº 6404/76) e as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas (NBC TG 26 R5¹¹, item 10, letra 'e');
- f) A entidade deve guardar com igualdade de importância todas as demonstrações contábeis que forem parte do conjunto completo de demonstrações contábeis.

Auditoria

Técnica através da qual o contador verifica, certifica ou inspeciona os documentos que deram origem aos registros contábeis, confirmando ou não a exatidão desses registros e, conseqüentemente, das demonstrações contábeis.

A auditoria consiste na análise detalhada, na qual um contador-auditor fará uma revisão de todo o trabalho realizado pela contabilidade da entidade, criticando, de forma analítica, os registros contábeis para verificar se existe alguma impropriedade, inadequação de procedimento ou até mesmo erro ou fraude. Ao final do seu trabalho, o auditor deverá emitir um parecer com as opiniões técnicas e fundamentadas sobre o seu trabalho e o de sua equipe.

Perícia

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução de **litígio**, mediante ***laudo pericial contábil*** e/ou ***parecer pericial contábil***.

Praticamente tem a mesma finalidade da auditoria, pois consiste na verificação de registros contábeis e subdivide em:

- Perícia voluntária ou extrajudicial: é a perícia que é feita voluntariamente sem corresponder a ações que se encontrem em juízo, mas, apenas, a interesse das partes não litigantes judicialmente.
- Perícia judicial: é a perícia motivada por uma questão judicial e requerida em juízo, com quesitos formulados em autos.

Análise das demonstrações contábeis

A análise dos relatórios contábeis, assim como a auditoria, são ramos da contabilidade e consistem em ***verificações, comparações, cálculos e estatísticas a partir de demonstrações, pelo menos, de dois exercícios***.

A análise das demonstrações irá permitir a verificação se, por exemplo, a empresa tem mais disponibilidade (dinheiro) que no ano anterior, se tem mais estoques, se o grau de investimento em imobilizados (edifícios, veículos, máquinas etc.) é compatível com o negócio e com o setor em que a empresa atua, se a rentabilidade reflete o desempenho esperado de um negócio, ou seja, se o retorno sobre o investimento foi adequado (se comparado às expectativas e ao mercado), como está o grau de endividamento da empresa.

Consiste no estudo comparativo dos elementos constitutivos do patrimônio, objetivando conhecer a capacidade de crédito, a capacidade de solvência, as tendências de expansão, a rentabilidade, etc. de uma empresa, dividindo-se em:

- **análise econômica** ou análise reditual: é a análise que procura estudar o resultado da empresa através de seus componentes (custo, despesa e receita); procura estudar a

¹¹ NBC TG 26 R5 – Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais – 5ª revisão.

rentabilidade do capital e examinar se, de fato, a empresa vem atingindo os seus propósitos dentro de suas possibilidades;

- **análise financeira:** é a análise que tem por objetivo examinar a capacidade de crédito e de solvência da empresa. Refere-se à avaliação ou estudo da viabilidade, estabilidade e capacidade de lucro de um negócio ou projeto. Engloba um conjunto de instrumentos e métodos que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira de uma empresa, assim como prognósticos sobre o seu desempenho futuro.

PATRIMÔNIO, ESTADOS PATRIMONIAIS E RESULTADO

A princípio, quando se fala em patrimônio, pensamos ser tudo o que a pessoa tem, ou seja, **nas posses**. Porém, com a evolução das relações jurídicas e comerciais, juntou-se ao patrimônio também os direitos e as obrigações das pessoas. Assim, o patrimônio é o conjunto dos bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade (pessoa física ou jurídica), avaliáveis em moeda corrente, num determinado momento.

Bens

Os bens do patrimônio de uma entidade são coisas que cumulativamente atendem a duas condições essenciais:

- satisfação das necessidades humanas;
- suscetíveis de avaliação econômica (têm preço).

Então, as coisas que satisfazem as condições acima de forma cumulativa são chamadas de **bens econômicos ou bens patrimoniais**.

Para a contabilidade, os bens se classificam da seguinte forma: quanto à substância e quanto ao movimento.

Bens quanto à substância

Bem material ou **corpóreo** ou **tangível**: é todo e qualquer bem que possui matéria, ou seja, existe como coisa ou objeto.

Exemplo: veículo, imóvel, navio, birô, dinheiro, mercadorias etc.

Bem imaterial ou **incorpóreo** ou **intangível**: é todo e qualquer bem impalpável. Caracterizam-se por não possuírem existência física. Porém representam uma aplicação de capital indispensável aos objetivos da empresa, cujo valor reside em direitos de propriedade que são legalmente conferidos aos seus possuidores.

Exemplo: marca de produto, patente de invenção, fundo de comércio, ponto comercial.

Marca: é o sinal que se faz num produto para reconhecê-lo; é o desenho ou etiqueta de produtos industriais.

Patente: é o título oficial de uma concessão ou privilégio.

Ponto comercial: é a **localização em que se encontra o comércio, e como ela vai a influenciar diretamente no sucesso e crescimento da empresa**, de maneira tão expressiva que os cidadãos passam a ter como referência: *“em tal esquina? Ah, onde está a empresa ‘x’?”*. Isso é um ponto comercial, é a formação de clientela e reconhecimento da empresa pelo espaço em que se encontra, e a atividade que exerce.

Fundo de comércio: é representado por uma gama de fatores intangíveis, como o nome e tradição da empresa no mercado, imagem e qualidade de seus produtos, clientela já formada, qualidade e treinamento de seus funcionários, processos técnicos de fabricação, cartas-patentes, licenças etc.

Bens quanto ao deslocamento

Bens móveis

De acordo com o Código Civil de 2002, art. 82, são móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, ou seja, os que podem ser transportados de um lugar para o outro sem se danificarem, sem alteração de sua substância., ou da destinação econômico-social.

No caso dos materiais de construção, enquanto não utilizados, são móveis. Ao se incorporarem definitivamente no imóvel adquirem esta condição, ou seja, transformam-se em bem imóvel, readquirindo condição de móvel na demolição.

Bens semoventes

É a definição dada pelo Direito aos animais de bando, tais como bovinos, ovinos, suínos, caprinos, equinos etc., que constituem patrimônio.

O termo significa: "aquele que anda ou se move por si", mas juridicamente se aplica àqueles animais que são uma propriedade, e, não sendo móveis ou imóveis, justificam uma classificação exclusiva, passíveis de serem objeto das transações realizadas como o patrimônio em geral.

Bens imóveis

Bens imóveis são aqueles que não se movimentam, ou seja, não podem ser transportados de um lugar a outro sem se danificar. De acordo com o Código Civil de 2002, são bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente. Esses bens são adquiridos por transcrição (escritura pública), usucapião (ocupação sem oposição), acessão (acréscimo natural ou industrial, ou frutos produzidos, incorporados ao bem). Exemplos de acessão: construções, as sementes lançadas na terra e tijolos fixados ao solo.

Direitos

Direito é ter a propriedade (ser o legítimo dono), mas não ter a posse direta.

É tudo aquilo que se tem a receber de terceiros, por exemplo, vendas a prazo. São bens de propriedade da empresa em poder de terceiros. Ex.: duplicatas a receber, adiantamentos a fornecedores, ICMS a recuperar, imposto de renda a compensar. Significam direitos, expressões do tipo **a receber, a compensar, a restituir, a preposição “a” e “para”**.

Direitos são a parte da riqueza da entidade que a ela pertence, mas está em poder de terceiros; logo, não estando disponível para utilização imediata.

Os direitos subdividem-se em créditos de funcionamento e de financiamento.

Créditos de funcionamento - referem-se aos créditos ou direitos obtidos em função das operações comerciais da empresa, por exemplo, quando uma empresa concede prazo de pagamento a seus clientes, ela contabiliza valores a receber em contas ou cheques a receber; outro exemplo é a concessão de adiantamentos a fornecedores para futura entrega de mercadorias.

Créditos de financiamento – referem-se aos créditos ou direitos obtidos em função das operações financeiras da entidade, por exemplo, um empréstimo concedido, uma aplicação financeira etc.

Obrigações

É tudo aquilo que se tem a pagar a terceiros; são bens ou direitos de propriedade de terceiros que se encontram em nosso poder. São dívidas ou compromissos de qualquer espécie ou natureza, assumidos perante terceiros.

Toda obrigação é pessoal e a cada obrigação se contrapõe um direito. Ex.: duplicatas a pagar, adiantamentos de clientes, ICMS a recolher.

São também designadas de débitos, dívidas ou capital de terceiros e subdividem-se em débitos de funcionamento e financiamento. Significam obrigações, expressões do tipo **a pagar, a recolher, a preposição “de”**.

Débitos de funcionamento – são as obrigações oriundas das operações que são o objeto de uma entidade, por exemplo, os débitos com os fornecedores (fornecedores a pagar), os débitos com os empregados (salários a pagar), os débitos com contas de consumo (energias a pagar) etc.

Débitos de financiamento – são dívidas oriundas das operações de financiamentos e empréstimos de uma entidade, por exemplo, os débitos de arrendamentos mercantis (arrendamento a pagar), débito com títulos de dívida emitidos pela empresa (debêntures a pagar) etc.

Grandes grupos do patrimônio

O conjunto de bens, direitos e obrigações formam os grandes grupos patrimoniais: **o ativo e o passivo**, e por diferenciação entre esses dois grupos, tem-se o **patrimônio líquido**.

Ativo

É a parte positiva do patrimônio constituída pelo conjunto de todos os bens e direitos, também denominado de **patrimônio bruto**. São recursos à disposição da empresa que geram benefícios futuros, constituindo, portanto, o conjunto de aplicações dos recursos totais obtidos pela entidade.

Passivo

É a parte negativa do patrimônio constituída pelo conjunto de obrigações para com terceiros. São direitos de terceiros, ou seja, são os valores de terceiros em poder de nossa empresa.

Patrimônio líquido

Patrimônio líquido, também chamado de **situação líquida**, é a parte diferencial entre o ativo e o passivo. Patrimônio líquido é o resultado matemático do somatório dos bens e direitos, subtraídas as obrigações que recaem sobre esse patrimônio. O patrimônio líquido representa a riqueza líquida da entidade que, em última análise, pertence aos sócios acionistas ou quotistas (proprietários). Essa parte diferencial [patrimônio líquido (PL) ou situação líquida (SL) ou situação patrimonial (SP)] é que vai medir ou avaliar a situação ou condição econômica e financeira da entidade.

Aspectos patrimoniais

O patrimônio reveste-se dos seguintes aspectos: jurídico, específico, financeiro, administrativo e o econômico ou contábil.

Aspecto jurídico

Consiste em verificar se realmente o direito existente entre cada componente patrimonial é de seu proprietário. Por esse aspecto o patrimônio é definido como um complexo de relações jurídicas de uma pessoa, que tem algum valor econômico. Juridicamente, o patrimônio é uma universalidade indivisível, não podendo ser desmembrado; não admitindo, portanto, a pluralidade de patrimônio na mesma pessoa. Cada pessoa, quer física, quer jurídica tem um único patrimônio, que, em termos jurídicos, deve compreender um complexo de direitos reais e obrigações econômicos, vinculados à pessoa.

Os direitos reais, em um patrimônio, compreendem os direitos creditórios (aqueles decorrentes de operações comerciais, financeiras, imobiliárias etc.) e os bens ou coisas. Por outro lado, juridicamente, falando, tem-se que o termo **bens** é utilizado como sinônimo de patrimônio; assim, costuma-se dizer no meio jurídico: os bens deixados por alguém. Nessa situação, esse termo refere-se a toda a estrutura patrimonial de bens, direitos e obrigações.

Enfim, o patrimônio quer da pessoa natural, quer da pessoa jurídica, é um complexo de relações jurídicas, materializadas em forma de direitos e obrigações, suscetíveis de valor econômico.

Aspecto específico

Esse aspecto, também denominado de **aspecto qualitativo** consiste em verificar a composição patrimonial (tipo de bem, de direito, de obrigação). Este aspecto vê o conjunto de bens do patrimônio, agrupados de acordo com a finalidade a que se destinam. Assim temos:

- a) bens destinados à instalação. Ex.: prédios, terrenos, móveis e utensílios etc.
- b) bens destinados à produção. Ex.: máquinas, ferramentas, instrumentos etc.
- c) bens destinados à transformação. Ex.: matérias-primas, materiais diversos etc.
- d) bens destinados ao consumo. Ex.: materiais de escritório, limpeza, conservação, etc.
- e) bens destinados à circulação. Ex.: dinheiro em caixa e bancos, títulos de livre circulação etc.
- f) bens destinados à defesa. Ex.: aparelhos contra incêndio, armas e munições, etc.
- g) bens destinados às comunicações. Ex.: instalações telefônicas, radiofônicas etc.
- h) bens destinados à venda. Ex.: mercadorias, produtos etc.
- i) bens numerários: são bens que representam o dinheiro ou títulos que valem por ele. Ex.: cheques etc.
- j) bens de rédito ou bens de renda: são bens que produzem um rendimento e que se derivam de investimentos patrimoniais. Ex.: imóveis alugados, arrendamentos, aforamentos¹² etc.

O aspecto qualitativo observa a qualidade ou a natureza do bem, por exemplo:

| | |
|----------------------------|------------------------|
| “A” tem um bem patrimonial | terra no valor de |
| “B” tem um bem patrimonial | perecíveis no valor de |

Aspecto quantitativo

Esse aspecto também conhecido por **aspecto estatístico** vê o patrimônio como fundo de valores existentes em um dado momento, ou seja, tem por finalidade estabelecer uma medida comum para os bens através da expressão monetária. O aspecto quantitativo observa a expressão monetária do bem, por exemplo:

| | |
|--|---------|
| “A” tem um bem patrimonial - terra no valor de - - - - - | \$5.000 |
| “B” tem um bem patrimonial - perecíveis no valor de - - - - | \$5.000 |

Observamos que eles têm o mesmo valor patrimonial, entretanto qualidades diferentes.

Aspecto administrativo

O patrimônio, por si só, não funciona, não se desenvolve, não cresce, não se multiplica. É preciso que se incorpore ao patrimônio a atuação de um gestor, o qual seja capaz de conhecer e dominar o significado de todos os elementos da estrutura patrimonial. É preciso que se tenham informações necessárias sobre os elementos estruturantes do patrimônio. Administrar um patrimônio significa gerenciar bens, direitos e obrigações; significa conhecer

¹² Aforamento, também denominado enfiteuse, ou emprazamento, é o negócio jurídico pelo qual o proprietário (senhorio) transfere ao adquirente (enfiteuta), em caráter perpétuo, o domínio útil, a posse direta, o uso, o gozo e o direito de disposição sobre bem imóvel, mediante o pagamento de renda anual (foro).

Domínio útil é o direito ao uso e gozo da coisa, podendo o seu titular transmiti-lo a outrem por ato entre vivos ou por disposição de última vontade. Esse domínio fica com o enfiteuta.

Domínio direto, também conhecido por eminente, é o direito à substância da coisa, sem fazer jus o seu titular à utilidade desta. Esse domínio fica com o senhorio.

bem todo o conjunto de nomenclaturas que representa a unidade dos elementos patrimoniais, ou cada título contábil que integra a estática e a dinâmica patrimonial.

Aspecto financeiro

Leva em consideração as disponibilidades do patrimônio a curto prazo, dando ênfase à capacidade de pagamento também a curto prazo. Neste aspecto, são estudados os fluxos de ingressos de recursos, bem como as aplicações realizadas em determinado período. Esse aspecto leva em conta a movimentação de caixa e seus equivalentes. É um aspecto voltado para o controle e gestão das finanças da entidade, mediante a análise dos indicadores financeiros, garantindo, dessa forma, o equilíbrio financeiro.

Aspecto econômico

Esse aspecto é também chamado **aspecto contábil**. Nesse aspecto, o patrimônio é analisado mediante comparação dos bens e direitos com obrigações. A essa comparação chamamos de **situação patrimonial**, ou situação líquida ou patrimônio líquido. Essa situação é revelada pela equação fundamental do patrimônio ou equação da teoria do proprietário, que é expressa pela seguinte fórmula (**equação fundamental do patrimônio**):

| |
|--------------|
| $A = P + PL$ |
|--------------|

em que

| | |
|---|--|
| { | <p>A = ativo</p> <p>P = passivo</p> <p>PL = patrimônio líquido</p> |
|---|--|

Nesse estudo, destacam-se as seguintes hipóteses básicas, que representam os estados patrimoniais:

- situação líquida positiva;
- situação líquida negativa;
- situação líquida nula.

Situação líquida ativa ou superavitária ou positiva ou favorável

É a situação que toda empresa espera acontecer.

Ocorre quando o ativo é maior do que o passivo, ou seja: $[(B + Di) > Ob]$

(em que: B = bens, Di = direitos e Ob = obrigações), e que, transformando-se em igualdade, ter-se-á: $(B + Di) = (Ob + SL)$

| Representação gráfica | |
|-------------------------|---------------------------------------|
| Bens (+) Direitos | Obrigações (+) Situação líquida |

Exemplo-01

Bens - - - - - 4.000
Direitos - - - - - 8.000
Obrigações - - - - - 2.000

| ATIVO | | PASSIVO + PL | |
|------------------------|--------------|------------------------|--------------|
| Bens - - - - - | 3.000 | Obrigações - - - - - | 2.000 |
| Direitos - - - - - | 5.000 | (+) PL/SL | 6.000 |
| TOTAL - - - - - | 8.000 | TOTAL - - - - - | 8.000 |

Equações

a) $PL/SL = A (-) P$

b) $A = P + PL$

c) $P = A (-) PL$

$$\begin{aligned} \text{PL/SL} &= 8.000 - 2.000 \\ \text{PL/SL} &= 6.000 \end{aligned}$$

$$8.000 = 2.000 + 6.000$$

$$2.000 = 8.000 - 6.000$$

Situação líquida passiva ou negativa ou deficitária ou desfavorável ou passivo a descoberto

Ocorre quando o ativo é menor do que o passivo, ou seja: $[(B + D) < Ob]$ e que, transformando-se em igualdade, ter-se-á: $[(B + D + \text{SLN}) = Ob]$

| Representação gráfica | |
|-------------------------|---|
| Bens (+) Direitos | Obrigações (-) Situação líquida negativa |

Exemplo-02

Bens ----- 3.000
Direitos ----- 5.000
Obrigações ----- 9.000

| ATIVO | | PASSIVO + PL | | |
|--------------------|--------------|--------------------|--------------|-----|
| Bens ----- | 3.000 | Obrigações ----- | 9.000 | |
| Direitos ----- | 5.000 | (+) PL/SL | (1.000) | (1) |
| TOTAL ----- | 8.000 | TOTAL ----- | 8.000 | |

Equações

a) $\text{PL/SL} = A (-) P$

$$\text{PL/SL} = 8.000 - 9.000$$

$$\text{PL/SL} = (-)1.000$$

b) $A = P + (PL)$

$$8.000 = 9.000 + (-)1.000$$

c) $P = A (-) (PL)$

$$9.000 = 8.000 - (-)1.000$$

$$9.000 = 8.000 + 1.000$$

(1) Em contabilidade, quando a expressão está entre parênteses, significa que seu valor é negativo.

Situação nula ou compensada ou equilibrada

Essa situação ocorre somente se a empresa tiver um ou mais prejuízos que anulem o patrimônio líquido; pois o lucro faz o patrimônio crescer, e prejuízo faz o patrimônio líquido diminuir. Observa-se que a empresa está solvente, pois possui ativo suficiente para honrar seus compromissos e, esse é o limite mínimo de solvência.

É um estado de pré-insolvência. Essa situação ocorre quando o ativo é igual ao passivo ($A = P$), ou seja: $[(B + D) = Ob]$.

| Representação gráfica | |
|-------------------------|------------|
| Bens (+) Direitos | Obrigações |

Exemplo-03

Bens ----- 3.000
Direitos ----- 5.000
Obrigações ----- 8.000

| ATIVO | | PASSIVO + PL | |
|--------------------|--------------|--------------------|--------------|
| Bens ----- | 3.000 | Obrigações ----- | 8.000 |
| Direitos ----- | 5.000 | (+) PL/SL | -0- |
| TOTAL ----- | 8.000 | TOTAL ----- | 8.000 |

Equações

- a) $PL/SL = A (-) P$
 $PL/SL = 8.000 - 8.000$
 $PL/SL = 0$
- b) $A = P + (PL)$
 em que $PL = 0$
 logo $A = P$
 $8.000 = 8.000$

Premissas básicas da existência de ativos e passivos versus situação líquida

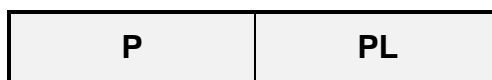
Para que sejam mais bem compreendidos os estados patrimoniais a seguir evidenciados, apresentam-se aqui as seguintes premissas básicas:

- a) o ativo só pode ser maior ou igual a zero. Não existe ativo negativo. ($A \geq 0$);
 b) se o ativo for igual a zero, então não existe ativo;
 c) o passivo só pode ser maior ou igual a zero. Não existe passivo de valor negativo. ($P \geq 0$);
 d) se o passivo for igual a zero, então não existe passivo.

Resumidamente, têm-se os seguintes gráficos para os estados patrimoniais, decorrentes da equação fundamental do patrimônio, considerando-se as premissas básicas:

a) Seja $A = P + PL$, se $A = \text{zero}$, então $P = PL$.

Representação gráfica

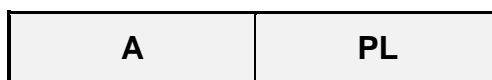


Conclusão:

Situação patrimonial que denota insolvência da entidade uma vez que inexistente qualquer bem ou direito para fazer face às obrigações (**situação líquida negativa igual ao passivo**).

b) Seja $A = P + PL$, se $P = \text{zero}$, então $A = PL$.

Representação gráfica



Conclusão:

Situação patrimonial que denota a inexistência de obrigações. Todos os recursos aplicados no ativo têm origem nos investimentos dos sócios e nos resultados (**situação líquida positiva igual ao ativo**).

c) Seja $A = P + PL$, se $PL = \text{zero}$, então $A = P$.

Representação gráfica



Conclusão:

Situação patrimonial que denota inexistência de recursos próprios. Todos os recursos aplicados no ativo têm sua origem em capital de terceiros (**situação líquida nula**).

| | | | | |
|-----------------------------|----|--|--------------------------------|--|
| d) Seja $A = P + PL$ | se | $\begin{cases} A > P \\ PL > \text{zero} \\ P > \text{zero} \end{cases}$ | então a SL positiva poderá ser | $\begin{cases} SL < A \\ SL < P \\ SL > P \\ SL = P \end{cases}$ |
|-----------------------------|----|--|--------------------------------|--|

| | | |
|---|----------|---------------|
| Representação gráfica | | |
| | A | P + PL |
| Conclusão I: É uma situação patrimonial que, embora denote a existência de recursos próprios, parte dos recursos aplicados no ativo é derivada de capital de terceiros. | | |

Demonstrando-se, matematicamente, o conteúdo do quadro anterior, tem-se:

| | Quadro 1 | | Quadro 2 | | Quadro 3 | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Suponha que: | B + D = 8 | Ob = 6 SL = 2 | B + D = 8 | Ob = 2 SL = 6 | B + D = 8 | Ob = 4 SL = 4 |
| Observe que: | SL < A SL < P | | SL < A SL > P | | SL < A SP = P | |
| Conclusão II: <ul style="list-style-type: none"> O valor da situação líquida positiva nunca será maior do que o valor do ativo. No máximo, será igual ao valor do ativo (conforme letra b acima). | | | | | | |

| | | | | |
|---|----|--|--------------------------------|--|
| e) Seja A = P + PL | se | $\begin{cases} A < P \\ PL < \text{zero} \\ P > \text{zero} \end{cases}$ | então a SL negativa poderá ser | $\begin{cases} SLN < P \\ SLN < A \\ SLN > A \\ SLN = A \end{cases}$ |
| Representação gráfica | | | | |
| | | A + PL | P | |
| Conclusão I: Situação patrimonial que denota inexistência de recursos próprios. Todos os recursos aplicados no ativo são originados de capital de terceiros. Esta empresa está operando com prejuízo. | | | | |

Demonstrando-se, matematicamente, o conteúdo do quadro anterior, tem-se:

| | Quadro 1 | | Quadro 2 | | Quadro 3 | |
|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Suponha que: | B + D = 6 | Ob = 8 SLN = (2) | B + D = 2 | Ob = 8 SLN = (6) | B + D = 4 | Ob = 8 SLN = (4) |
| observe que: | SLD < A SLD < P | | SLD > A SLD < P | | SLD = A SLD < P | |

Conclusão II:

- O valor da situação líquida negativa nunca será maior do que o valor do passivo.
- No máximo, será igual ao valor do passivo (conforme letra **a** da página anterior).

Uma síntese para os estados patrimoniais, evidenciados nessa seção deve ser estruturada na [Figura 6](#).

| | | | | | | |
|------|--|----|---|-------|--|---------------------------|
| Seja | $\begin{cases} A > 0 \\ P > 0 \end{cases}$ | se | $\begin{cases} A > P \\ PL > 0 \end{cases}$ | então | $A = P + PL$ | situação líquida positiva |
| Seja | $\begin{cases} A > 0 \\ P = 0 \end{cases}$ | se | $\begin{cases} A > P \\ P = 0 \end{cases}$ | então | $\begin{cases} A = P + PL \\ A = PL \end{cases}$ | situação líquida positiva |
| Seja | $\begin{cases} A > 0 \\ P > 0 \end{cases}$ | se | $\begin{cases} A = P \\ PL = 0 \end{cases}$ | então | $\begin{cases} A = P + PL \\ A = P \end{cases}$ | situação líquida nula |
| Seja | $\begin{cases} A > 0 \\ P > 0 \end{cases}$ | se | $A < P$ | então | $\begin{cases} A = P + PL \\ A + PL = P \end{cases}$ | situação líquida negativa |
| Seja | $\begin{cases} A = 0 \\ P > 0 \end{cases}$ | se | $A < P$ | então | $\begin{cases} A = P + PL \\ P = PL \end{cases}$ | situação líquida negativa |

Figura 6 – Síntese dos estados patrimoniais

Fonte: elaboração do autor.

O patrimônio líquido assume as seguintes conotações:

- situação líquida;
- situação patrimonial;
- riqueza líquida;
- capital próprio ou recursos próprios;
- passivo não exigível.

Fontes de financiamentos e investimentos patrimoniais

Fontes de financiamento ou fontes de recursos ou fontes de investimentos do patrimônio consistem em todos os recursos que dão origem aos bens e direitos da entidade. Estas fontes se subdividem em recursos próprios e recursos de terceiros e constituem a origem dos recursos que são investidos ou aplicados nos ativos.

As fontes de financiamento são recursos representados pelo **conjunto de capitais**, cuja origem desses capitais está vinculada ao passivo e/ou patrimônio líquido, sendo o ativo, a aplicação de tais recursos. Essa afirmação significa também um novo conceito de patrimônio.

O capital é o conjunto de recursos postos à disposição da empresa, seja por terceiros seja por proprietários (passivo ou patrimônio líquido), ou seja, é a soma das riquezas ou recursos acumulados que se destinam à produção de novas riquezas. A expressão capital tem significados distintos que serão vistos na sequência desse estudo.

Recursos próprios

Os recursos próprios também são chamados de **capitais próprios, recursos internos, patrimônio líquido**. Distinguem-se de acordo com a sua origem em dois grupos:

- aqueles que se originam das pessoas dos sócios que formam a empresa;

- aqueles que se originam da própria atividade patrimonial tais quais lucros e reservas.

Constitui a riqueza líquida à disposição dos proprietários. É a soma do capital social, suas variações, os lucros e as reservas, ou seja, é aquele que se originou da própria atividade econômica da entidade, como lucros, reservas de lucros. Existem também as reservas de capital, que, regra geral, são contribuições de terceiros a favor da nossa empresa. De sorte que tudo isso equivale ao patrimônio líquido (*ou situação líquida*).

Capital social

É o investimento inicial feito pelos proprietários da empresa e corresponde ao patrimônio líquido inicial. Ele só é alterado quando os proprietários realizam investimentos adicionais (aumentos de capital) ou desinvestimentos (diminuições de capital). Também pode receber a denominação **capital nominal** (capital de um titular ou de um sócio).

Capital subscrito

Subscrição é o ato jurídico formal pelo qual o sócio, acionista ou cotista assume a obrigação de transferir bens ou direitos para o patrimônio da entidade a que está vinculado.

Corresponde ao valor que determinado sócio quotista ou acionista se compromete a integralizar (pagar) posteriormente. O capital subscrito é o montante que os sócios prometem entregar à sociedade, posteriormente, em troca da propriedade de ações ou quotas. Assim o capital subscrito é o compromisso assumido pelos sócios de integralizar a quantia a eles vinculada no contrato ou estatuto da sociedade, bem como em aditivos que versem, regra geral, sobre aumento de capital.

Capital integralizado e Capital a integralizar

Os recursos destinados pelos proprietários à formação do capital social nem sempre estão disponíveis para serem transferidos do patrimônio dos sócios para o patrimônio da entidade (empresa) no ato de constituição da mesma, ou seja, nem sempre o capital encontra-se totalmente integralizado (ou realizado). O capital social só é integralizado (realizado) quando os recursos correspondentes são transferidos do patrimônio dos sócios para o patrimônio da entidade.

Quando um sócio se compromete formalmente (mediante contrato social ou estatuto social) a entregar certa importância para compor o capital social da entidade a que pertence, em data futura, essa parcela do capital, correspondente aos recursos não entregues, encontra-se a integralizar (ou a realizar).

Do exposto, deduz-se que o **capital subscrito** pode ou não estar integralizado. Se, ato contínuo à subscrição, a titularidade dos bens e direitos é transferida para o patrimônio da entidade, então o capital estará subscrito e integralizado. Caso contrário, embora o capital esteja subscrito, ainda se encontra na posição **a integralizar**. Daí por que afirmar-se que capital a integralizar é o capital subscrito que ainda não foi entregue pelo sócio à sociedade; assim como o capital integralizado corresponde àquele que foi subscrito, já foi também desembolsado ou entregue pelos sócios à sociedade.

Por dedução, pode-se dizer que o **capital a integralizar** corresponde ao capital subscrito diminuído do capital integralizado.

Capital autorizado

A sociedade anônima pode ser constituída com capital subscrito inferior ao consentido expressamente pelo estatuto social. Sendo assim, o conselho de administração ou a diretoria passa a ter poderes para efetuar novas chamadas do capital dentro do limite da autorização, sem a necessidade de permissão de assembleia geral e sem reforma do estatuto. Para melhor compreensão, observe-se a [Figura 7 e a 8](#)

Capital a subscrever

Compreende a parcela do capital autorizado que ainda não foi subscrita pelos sócios. Ou seja, é a parcela do capital autorizado que está além do capital subscrito.

Exemplo: Certa empresa tem um capital subscrito de R\$500.000,00; um capital integralizado de R\$400.000,00 e um capital autorizado de R\$2.000.000,00. Qual seria, então, a parcela de capital a subscrever? Seria $2.000.000 - 500.000 = 1.500.000$. Uma relação entre as diversas expressões de capital está expressa na [Figura 8](#).

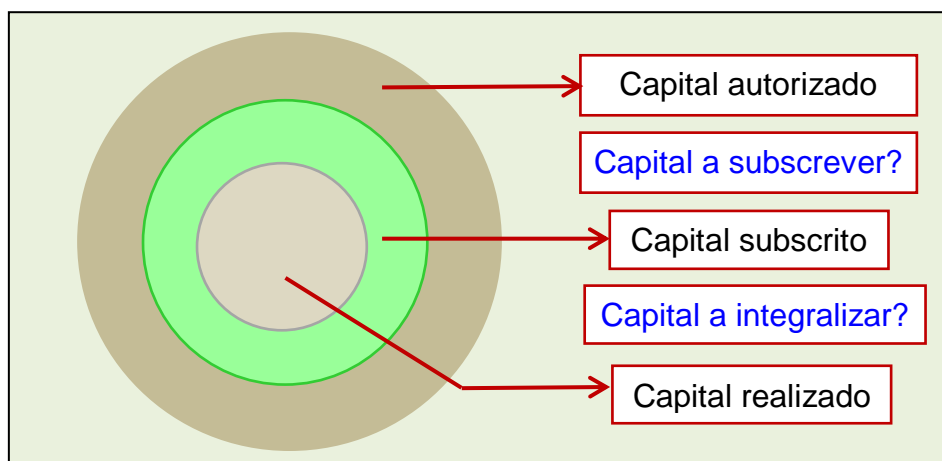


Figura 7 – Esquema de capital em sociedades anônimas

Fonte: elaboração própria

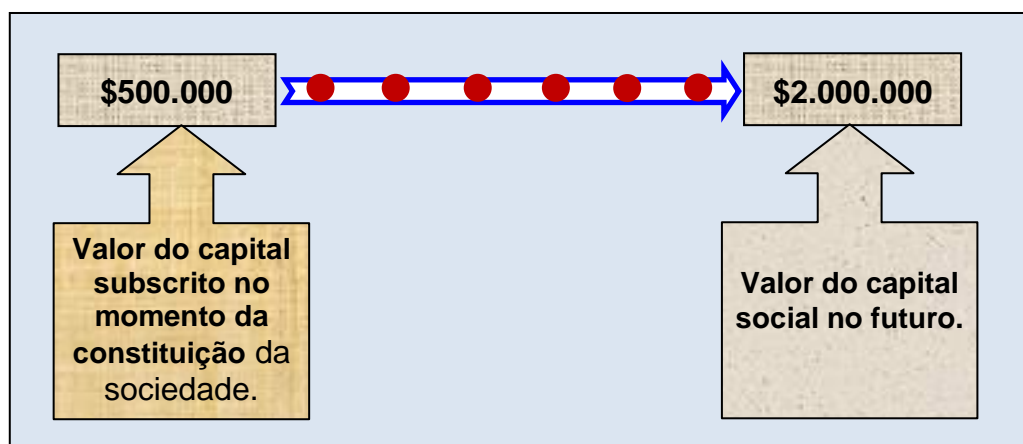


Figura 8 – Esquema de capital em sociedades anônimas

Fonte: elaboração própria

De acordo com a Figura 8, deduz-se que

| | | | |
|-------|----------------------|-------|------------------|
| | Capital autorizado | ----- | 2.000.000 |
| (-) | Capital subscrito | ----- | <u>(500.000)</u> |
| (=) | Capital a subscrever | ----- | 1.500.000 |

Recursos de terceiros

Os recursos de terceiros, também denominados de capital de terceiros ou capital alheio ou recursos externos, correspondem ao passivo real *ou* passivo exigível (obrigações) da empresa e representa os investimentos feitos com recursos de terceiros. Por exemplo: compra de um imóvel financiado pelo banco em 12 vezes (Financiamentos a pagar) ou compra de mercadorias (estoque) com pagamento a prazo (Fornecedores).

São recursos decorrentes das obrigações da empresa, ou seja, são aqueles que se originam de terceiros tais quais duplicatas a pagar, fornecedores etc. Esses recursos se classificam em:

- **débitos de funcionamento** – são os débitos decorrentes da atividade normal da empresa, por exemplo, duplicatas a pagar;
- **débitos de financiamento** – são débitos decorrentes de empréstimos bancários e outros financiamentos, por exemplo, financiamentos obtidos, emissão de debêntures etc.

Capital total à disposição da entidade

Corresponde à soma dos recursos de terceiros (+) recursos próprios, ou seja, (passivo + patrimônio líquido) da entidade e representa o total dos recursos utilizados no financiamento das atividades, conforme se demonstra na [Figura 9](#). O capital total à disposição da entidade é igual à soma de todas as origens que estão à disposição da entidade e que estão aplicadas no ativo (em decorrência do método das partidas dobradas).

Passivo (+) patrimônio líquido = ativo total = patrimônio bruto = total das origens = total das aplicações = capital total à disposição da entidade.

Exemplo: Suponham-se os seguintes dados: um veículo - \$10.000; IR a pagar - \$2.000; Casa - \$8.000; prestação do veículo - \$1.500; nota promissória a receber - \$3.000; contas a receber - \$10.000 e ordenados a pagar - \$3.000. Calcular a situação patrimonial, determinando o tipo e o valor.



| APLICAÇÕES ou USOS DOS RECURSOS  | ATIVO | PASSIVO (+) PL | ORIGENS ou FONTES DOS RECURSOS  |
|---|---------------------------------|--------------------------------|--|
| | BENS | OBRIGAÇÕES | |
| | Veículo- - - - - 10.000 | IR a pagar- - - - - 2.000 | |
| | Casa - - - - - 8.000 | Prestações- - - - - 1.500 | |
| | DIREITOS | Ordenados a pagar <u>3.000</u> | |
| | NP a receber - - - 3.000 | 6.500 | |
| | Contas a receber- <u>10.000</u> | SLS - - - - - 24.500 | |
| | 31.000 | 31.000 | |

Figura 9 – Gráfico patrimonial das origens e aplicações de recursos

Fonte: elaboração do autor.

Investimentos

Investimentos são os ativos necessários ao desenvolvimento e manutenção da atividade. Existem dois tipos de investimentos de que a empresa precisa quando inicia suas atividades, ou mesmo no seu dia a dia. São eles, o **investimento fixo**, que serve para a aquisição de máquinas, móveis, prédios, veículos, enfim, para investir em itens do ativo imobilizado. O outro é conhecido como **capital de giro**.

Capital de giro

Capital de giro ou capital circulante ou capital de trabalho é uma parte do investimento que compõe uma reserva de recursos que serão utilizados para suprir as necessidades financeiras da empresa no curto prazo. Esses recursos ficam nos estoques, nas contas a receber no curto prazo (até um ano), no caixa, em bancos etc. Capital de giro é o conjunto de valores necessários para a empresa fazer seus negócios acontecerem (girar).

Capital de giro é o capital necessário para financiar a continuidade das operações da empresa, como recursos para financiamento aos clientes (nas vendas a prazo), recursos para manter estoques e recursos para pagamento aos fornecedores (compras de matéria-prima ou mercadorias de revenda), pagamento de tributos, salários e demais custos e despesas operacionais.

Dependendo do saldo inicial, das entradas e das saídas, **pode ocorrer uma falta ou uma sobra desses recursos** em um momento específico, dia ou semana. Para isto não ocorrer,

as decisões de compra e venda devem ser tomadas com critérios estabelecidos. Sempre que uma decisão for tomada, é necessário que seja feita uma análise sobre a disposição dos recursos financeiros da empresa para isso.

Se for tomada uma decisão de compra em excesso ou de dar mais tempo para os clientes nas vendas a prazo, a empresa deverá ter uma quantidade maior de dinheiro (recursos financeiros). Se esse recurso não existe, a entidade vai precisar utilizar recursos emprestados de bancos, de fornecedores ou de outras fontes, o que gerará uma necessidade de pagamentos de juros, diminuindo a margem de lucro do negócio.

O estoque de uma empresa é formado e mantido em função das necessidades do mercado consumidor, portanto, ele está sempre sofrendo mudanças de investimentos, seja em tipos de itens seja em quantidades. Quanto maior a necessidade de investimento nos estoques, mais recursos financeiros a empresa deverá ter.

Nas vendas, quanto mais prazo você oferece ao cliente ou quanto maior for a parcela de vendas a prazo no seu faturamento, mais recursos financeiros a empresa deverá ter.

Portanto, administrar o capital de giro da empresa significa avaliar no momento atual, as faltas e as sobras de recursos financeiros e os reflexos gerados por decisões tomadas em relação a compras, vendas e à administração do caixa.

Existe a expressão **capital em giro**, que seriam os bens efetivamente em uso, assim correspondendo à soma dos capitais próprios mais os capitais de terceiros aplicados na empresa, que compreendem, respectivamente, o patrimônio líquido (+) o passivo circulante e o não circulante, conforme estão demonstrados na [Figura 10](#).

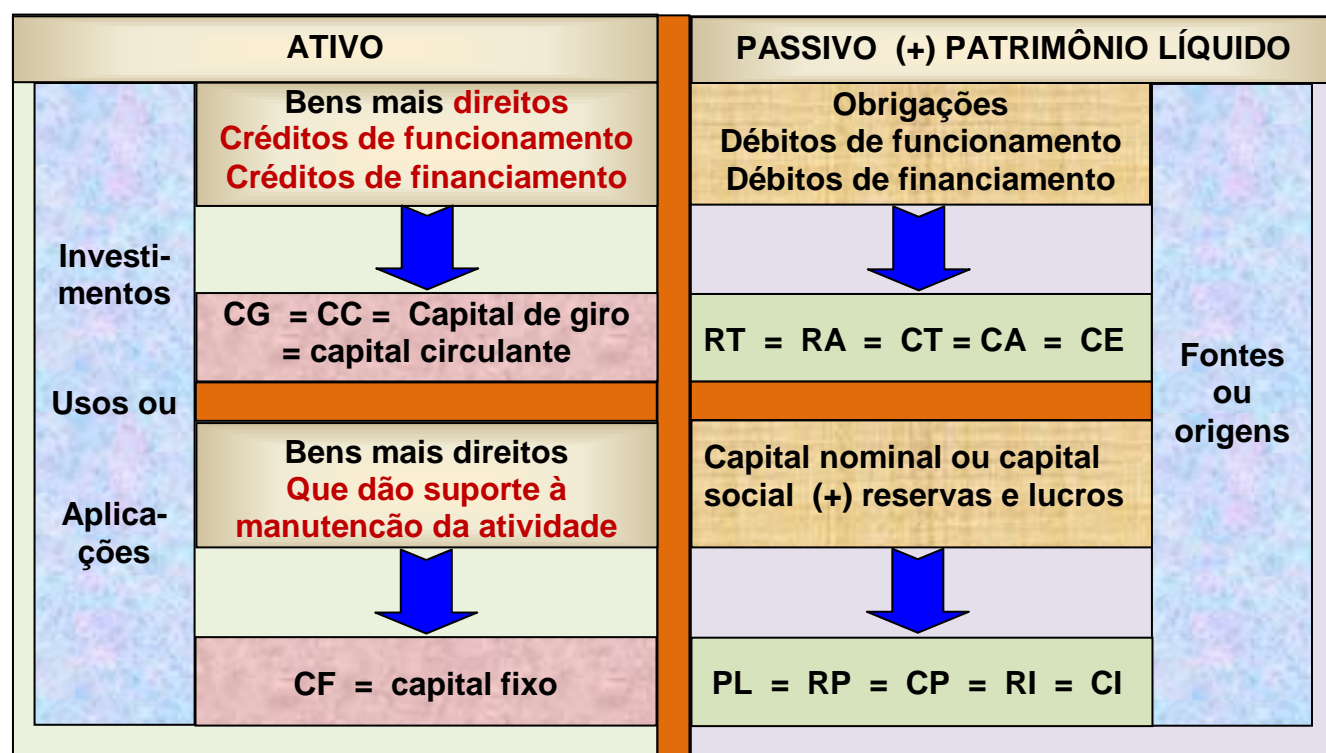


Figura 10 – Fontes de financiamentos e investimentos patrimoniais

Fonte: elaboração do autor.

Em resumo, capital de giro (capital circulante ou capital de trabalho) indica a parte do patrimônio que sofre constante movimentação nas empresas, tais como as disponibilidades e os valores realizáveis, diferenciando-se entre estes os créditos, os estoques e os investimentos. São excluídos, portanto, os capitais permanentes (ativo fixo ou imobilizado, investimentos permanentes) e o ativo pendente, que compreende valores contingentes como, por exemplo, despesas do exercício seguinte.

É nos bancos e no caixa que fica uma parte dos recursos financeiros disponíveis da empresa, ou seja, aquela que a empresa pode utilizar a qualquer tempo para honrar os seus compromissos diversos.

Capital fixo

Capital fixo compreende o ativo fixo que são todos os bens e direitos necessários para que a empresa consiga realizar suas atividades. Esses itens dão suporte à atividade da empresa. São itens que não estão expostos a transações comerciais (vendas), eles apenas dão suporte ou apoio à atividade e se caracterizam também por ter vida útil longa (maior de um ano), por exemplo, as vitrinas de uma empresa comercial; as máquinas de uma empresa industrial; os equipamentos de uma empresa prestadora de serviços.

Observa-se que os bens acima apenas garantem a manutenção da atividade; não estão expostos à venda. Esse conjunto de bens materiais é conhecido como **ativo imobilizado**; e se forem imateriais, serão chamados de **ativo intangível**, por exemplo, as marcas de produtos e as patentes de invenção.

Diferença entre capital e patrimônio

Tanto o capital quanto o patrimônio podem, em termos mais amplos, serem considerados sinônimos. Porém é necessário distingui-los, tendo em vista que a expressão capital pode assumir nos termos contábeis todos os significados descritos acima, enquanto o patrimônio será sempre o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma pessoa.

Capital versus dinheiro

Não confunda dinheiro com capital. Na contabilidade, os dois termos são coisas distintas. O capital é formado por dinheiro ou qualquer outro bem (móvel ou imóvel) e até por créditos. Se o capital pertencer aos sócios ou aos proprietários, será chamado de capital próprio, porém, se pertencer a pessoas ou empresas alheias à entidade, será chamado de capital de terceiros. O capital, seja próprio seja alheio, sempre estará investido (aplicado) no ativo da entidade, podendo estar materializado em dinheiro, estando na conta caixa ou conta bancos pertencente à entidade ou materializado em qualquer outro tipo de bem ou direito.

Regimes contábeis de receitas e despesas

Um problema básico que temos ao registrar os fatos contábeis referentes ao resultado é avaliar quando uma receita será realizada ou ganha e quando uma despesa será incorrida. Existem dois critérios para considerar a existência de uma receita e uma despesa: **caixa e competência**.

Os regimes contábeis ditam a forma de contabilização dos fatos contábeis que envolvem receitas e despesas.

Para bem entender o funcionamento dos critérios ou regimes: caixa e competência, abordam-se de imediato os conceitos de receitas e despesas.

Definição de receita

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 30, a receita é definida como o aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos, que resultem em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aportes dos proprietários da entidade (sócios). A [Figura 11](#) corrobora o conceito de receita.

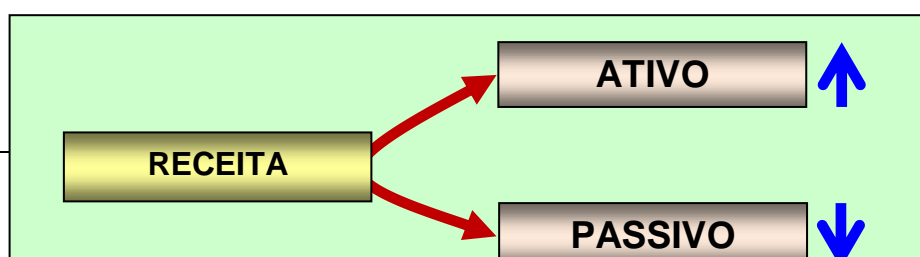


Figura 11 – Compreensão do conceito de receita

Fonte: elaboração do autor

As receitas surgem no curso normal das atividades da entidade e são designadas por uma série de nomes tais quais vendas, juros, dividendos, aluguéis, *royalties* etc. A mensuração das receitas deve ser feita pelo valor justo recebido ou a receber.

Definição de despesa

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 30, a despesa é definida como a diminuição nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou aumento de passivos, que resultem em decréscimos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes da saída de recursos por desligamento dos proprietários (sócios) da entidade. A Figura 12 corrobora o conceito de despesa.

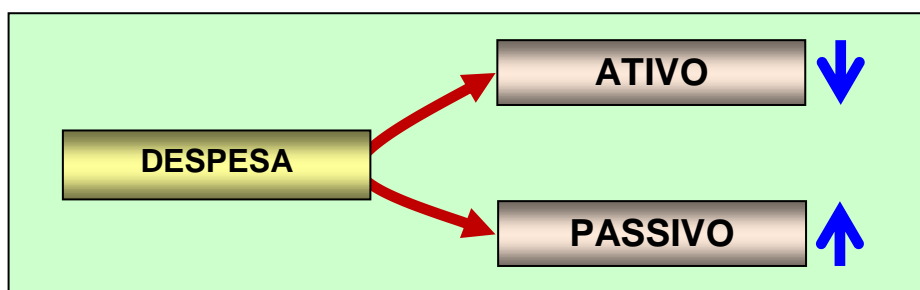


Figura 12 – Compreensão do conceito de despesa

Fonte: elaboração do autor

De acordo com o CPC nº 30, uma despesa é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado quando um gasto não produz benefícios econômicos futuros. Uma despesa é também reconhecida quando um passivo é incorrido sem o correspondente reconhecimento de um ativo.

Um dilema básico que se tem ao registrar os fatos que envolvem o resultado da entidade é avaliar quando uma receita foi realizada e quando uma despesa ocorreu. Existem dois critérios para considerar a existência de uma receita e uma despesa: caixa e competência.

Equação do trabalho

A equação do trabalho é a equação fundamental do patrimônio estendida, incluindo o resultado. Assim sendo, além da equação patrimonial [$A = (P + PL)$] até aqui abordada, podemos encontrar também a situação patrimonial de uma empresa, por outra equação que veremos a seguir, analisando a representação constante da Figura 13.

Para entender a equação do trabalho, basta classificar a receita como uma das origens de recursos, daí por que se adiciona aos recursos próprios mais recursos de terceiros; enquanto as despesas são classificadas como aplicação de recursos e, por isso se juntam aos bens e direitos.

| Ativo | | Passivo + PL | |
|-------|------|----------------------|---|
| A | Bens | Recurso de terceiros | P |

| | | | |
|----|----------|-------------------|----|
| | Direitos | Recursos próprios | SP |
| SP | Despesas | Receitas | SP |

Figura 13 – Estruturação dos elementos patrimoniais e de resultado

Fonte: elaboração do autor

Sob a ótica da empresa, associamos bens e direitos a **coisa boa**, enquanto as obrigações e patrimônio líquido, chamamos de **coisa ruim**. Como podemos entender o patrimônio líquido como coisa ruim? Muito simples: observe que a todos os credores das obrigações, a empresa tem de pagar juros, e aos sócios, detentores do patrimônio líquido, tem de pagar dividendos. Portanto, a empresa remunera tanto os credores das obrigações quanto os credores do capital próprio. A única diferença é que os credores do capital são sócios e não podem executar a empresa.

A [Figura 13](#) nos dá a seguinte equação:

$$\text{BENS} + \text{DIREITOS} + \text{DESPESAS} = \text{OBRIGAÇÕES} + \text{RECURSOS PRÓPRIOS} + \text{RECEITAS}$$

Da equação acima, podemos encontrar qualquer dos elementos, inclusive a situação líquida.

| | | | |
|---|------|---|---|
| $\text{SP} = \text{RP} + \text{R} - \text{D}$ | Onde | { | SP = situação patrimonial RP = recursos próprios R = receitas D = despesas |
|---|------|---|---|

Regime de caixa

Esse regime considera a existência de uma receita, quando a entidade recebe um valor. Em contraposição, a despesa é considerada no momento do seu pagamento.

Esse regime é utilizado pelas micros, empresas de pequeno porte e entidades sem fins lucrativos: fundações e associações.

Nesse regime de contabilização, o que importa é o efetivo recebimento ou entrada de recursos no que diz respeito às receitas e do efetivo pagamento ou saída de recursos no que diz respeito às despesas. Em síntese, diz-se que só há receitas se houver o recebimento; e despesa, se houver o pagamento. As [Figuras 14 e 15](#) elucidam essa definição.

Regime de competência

Esse regime trata da descrição do princípio contábil da competência que determina o reconhecimento dos efeitos das transações e outros eventos nos períodos a que se referirem, independentemente do recebimento ou do pagamento. Esse princípio pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

De acordo com o CPC nº 30, esse regime se torna obrigatório para todas as empresas, conforme o seguinte enunciado: “A fim de atingir seus objetivos, demonstrações contábeis são preparadas conforme o regime contábil de competência. Segundo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando o caixa ou outros recursos financeiros são recebidos ou pagos) e são lançados nos registros contábeis e reportados nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem.” A [Figura 14](#) mostra um resumo paralelo desses dois regimes.

A legislação comercial, por meio da Lei nº 6.404/76, também torna o regime de competência de aplicação obrigatória pelas sociedades anônimas; e legislação do Imposto de Renda também obriga a sua adoção pelas empresas enquadradas no lucro real.

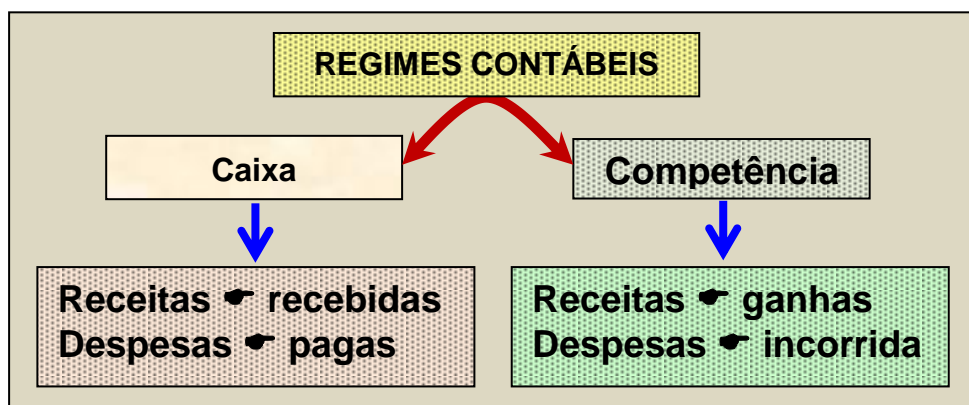


Figura 14 – Caracterização dos regimes contábeis

Fonte: elaboração do autor

Em síntese, conforme se estampa na [Figura 15](#), nesse regime, as receitas são consideradas como tal, quando **ganhas** ou **realizadas**, independentemente de serem recebidas; uma empresa realiza ou ganha uma receita, por exemplo, quando entrega um produto ou mercadoria ou presta um serviço. Já as despesas são consideradas incorridas pelo seu fato gerador, verificado no consumo ou benefício.

| | CONTABILIZAÇÃO | |
|------------------------------|----------------|-------|
| | Competência | Caixa |
| Receita ganha e recebida | sim | sim |
| Receita ganha e não recebida | sim | não |
| Receita não ganha e recebida | não | sim |
| Despesa incorrida e paga | sim | sim |
| Despesa incorrida e não paga | sim | não |
| Despesa não incorrida e paga | não | sim |

Figura 15 – Síntese das receitas e despesas por competência e caixa

Fonte: elaboração do autor

A realização das receitas ocorre:

- nas transações comerciais com terceiros quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem o compromisso de efetivá-lo quer pela investidora na propriedade dos bens quer pela fruição de serviços prestados;
- quando da extinção parcial ou total de um passivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- pela geração de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;
- no recebimento efetivo de doações e subvenções.

Baseado no conceito do regime de competência as receitas, decorrentes das operações da entidade subdividem-se em:

- Receitas ganhas e recebidas:** exemplo: venda à vista.
- Receitas ganhas e não recebidas:** exemplo: venda a prazo.

- **Receitas recebidas e não ganhas** ou **receitas diferidas** ou **receitas antecipadas**: exemplo: o recebimento antecipado de valor referente a móveis encomendados à fábrica.

As despesas se realizam ou incorrem:

- a) quando deixa de existir o correspondente valor ativo por transferência de sua propriedade para terceiros;
- b) pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- c) pelo surgimento de um passivo, sem correspondente ativo.

As despesas decorrentes das operações de uma entidade se subdividem em:

- **Despesas incorridas e pagas**: exemplo: energia do mês.
- **Despesas incorridas e não pagas**: são despesas que beneficiam a empresa antes de serem efetivamente pagas. Exemplo, aluguel do mês com o prazo para o dia 10 do mês seguinte. Folha de pagamento do mês para o dia 05 do mês seguinte.

Assim, se, por exemplo, os aluguéis de julho só forem pagos em agosto, então a apropriação da despesa do locatário e da receita do locador do bem **se dará em julho**, ou seja, em julho haverá uma despesa incorrida e não paga para o locatário e receita realizada e não recebida para o locador. O que importa é o fato de a despesa ter incorrido e a receita ter sido realizada. Uma despesa incorrida é a mesma coisa que despesa apropriada, assim como uma receita ganha é mesma coisa que uma receita apropriada.

- **Despesas pagas e não incorridas** ou **despesas antecipadas** ou **despesas de exercícios seguintes**. Supondo um contrato de seguro contra incêndio celebrado por \$120.000,00 em 01/09/x5, para cobertura de possíveis incêndios no período de 12 meses. Logicamente no encerramento do exercício (supondo 31/12/x5) a empresa apropria como despesas naquele período o valor de \$40.000,00.

Receitas recebidas e despesas pagas antecipadamente

Uma receita recebida antecipadamente **não é considerada uma receita**, mas, sim, uma **dívida** (obrigação) porque não foi ganha. Diz-se que é uma receita a apropriar (a ganhar). A [Figura 16](#) mostra a sequência do processo contábil da receita antecipada.

Uma despesa paga antecipadamente **não é uma despesa do período**, mas sim, um **direito** que deve ser registrado no ativo.

Definição de apropriação contábil

Apropriação, em contabilidade significa o reconhecimento de uma receita ou de uma despesa pelo princípio da competência. De acordo com esse procedimento, a empresa não espera a troca de dinheiro acontecer. Aqui, a despesa é assim considerada pela sua própria definição, que implica **consumo ou benefício** decorrente da utilização de bens ou serviços, independentemente de seu pagamento. Já a receita é considerada como tal, pela transferência do bem ou pela prestação de um serviço, independentemente do recebimento.

Esse termo é exclusivo para o **regime de competência**, tendo em vista que no **regime de caixa** só há sentido em se falar de despesa ou receita quando há, respectivamente, desembolso ou recebimento de dinheiro. Assim, se os aluguéis de março forem pagos em abril, a apropriação se dará em março, ou seja, em março haverá uma despesa incorrida e não paga. O que importa é o fato de a despesa ser incorrida (despesa incorrida é a mesma coisa que despesa apropriada).

Apropriação é uma sistemática ou procedimento contábil em que uma despesa ou receita é reconhecida quando ela ocorre independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. A [Figura 16](#) contribui na interpretação da relação receita e despesa antecipada versus apropriação.

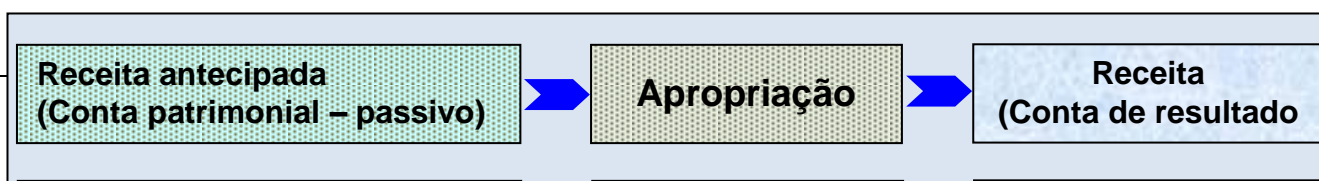


Figura 16 – Esquema contábil da receita antecipada

Fonte: elaboração do autor

Termos correlatos da expressão “a apropriar”

Apropriar uma despesa, é o mesmo que reconhecer a ocorrência do seu fato gerador, independentemente se foi paga ou não. Apropriar uma receita é o mesmo que reconhecer a sua realização (ocorrência do fato gerador), independentemente se foi recebida ou não.

Em contabilidade, a expressão “a apropriar” reporta-se a receitas e despesas que só se realizarão e incorrerão, respectivamente, em períodos futuros. Ou seja, no presente, são valores antecipados (recebidos ou pagos) que só serão receitas e despesas no futuro.

Interpretação

Quando deparmos uma expressão do tipo **despesas de aluguéis a apropriar**, qual o significado de tal expressão?

A resposta demanda que façamos uma análise por partes da expressão e, depois, concluamos sobre a expressão completa, vejamos então:

- primeira parte da expressão: **despesas de aluguéis** – somente essa expressão tem o significado de despesa propriamente dita;
- segunda parte da expressão: **a apropriar** – essa expressão significa que está para o futuro, que não é de agora, apesar de o valor ter sido pago.
- a expressão completa: **despesas de aluguéis a apropriar** – significa uma despesa de aluguel que está para o futuro, mas que já pagamos. Então, estamos diante de uma despesa antecipada que, apesar da presença da palavra **despesa**, não é despesa, mas um **direito**. Direito de quê? De usar o bem locado pelo período que já foi pago ou de ter a restituição do valor pago antecipadamente, se se desfizer a transação.

E se fosse a seguinte expressão: **receitas de aluguéis a apropriar**? Da mesma forma que o exemplo acima, devemos fazer a devida análise:

- primeira parte da expressão: **receitas de aluguéis** – somente essa expressão tem o significado de receita propriamente dita;
- segunda parte da expressão: **a apropriar** – essa expressão significa que está para o futuro, que é de agora, apesar de o valor ter sido recebido.
- a expressão completa: **receitas de aluguéis a apropriar** – significa uma receita de aluguel que está para o futuro, mas que já recebemos. Então, estamos diante de uma receita antecipada que, apesar da presença da palavra receita, não é receita, mas uma **obrigação**. Obrigação de quê? De disponibilizar o bem locado pelo período que já foi recebido ou de fazer a devolução do valor recebido antecipadamente, se se desfizer a transação.

Em contabilidade, existem outras expressões que têm a mesma conotação da expressão “a apropriar”. Aqui, destacam-se as expressões: “a vencer” e “a transcorrer”.

Exemplos.

- Despesas de juros a apropriar =
- = Despesas de juros a vencer =
- = Despesas de juros a transcorrer.

Em contraposição as expressões sinônimas acima, temos:

- Receitas de juros a apropriar =

- = Receitas de juros a vencer =
- = Receitas de juros a transcorrer.

Ingressos e saídas de recursos

Os ingressos são entradas de recursos no patrimônio de uma entidade e subdividem-se em ingressos de recursos patrimoniais e ingressos do resultado. Em contraposição, diz-se que uma empresa consome recursos quando paga uma despesa, faz um investimento, adquire e paga mercadorias para revenda ou matéria-prima para fabricação de um produto, paga serviços tomados, paga um empréstimo, devolve capital aos sócios, quando recompra sua parte no capital (ações ou quotas) e quando paga a estes os dividendos.

Ingressos de recursos patrimoniais

São ingressos que independem da atividade principal da empresa para serem recebidos. Esses ingressos compreendem os seguintes grupos: empréstimos e adiantamentos de clientes e os recursos desembolsados pelos sócios.

Ingressos de recursos do resultado

São ingressos que dependem da atividade da entidade ou que têm correlação com ela. São exemplos desses ingressos:

- as receitas oriundas da atividade principal da entidade;
- as receitas financeiras; e
- outros ganhos de capital, que são ganhos com vendas de ativos fixos como um imóvel, por exemplo. Incluem-se aqui as receitas de aluguel e de dividendos e receitas diversas de menor importância tais como uma venda de sucata. A [Figura 17](#) faz uma síntese sobre os ingressos.

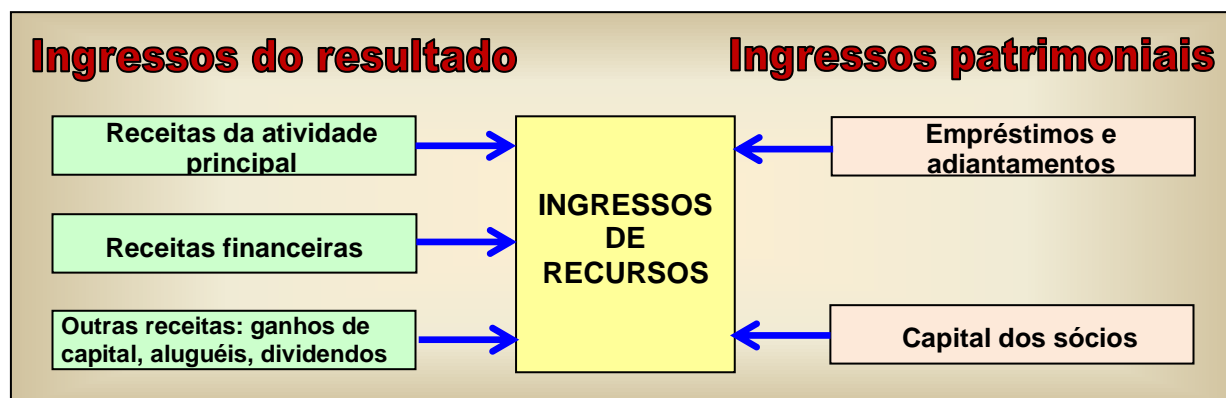


Figura 17 – Ingressos de recursos patrimoniais e do resultado

Fonte: Adaptado de LENZA, Pedro. Contabilidade geral, 2011, p.56.

Saídas de recursos patrimoniais

São saídas que, para ocorrerem, independem da atividade principal da entidade. São saídas de recursos que não estão diretamente relacionadas com a obtenção de receitas ou a incorrência de despesas. São exemplos de saídas patrimoniais:

- o pagamento de empréstimos;
- a realização de investimentos tal qual a aquisição de bens, mercadorias, matérias-primas, além de outras aplicações como é o fato de a empresa adquirir uma obra de arte ou uma antiguidade;
- pagamento aos sócios, feito em forma de dividendos ou de devolução de capital.

Saídas de recursos do resultado

Saídas de recursos do resultado são saídas que dependem da atividade da entidade ou têm correlação com ela. Essas saídas são expressas nos tipos seguintes:

- as despesas administrativas ou gerais, comerciais ou de vendas e financeiras;
- os tributos: impostas, taxas e contribuições;
- as participações de empregados, diretores e outros no resultado da entidade. A [Figura 18](#) contribui para melhor compreensão desse assunto.

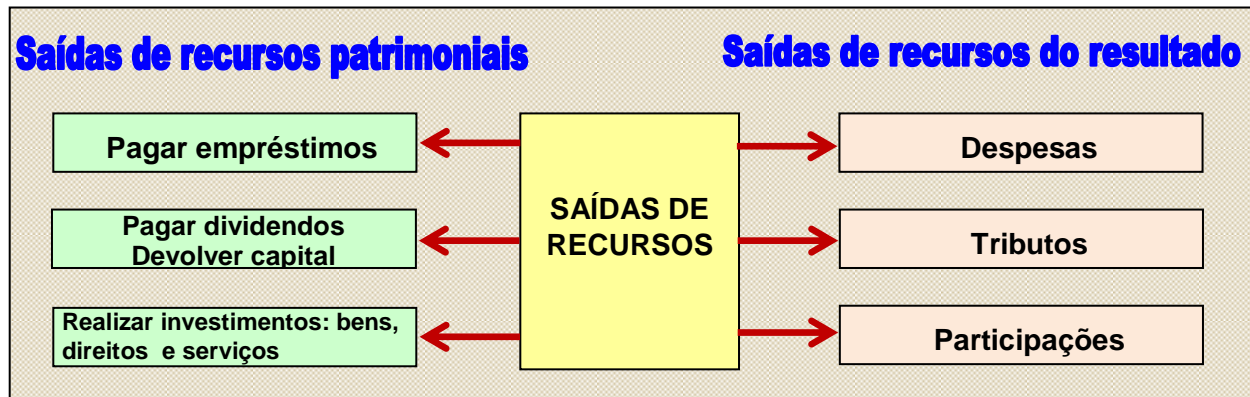


Figura 18 – Saídas de recursos patrimoniais e do resultado

Fonte: Adaptado de LENZA, Pedro. Contabilidade geral, 2011, p.57.

Gastos no ativo e no resultado

Em determinado momento, expressões do tipo: gasto, despesa, custo, desembolso e investimento, encargo e perdas podem ser usadas vernaculamente como termos sinônimos, entretanto, em contabilidade, cada um desses termos tem o seu instante adequado de uso.

Definição de gasto

Segundo Ferrari (2001, p.100), gasto “é todo sacrifício suportado por uma entidade na obtenção de um bem ou serviço”. O gasto é representado pela entrega de ativos (gasto à vista) ou pela promessa de entrega de ativos (gasto a prazo) em troca de bens e serviços. Gasto é um termo genérico para os demais termos elencados nessa seção. Entre os exemplos clássicos de gasto, podemos destacar o ato de comprar. Quando compramos, quer seja à vista, quer seja a prazo, incorremos em um gasto.

Entre os gastos que alteram o patrimônio líquido, destacam-se: as despesas, os encargos e as perdas. E entre os que não alteram o patrimônio líquido estão os investimentos.

Gastos no ativo

São gastos que uma vez ocorridos, geram algum tipo de ativo: bem ou direito. São gastos qualitativos, isto é, não modificam o patrimônio líquido da entidade. Tais gastos são representados pelos custos (custo de compra ou custo de produção) e investimentos.

Investimento

O termo investimento ou capital investido é pertinente ao conjunto de bens e direitos que forma o ativo ou o patrimônio bruto, que é a parte positiva do patrimônio. Assim, pode-se afirmar que o investimento é um gasto ativado, ou seja, que recebe a forma de ativo. Por exemplo, suponha que determinada indústria comprou em julho do ano X1, 12 galões de detergente para efetuar a limpeza de seu piso até o mês de dezembro do ano X1. Então no momento da compra, não há que falar em despesa ou custo, mas sim “**estoque de material de limpeza**” que será classificado como um bem a ser consumido à medida que o tempo decorrer, verificando-se assim o custo ou despesa.

Custo

Custos são gastos decorrentes da aquisição (compra) ou da produção de bens ou serviços. Custo é o valor gasto para adquirir uma mercadoria, fabricar um produto ou prestar um serviço, por exemplo, compramos tantos metros de tecido (matéria-prima), cujo valor representa o custo de compra. Em seguida, pegamos uma parte desse tecido e transformamos em camisas sociais masculinas, cujo valor do tecido consumido representa uma parcela do custo de produção.

Custo é a soma dos gastos incorridos e necessários à aquisição, conversão e a outros procedimentos indispensáveis para trazer os estoques à sua condição e localização atuais, e compreende todos os gastos incorridos na sua aquisição ou produção, de modo a colocá-los em condições de serem vendidos, transformados, utilizados na elaboração de produtos ou na prestação de serviços que façam parte do objeto social da entidade, ou realizados de qualquer outra forma.

Gastos no resultado

São gastos que uma vez ocorridos, geram algum tipo de despesa, implicando a redução do resultado. São gastos quantitativos, isto é, modificam o patrimônio líquido da entidade. Tais gastos são representados pelas despesas.

Despesas e encargos

São variações negativas que provocam a redução do patrimônio líquido, decorrentes do consumo de bens ou de benefício de serviços que ocorrem em qualquer área de uma entidade exceto a área de produção de bens e serviços. As despesas e os encargos provocam reduções do patrimônio líquido com a finalidade de gerar a receita, que é um elemento positivo, provocando, por sua vez, aumento do patrimônio líquido.

Despesa

É o gasto necessário para a obtenção de receita. As despesas são relacionadas a valores desembolsados ou a desembolsar com a estrutura administrativa e comercial da entidade. São exemplos de despesas:

- o aluguel a cargo do locatário;
- salários dos empregados;
- pró-labore do diretor comercial;
- propaganda e publicidade;
- comissões de vendedores etc.

Apenas lembrando: o CPV – custo dos produtos vendidos (em uma empresa industrial) e o CSV – custo dos serviços vendidos (em uma empresa prestadora de serviços) e CMV – custo das mercadorias vendidas são considerados despesas, apesar do nome “custo”.

Encargo

Encargo é um termo de muitos significados; entretanto, nesse estudo, apenas interessa dizer que é uma condição onerosa ou restrita de vantagem. Contabilmente, é um tipo específico de despesa.

Encargos sociais e trabalhistas: ônus imposto pelo governo às empresas para a contribuição de fundos destinados ao financiamento de atividades sociais estatais ou paraestatais e também certas obrigações pecuniárias que a empresa deve aos seus empregados. Os encargos sociais são aqueles que oferecem um benefício indireto a longo prazo para o trabalhador empregado. São despesas relativas a direitos sociais dos empregados. São exemplos de encargos sociais:

- a) Seguridade Previdência Social – INSS;
- b) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Programa de Integração Social – PIS/Pasep;
- d) Salário-educação;
- e) Sistema S – (Senac, Sesc, Senai, Sesi, Senat, Sest, Senar, Sebrae)

Encargos trabalhistas são aqueles que oferecem um benefício direto ao trabalhador, mas de forma extrassalarial. São exemplos de encargos trabalhistas:

- a) Décimo-terceiro salário;
- b) adicional de remuneração: periculosidade e insalubridade;
- c) adicional de férias;
- d) ausência remunerada;
- e) férias; licenças; repouso semanal remunerado;
- f) rescisão contratual;
- g) vale-transporte ou auxílio transporte;
- h) indenização por tempo de serviço;
- i) outros benefícios.

Existem outros encargos, tais como depreciação, amortização e exaustão que correspondem à perda de forma gradual de valor de bens dos ativos que dão suporte à atividade, através da depreciação, amortização ou exaustão.

Em termos de regimes contábeis, não é feita a distinção entre encargos e despesas. Sendo assim, para efeito de resultado, ambos são tratados da mesma forma, portanto, encargos de depreciação ou despesas de depreciação são expressões sinônimas, assim como os encargos de amortização e de exaustão são a mesma coisa que despesas de amortização ou de exaustão.

Perda

As perdas correspondem ao consumo de bens ou serviços de forma involuntária ou anormal ou eventual. Entretanto, existem perdas que são normais ou inevitáveis e perdas anormais ou evitáveis. A Figura 19 evidencia o resumo dos termos explicados nessa seção.

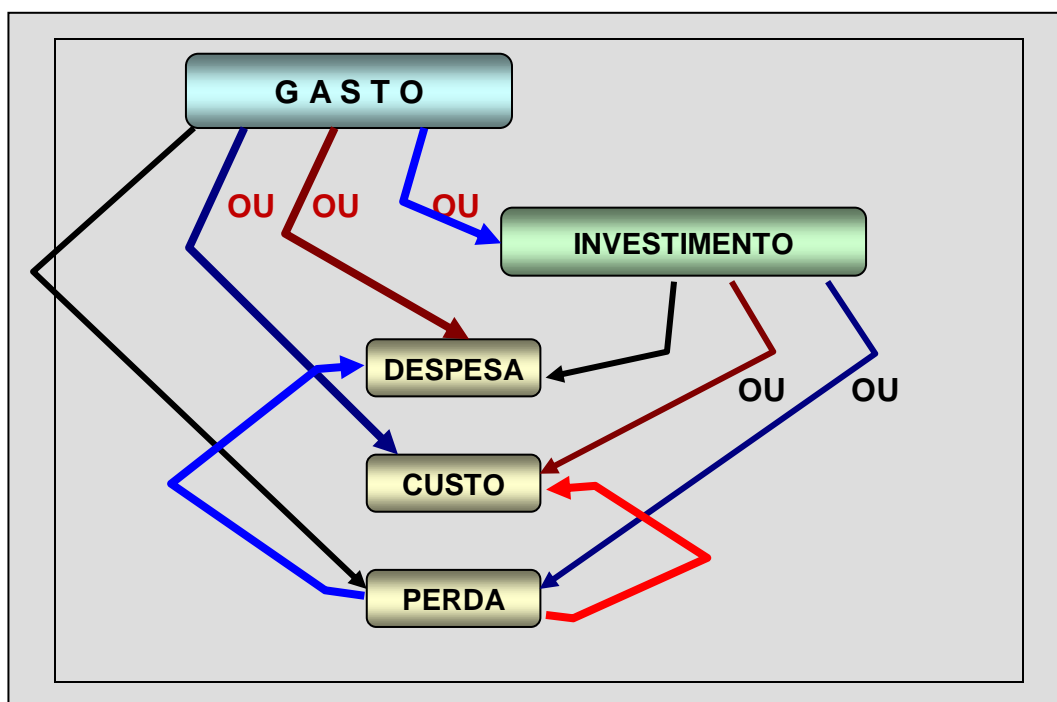


Figura 19 – Interações entre gasto, investimento, despesa, custo

Fonte: elaboração do autor.

Perdas normais ou inevitáveis

São aquelas, regra geral, inerentes a processo produtivo, por exemplo, suponha-se que para a produção de 10 litros de mercúrio são consumidos 15 litros de álcool, visto que cinco litros se evaporam durante o processo produtivo.

Nesse caso, tais perdas são classificadas como um custo, já que são valores sacrificados de maneira normal no processo de produção, fazendo parte de um sacrifício já conhecido até por antecipação, quando da elaboração do projeto ou modelo de produção.

Regra geral esse tipo de perda é decorrentes de processo físicos e químicos, tais como evaporação, condensação, liquefação, solidificação, decantação, solubilidade, encurtamento e efervescência etc.

Perdas anormais ou evitáveis

São perdas anormais e involuntárias que, em termos administrativos, podem ser evitadas. Muitas vezes, tais perdas decorrem de negligência administrativa, por exemplo, uma prateleira arriu por excesso de peso; certo material foi danificado por falta de acondicionamento adequado. Nesse caso, tais perdas, mesmo não objetivando receitas, são consideradas despesas.

Confrontação entre custo e despesa

Custo é o valor gasto com bens e serviços para a produção de outros bens e serviços. Exemplos: matéria-prima, energia aplicada na produção de bens, salários e encargos do pessoal da área de produção. Enquanto a **despesa** é valor gasto com bens e serviços, consumidos direta ou indiretamente, relativos à manutenção da atividade da empresa, bem como aos esforços para a obtenção de receitas através da venda dos produtos. Exemplos: materiais de escritório, salários da administração, a energia consumida etc. O custo de produção é típico da área de produção de bens e serviços enquanto a despesa é típica da não produtiva. A Figura 20 evidencia as áreas de alocação custos e despesas em uma empresa industrial.

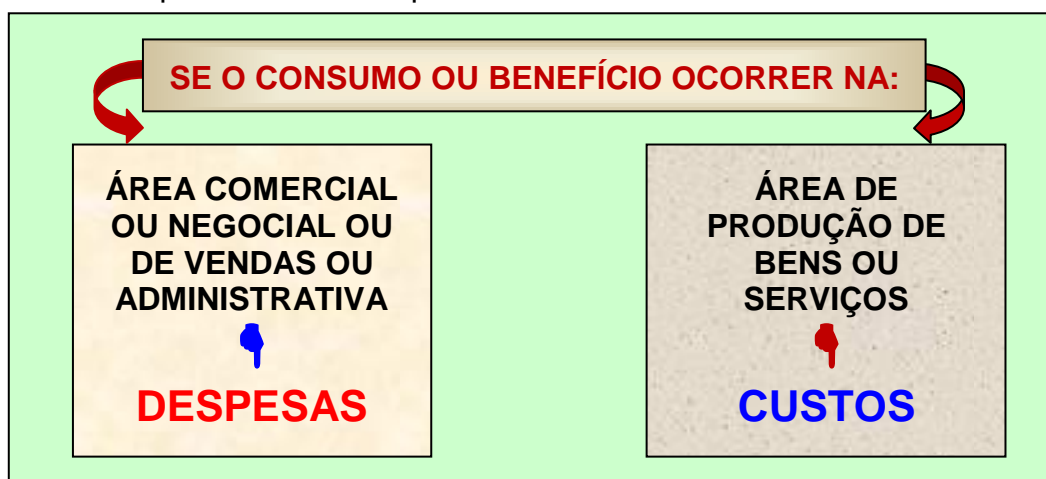


Figura 20 – Áreas de localização da despesa e do custo de produção

Fonte: elaboração do autor

Conforme já foi abordado, observa-se na figura acima que em uma empresa comercial não se tem que falar em custo de produção, verificando-se tão somente o custo de compra e as despesas, enquanto na empresa industrial, têm-se todos os elementos distintamente: custo de compra, custo de produção e despesas. Observa-se que a despesa está para a área comercial ou comercial ou administrativa, assim como o custo de produção está para a área de produção.

Custos são gastos decorrentes do consumo de bens ou do benefício de serviços para a produção de outros bens ou serviços, isto é, são gastos que ocorrem na área de produção. Assim, numa empresa industrial, de confecções, por exemplo, os salários dos vendedores, do pessoal administrativo são despesas, enquanto os salários das costureiras são custos de produção.

Da mesma forma, a depreciação de um aparelho de ar condicionado instalado no salão de vendas é uma despesa, ao passo que a depreciação desse mesmo aparelho instalado no salão de produção é um custo.

Comparando-se ainda os custos com as despesas, denotamos que os custos não reduzem a riqueza líquida da entidade, apesar de se verificarem pelo **consumo ou benefício** tais quais as despesas, conforme se demonstra na [Figura 21](#).

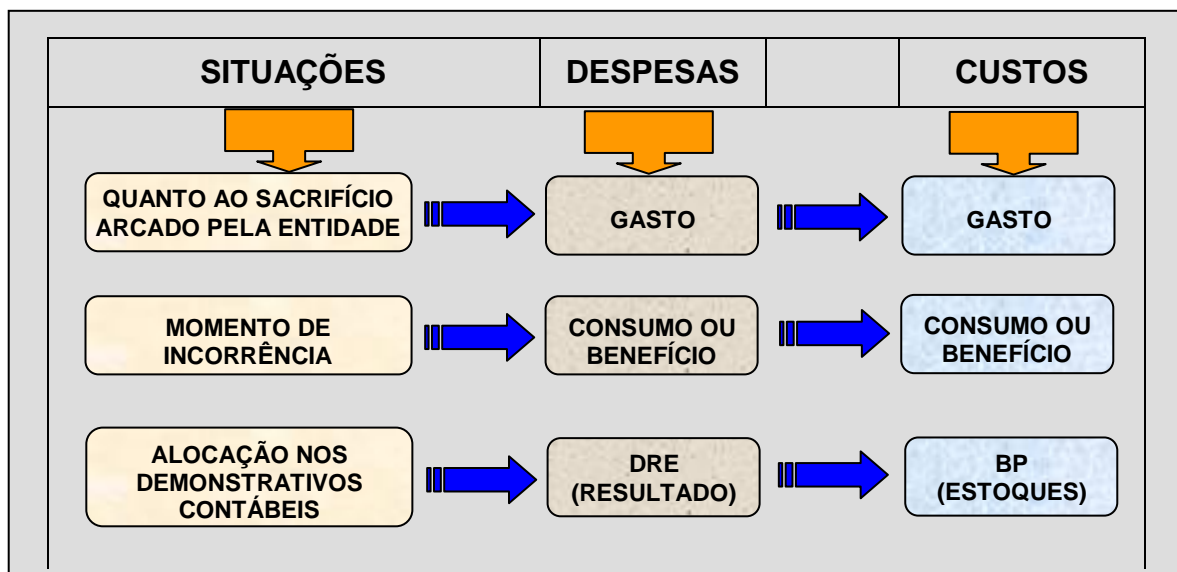


Figura 21 – Síntese das diferenças entre despesas e custos

Fonte: elaboração do autor.

Conforme já foi dito, na empresa industrial, observa-se tanto a existência de despesas quanto a de custos de produção, sendo aquelas, elementos negativos do resultado; e estes, um **estoque** enquanto os produtos acabados não forem negociados, pois se acontecer a sua comercialização, tem-se então a transformação do custo de produção (CP) em custo do produto vendido (CPV), que será alocado na DRE como **despesa**.

Da mesma forma, tem-se o custo das mercadorias compradas para revenda (CMC), representando o estoque enquanto as mercadorias não forem revendidas, pois, na hora da revenda o custo da mercadoria comprada (CMC) se transforma em custo da mercadoria vendida (CMV) e como tal este será despesa.

Em termos de gestão de negócios, é muito importante, a correta diferenciação dos gastos em custos e despesas se faz necessária já que a contabilidade trata ambas de formas distintas. Contabilmente, os custos integram diretamente o valor dos estoques, já as despesas são deduzidas do resultado apenas na **demonstração do resultado do exercício**.

Afinal de contas, como diferenciar custos de despesas?

a) Os custos têm a capacidade de serem atribuídos ao produto final, despesas são de caráter geral, de difícil vinculação aos produtos obtidos. Sempre que houver dúvidas entre custo e despesa, devemos realizar as seguintes perguntas:

- 1) se hipoteticamente eu eliminar este gasto a produção ou obtenção de estoques seria diretamente afetada?;
- 2) se a resposta for afirmativa, trata-se então de um custo, pois o gasto que quero eliminar está vinculado à produção, caso contrário temos uma despesa.

Exemplo: o gasto com propaganda e publicidade é custo ou despesa?

Aplicando a análise acima veremos que ao cortar gastos com publicidade e propaganda não teríamos alteração no processo produtivo de estoques, somente uma possível queda nas vendas. Portanto trata-se de uma despesa.

- b) Os custos representam gastos na aquisição ou produção de bens e serviços; enquanto as despesas representam gastos administrativos, de vendas e financeiros.
- c) Os custos são vinculados diretamente aos produtos e serviços; as despesas não se identificam diretamente à produção.

Como foi visto, despesas e custos têm algumas características em comum: ambos são gastos que envolvem o consumo de bens ou benefício de serviços. No entanto, a despesa, regra geral, vai para a demonstração do resultado do exercício – DRE, e o custo, para o balanço patrimonial – BP como estoque. As Figuras (22, 23 e 24), que seguem, contribuem para a distinção desses conceitos, bem como completar o referido assunto.

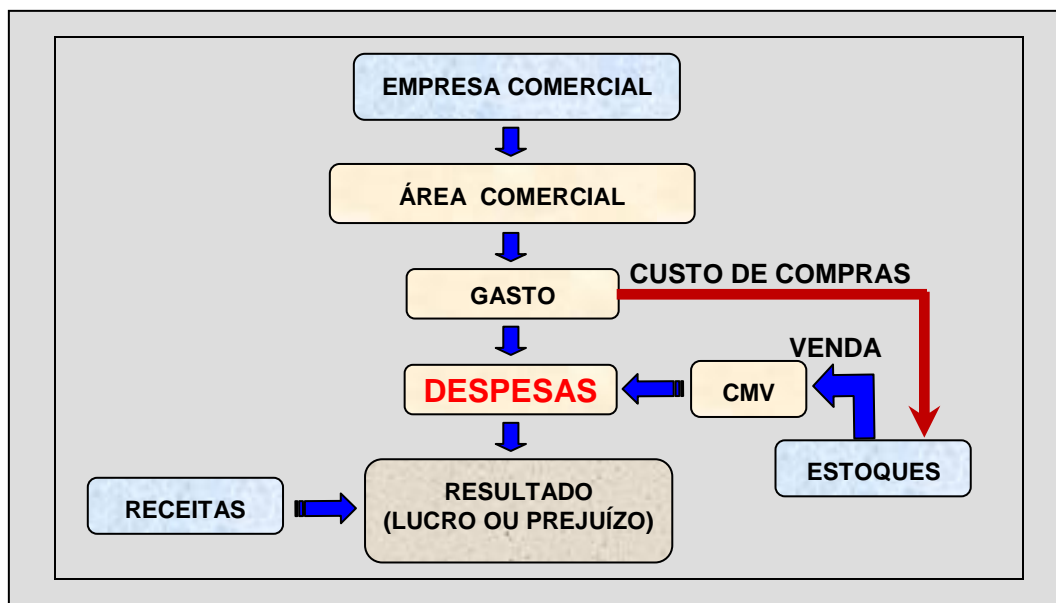


Figura 22 – Gastos e despesas nas empresas comerciais

Fonte: elaboração do autor.

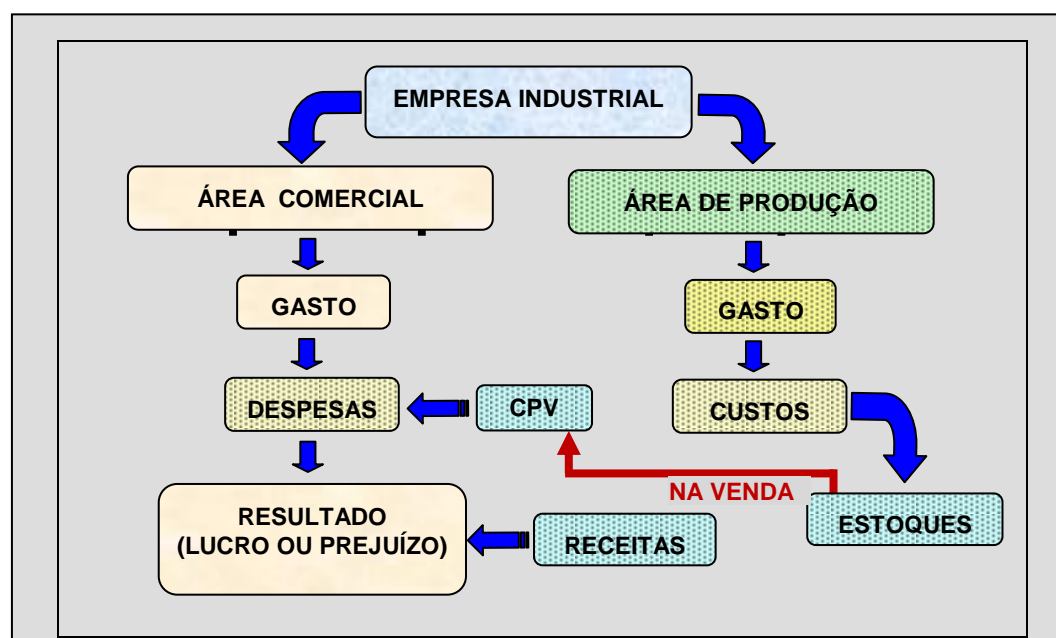


Figura 23 – Gastos e despesas nas empresas industriais

Fonte: elaboração do autor.

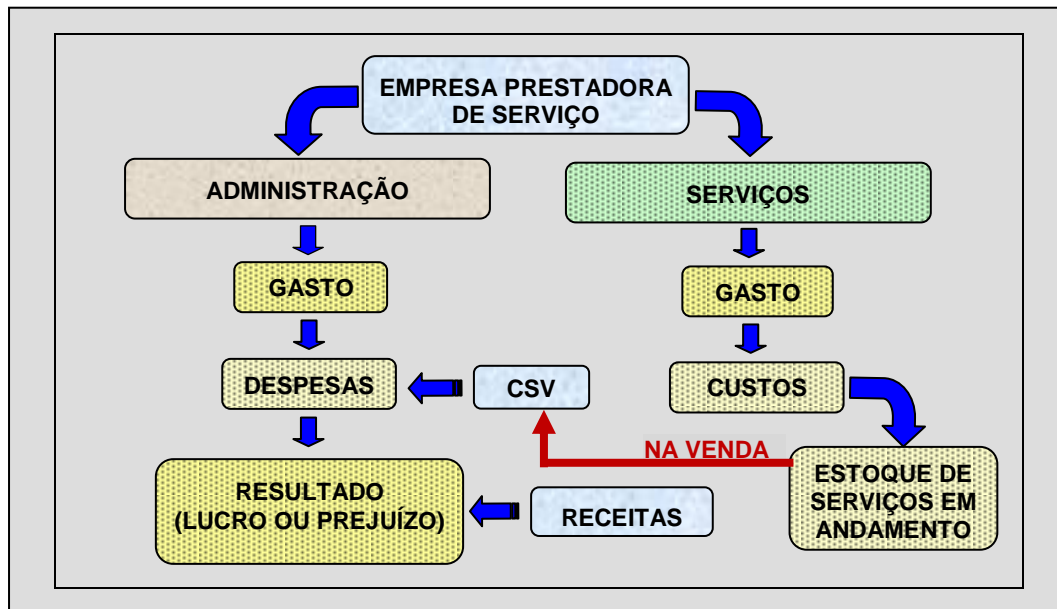


Figura 24 – Gastos e despesas nas empresas prestadoras de serviços

Fonte: elaboração do autor.

Na empresa prestadora de serviços, pode-se afirmar que os gastos no funcionamento da empresa são despesas e gastos na prestação de serviços são custos.

Gasto e desembolso gerado

Em uma situação pessoal desembolso seria tirar do bolso para alguma finalidade. Em termos de pessoa jurídica, significa tirar dinheiro do caixa ou de um equivalente de caixa para pagar algo que a pessoa jurídica adquiriu ou ainda vai adquirir.

O desembolso é pagamento resultante da aquisição de um bem ou um serviço, ou seja, é resultante do gasto. Pode ocorrer antes, durante ou após a entrada da utilidade comprada, portanto, defasada ou não do momento do gasto. O desembolso também chamado de descaixe é todo o dinheiro que sai do caixa ou do disponível para pagamento.

O desembolso é o pagamento resultante da aquisição de algum tipo de bem ou serviço. Por tanto, seria a saída financeira da empresa para pagamento de um investimento, uma despesa, de um custo ou de uma obrigação.

Desembolso é considerado momento do pagamento. Nesse caso, ele pode ocorrer antes (pagamento antecipado), no momento (pagamento à vista) e depois (pagamento a prazo) da ocorrência do gasto.

POSTULADOS E PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

A contabilidade é regida por postulados e princípios que são os pilares para a análise, julgamento e interpretação de todos os fatos contábeis que alteram o patrimônio. Os princípios de contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à ciência da contabilidade, conforme o entendimento predominante no universo científico e profissional de nosso País.

Postulados

São proposições ou afirmações axiomáticas ou absolutas, isto é, são afirmações que não se sujeitam a provas pelo fato de serem verdades absolutas. São proposições não evidentes nem demonstráveis que se admitem como princípios de um sistema dedutível, de uma operação lógica ou de um sistema de normas práticas. Um axioma é uma premissa imediatamente evidente que se admite como universalmente verdadeira sem a exigência de demonstração, ou seja, uma proposição que se admite como verdadeira porque dela se

pode deduzir as proposições de uma teoria ou de um sistema lógico ou matemático. De acordo com a teoria geral de Contabilidade, existem dois postulados:

- postulado da entidade;
- postulado da continuidade.

No Brasil, os postulados acima passaram a ser abordados como princípios ao lado dos princípios propriamente ditos, elencados na Resolução nº 750/93 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Ressalta-se o fato de que, atualmente, essa resolução foi revogada pela NBCTSP – Estrutura Conceitual de 2016. Todavia, posteriormente, o CFC divulgou comunicado afirmando: "Revogar a Resolução nº 750/93, porém, **não significa que os Princípios de Contabilidade estejam extintos**, ou seja, não foram eliminados e sim diluídos nos diversos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A revogação das resoluções visa apenas à unicidade conceitual, indispensável para evitar divergências na concepção doutrinária e teórica, que poderiam comprometer aspectos formais das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

Princípios

Enquanto os postulados são axiomas, os princípios contábeis são teoremas, necessitando, portanto, de provas para sua admissão como verdadeiros. Princípio é a causa da qual algo procede. Um princípio é a fonte ou a causa de uma ação, é a proposição que se põe no início de uma dedução e que não é deduzida de nenhuma outra dentro do sistema, sendo admitida, provisoriamente, como inquestionável. São normas resultantes do desenvolvimento da aplicação prática de estudos que conduziram a admiti-los como **aceitos**. Os princípios são os teoremas, e os postulados, os axiomas, representando, assim, a essência das doutrinas e teorias relativas à Contabilidade.

A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC) é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), sendo que na aplicação desses princípios a situações concretas, a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

Princípio da entidade

Este princípio diz respeito à capacidade que a Contabilidade tem de não confundir os interesses dos sócios dentro da empresa com os interesses da própria empresa. Por exemplo, numa empresa individual, o empresário pode retirar dinheiro do próprio bolso para pagar uma fatura. O que fazer Contabilmente?

O contador deve inicialmente registrar como empréstimo do proprietário à empresa para, em seguida, efetuar a saída de caixa. Já numa sociedade limitada (marido e mulher) que moram no mesmo prédio onde a empresa funciona. Pagam conta de água/ luz/telefone/impostos para o prédio como um todo. Qual a parcela que deverá ser atribuída como despesa da empresa?

O contador deverá fazer um rateio de acordo com a área ocupada. Esse princípio reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade, afirmando, portanto a autonomia patrimonial, isto é, o patrimônio da entidade não se confunde com o dos seus sócios: acionistas ou quotistas, ou empresário individual.

Esse princípio evidencia a necessidade de diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes. Trata-se na contabilidade a pessoa jurídica da entidade como distinta da pessoa física do proprietário. Sendo assim, o patrimônio não pode ser confundido com o de outra entidade ou mesmo de um de seus sócios. Por exemplo, imagine que certa empresa paga a escola do filho de um dos sócios.

Princípio da continuidade

Este princípio revela que a vida da entidade é continuada. A sequência das atividades operacionais de uma entidade deve ser presumida indefinidamente pela Contabilidade que vê a empresa como algo em movimento continuado com investimentos, consumos, poupanças, reinvestimentos etc.

A empresa é vista como um mecanismo voltado para adicionar valor aos recursos que utiliza e o sucesso da empresa é mensurado basicamente pelo valor das vendas ou serviços menos o custo dos recursos utilizados no esforço de produzir a receita. As demonstrações financeiras são estáticas, não podendo ser desvinculadas dos períodos anteriores e subsequentes.

A continuidade significa que a contabilidade efetua a avaliação do patrimônio e o registro das suas mutações considerando que a entidade, até evidências em contrário, terá sua vida continuada ao longo do tempo, ou seja, é a hipótese básica de que a entidade cujo patrimônio está sendo contabilizado não está destinada à liquidação ou a qualquer forma de extinção, mas, sim, a continuar operando por tempo indeterminado.

Isso não significa que em nenhuma situação se abandona a ideia da continuidade; obviamente, quando existirem evidências de que a empresa irá descontinuar em decorrência de dificuldade financeira, de deliberação dos próprios sócios ou de qualquer outra causa, esse fato terá então de ser necessariamente considerado na avaliação do seu patrimônio, bem como no registro dos fatos contábeis.

Entretanto, a partir do momento em que se trabalha com a hipótese de descontinuidade da empresa, não há que falar na aplicação rigorosa da maioria dos princípios contábeis. Se não existisse o princípio contábil da continuidade, simplesmente não seria possível ter uma boa parte das despesas antecipadas, bem como ter o registro do imobilizado pelo seu custo ou valor de aquisição.

Na hipótese da descontinuidade, a única forma possível de avaliar os elementos ativos de um patrimônio é com base nos seus possíveis valores a serem obtidos no caso de sua efetiva alienação ou liquidação.

Outra ressalva importante a respeito desse princípio é que ele permite o efetivo confronto entre as receitas e as despesas para apuração do lucro mais próximo da realidade em cada período contábil.

Princípio da oportunidade

Este princípio revela a tempestividade e a integridade do registro dos fatos contábeis, determinando que tais registros sejam feitos de imediato e com extensão correta, ou seja, os registros contábeis devem ser feitos em tempo hábil.

A tempestividade diz respeito ao fato de que as informações e demonstrações contábeis devem ser editadas em tempo hábil previsto em lei e a integridade, ao fato de que as informações contábeis devem compreender todos os elementos relevantes e significativos.

O princípio da oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Princípio do registro pelo valor original

Esse princípio determina que os componentes do patrimônio **devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações expressos em moeda nacional**.

Enunciado: "...O custo de aquisição de um ativo ou dos insumos necessários para fabricá-lo e colocá-lo em condições de gerar benefícios para a entidade representa a base de valor para a contabilidade, expresso em termos de moeda de poder aquisitivo constante ..."

Este princípio revela que os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, ou seja, o ativo é incorporado aos registros contábeis pelo preço pago para adquiri-lo mais os desembolsos necessários para colocá-lo em condições de funcionamento, ou pelo custo dos insumos para fabricá-lo, expressos em moeda vigente do País.

Desse princípio resulta o seguinte:

- a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entradas;
- valor original deverá ser mantido enquanto o bem permanecer no patrimônio, inclusive quando da saída deste;
- uso da moeda nacional é imperativo de homogeneização quantitativa desses componentes.

O real é a unidade padrão de mensuração da mesma forma que o metro, o litro, o quilo etc. Por exemplo, determinada empresa solicita ao *Citybank* um empréstimo em dólares. No momento da sua contabilização deverá ser convertido à taxa de câmbio do dia da liberação, transformando a quantidade de dólares em reais.

Custo de compra

Compra ou aquisição é o valor pelo qual uma entidade adquire o direito de propriedade sobre as mercadorias para revenda ou de bens para o próprio uso ou consumo.

Para compreendermos melhor o assunto, vamos recorrer ao **CPC nº 16**, que versa sobre estoques.

Item 11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. [Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.](#)

Em outras palavras, **no custo de compra**, são considerados **todos os gastos incorridos** na compra do bem (frete, seguro, impostos não recuperáveis etc.), à exceção dos tributos recuperáveis que devem ser excluídos, até a sua colocação em condições de uso ou em condições de venda.

As compras de mercadorias ou insumos devem ser contabilizadas pelo valor da transação, agregando-se a esse valor, gastos com frete, seguro ou qualquer gasto que tenha sido realizado para colocar e manter a mercadoria no estoque ou à disposição do cliente; deduzindo-se os tributos recuperáveis, as devoluções de compras e abatimentos. Sendo assim, deduz-se a seguinte equação representativa do custo de compra à vista. As afirmações dessa seção permite estruturar a seguinte equação:

$$CC = VNF + GA - (DIO + TR + ABC + DVC + JE)$$

Em que:

- CC = custo de compra.
- VNC = valor da nota fiscal de compra
- GA = gastos adicionais, ou gastos acessórios.
- DIO = desconto incondicionais obtidos.
- TR = tributos recuperáveis.
- ABC = abatimento sobre compras.
- DVC = devolução de compras.
- JE = juros embutidos.

CC – custo de compra

Processada a equação acima, ter-se-á então o custo compra, na sua forma líquida, que aqui, não significa um valor menor, mas sim o valor apurado pela equação. O custo de compra representa o valor do bem patrimonial.

VNC – valor da nota fiscal de compra

Nota fiscal ou cupom fiscal, por exemplo, são documentos obrigatórios que devem ser emitidos pela empresa vendedora. São documentos para comprovação perante o fisco, referente à movimentação do produto ou mercadoria adquirida.

GA - gastos adicionais, ou gastos acessórios

Nas operações de compra, todos os gastos arcados pela empresa compradora até a mercadoria estar à disposição para venda ou transformação devem ser considerados como custo de aquisição e integrar o valor das mercadorias adquiridas. Por exemplo, frete, seguros, carga ou descarregamento da mercadoria durante o percurso, tributos não recuperáveis etc.

Na hipótese de importação de mercadorias, devem ser computados no custo de aquisição:

- o Imposto de Importação;
- o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), incidente sobre a operação de câmbio;
- os custos alfandegários, inclusive os gastos com despachantes;
- a variação cambial até a data de entrada da mercadoria no estabelecimento adquirente;
- demais taxas pagas na referida operação

Os gastos eventualmente realizados com a armazenagem somente devem integrar o custo de aquisição quando forem necessários à efetiva chegada e entrega da mercadoria no estabelecimento da empresa adquirente.

De acordo com o CPC nº 16, todos os demais gastos inclusive de realocação, variação cambial ou qualquer outro desembolso, quando realizado após a chegada das referidas mercadorias no estabelecimento da empresa adquirente, devem ser reconhecidos como **despesa** e não como custo de compra.

DIO = desconto incondicionais obtidos

Nesse momento, deve-se entender a diferença entre as seguintes expressões: descontos incondicionais, descontos condicionais e abatimentos.

Descontos incondicionais ou descontos comerciais e os abatimentos, segundo a legislação, são considerados deduções do preço de aquisição ou de compra.

Descontos comerciais ou incondicionais são parcelas redutoras dos preços de compra e venda constantes da nota fiscal ou da fatura de serviços e não são dependentes de evento posterior à emissão desses documentos.

Abatimentos sobre compras são parcelas redutoras do custo de compra, em função de eventos ocorridos após a operação. Eles podem ocorrer por diferença de tipo, qualidade, quantidade, preço ou qualquer outro fator que esteja em desacordo com o pedido de compra ou com a nota fiscal. Podem decorrer dos chamados vícios redibitórios que são defeitos provenientes do processo produtivo, de forma oculta no bem ou coisa objeto de uma compra, e do qual o comprador não poderia tomar conhecimento quando efetuou o negócio, de tal forma que este vício torne o uso ou destinação do bem imprestável ou impróprio, ou ainda diminuindo-lhe o valor.

Descontos condicionais ou descontos financeiros são descontos ligados ou condicionados ao vencimento de um papel de pagamento ou recebimento de títulos por antecipação. Portanto, pode ser obtidos ou concedidos.

Os descontos comerciais ou incondicionais se diferenciam dos descontos condicionais ou descontos financeiros uma vez que, para a concessão desse último, há de se cumprir a condição de pagamento do título até determinada data estipulada pelo vendedor. Esse desconto é contabilizado como receita financeira para o comprador, não afetando, portanto, os estoques.

Ainda nesse estudo, é muito comum, por conveniência entre o comprador e o vendedor, as **bonificações** que são concedidas em mercadorias, de forma adicional, vinculada à transação. Na nota fiscal, em vez de estarem demonstrados o valor de venda e o valor do desconto dado, mantém-se o valor de venda, mas entrega-se uma quantidade de mercadorias ou produtos maior do que o normal por aquele preço acertado.

Exemplo: o preço de 200 caixas do produto “JAS” corresponde a R\$ 1.000,00, e o vendedor entrega por esse mesmo valor a quantidade de 220 caixas do produto. A quantidade adicional de 20 caixas corresponde à bonificação em mercadorias.

O desconto comercial, dado mediante acréscimo da quantidade entregue, presume a existência de um desconto no negócio por unidade vendida. No exemplo acima, a entrega de 20 caixas está vinculada à venda do lote de 200 caixas, ou seja, a receita da venda está vinculada à baixa do estoque de 220 caixas. O vendedor, em vez de vender o produto “JAS” pelo preço unitário de R\$ 5,00 ($R\$ 1.000,00 \div 200$ caixas), nessa operação teve o preço unitário real de R\$ 4,545 ($R\$ 1.000,00 \div 220$ caixas).

TR - tributos recuperáveis

Sobre o preço de venda, há incidência de tributos que guardam proporcionalidade com o preço de venda dos produtos, mercadorias ou serviços, mesmo quando o respectivo montante integre esse preço (tributo calculado por dentro). São tributos incidentes sobre vendas/ compras e serviços:

- a) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);
- b) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);
- d) Imposto de Exportação (IE);
- e) Imposto de Importação (II);
- f) Imposto sobre Operações Financeiras, Câmbio e Seguro (IOF);
- g) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
- h) Programa de Integração Social (PIS);
- i) Taxas que guardam proporcionalidade com o preço de venda e a quota de contribuição ou retenção cambial, devida na exportação, entre outros.

Os tributos sobre vendas podem ser classificados em dois tipos:

- a) cumulativos ou não recuperáveis; e
- b) não cumulativos ou recuperáveis.

Os tributos sobre vendas são cumulativos (não recuperáveis) quando são exigidos na sua integralidade, ou seja, toda vez que houver saídas tributadas, deve-se efetuar o cálculo em cima do total destas saídas (preço total), sem direito à dedução dos tributos incididos nas operações anteriores. Esses tributos incidem não somente sobre o valor da venda do agente econômico, mas também sobre o valor das transações anteriores da cadeia produtiva, por isso, são denominados de **tributos em cascata**.

Esses tributos representam custos ou despesas, como é o caso do IPTU, IPVA, IOF etc. Se esses tipos de tributos acontecerem quando da produção de certo produto ou serviço, então, devem ser incorporados ao custo de produção do produto ou serviço. Caso contrário, serão considerados como despesas,

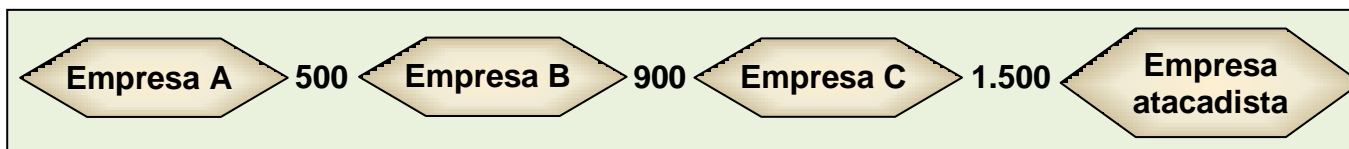
Os tributos sobre vendas são não cumulativos (recuperáveis) quando não é permitido calcular o tributo sobre as bases já tributadas, o que implica dizer que a base de cálculo será sempre o valor agregado (VA) em cada operação, sendo que, para alcançar esse fim, é permitido que se deduza o montante recolhido nas operações anteriores.

Um tributo é considerado não cumulativo quando compensamos o que pagamos na entrada das mercadorias (tributos a recuperar) com os valores que recebemos do cliente na venda dessa mercadoria (tributos a recolher). Nesse caso, esses tributos que pagamos representam um direito.

Situação.

Suponha-se que haja três estágios (transações) na cadeia produtiva de um produto X, representados pelas empresas A, B e C. E que haja um tributo instituído em 10% sobre o valor das vendas. Passo a passo dos estágios:

- no primeiro estágio, imagine-se que a empresa A não tenha adquirido (comprado) insumos de nenhuma outra empresa e produz produtos que vende por R\$ 500,00 à empresa B;
- segundo estágio: a empresa B utilizou todo o material comprado de A, em seu processo produtivo e, conseguiu fabricar produtos que vendeu por R\$ 900,00 à empresa C;
- A empresa C, por sua vez, utilizou todo o material adquirido no seu processo produtivo e, conseguiu fabricar produtos que vendeu por R\$ 1.500,00 a empresas atacadistas da região. O fluxograma abaixo ilustra esse ciclo produtivo.



Se o tributo for considerado cumulativo ou não recuperável:

- Empresa A: $10\% \times \$500 = \50
 - Empresa B: $10\% \times \$900 = \90
 - Empresa C: $10\% \times \$1.500 = \150
- Total arrecadado do imposto = **\$290**

Se o tributo for considerado não cumulativo ou recuperável:

- Empresa A: $10\% \times \$500 = \50 e $\$50 - 0,00 = \50
 - Empresa B: $10\% \times \$900 = \90 e $\$90 - \$50 = \$40$
 - Empresa C: $10\% \times \$1.500 = \150 e $\$150 - \$90 = \$60$
- Total arrecadado do imposto = **\$150**

Os tributos sobre vendas são, normalmente, repassados ao comprador dos bens. Assim, dizemos que o comprador é o **contribuinte de fato** enquanto o vendedor é **contribuinte de direito**. Observamos que na sistemática não cumulativa, o contribuinte de direito pode deduzir o tributo que ele pagou na aquisição do bem como contribuinte de fato.

Também é possível verificar que a mesma arrecadação seria obtida se cada vendedor fosse tributado apenas pelo valor que ele adicionou ao valor da compra, ou seja, o seu valor de venda menos o valor de suas compras:

- Empresa A: $\$500 - \$0,00 = \$500$ e $10\% \times \$500 = \50
 - Empresa B: $\$900 - \$500 = \$400$ e $10\% \times \$400 = \40
 - Empresa C: $\$1.500 - \$900 = \$600$ e $10\% \times \$600 = \60
- Total arrecadado do imposto = **\$150**

No Brasil, há quatro tributos recuperáveis: dois impostos: o ICMS, de competência estadual e o IPI, de competência federal; e duas contribuições sociais: o PIS e a Cofins, ambas de competência da União. O ICMS incide sobre a circulação de mercadorias em geral e de alguns tipos de serviço. O IPI incide apenas sobre produtos industrializados.

Princípio da competência

Este princípio revela que as receitas e as despesas devem ser indicadas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente de recebimento ou pagamento.

Esse princípio não está relacionado com recebimentos ou pagamentos, mas sim, com o reconhecimento das receitas ganhas e das despesas incorridas no período.

Uma receita ganha independe de a empresa tê-la recebido. Por exemplo, um pintor da construção civil, quando termina a pintura de um imóvel, caracteriza a prestação do serviço. Mesmo que o tomador do serviço não tenha pagado o serviço, a receita foi ganha.

Em contrapartida, quando contratamos um serviço e o consumimos ou nos beneficiamos, então a despesa foi incorrida. Por exemplo, no último dia do mês de julho, a conta referente ao uso do telefone fixo naquele mês, independentemente de ter sido paga, já representa despesa incorrida de julho. Essa conta será paga em agosto, mas, como refere-se à despesa do mês anterior, deve ser considerada sob esse princípio, como despesa incorrida no mês em que se deu o consumo ou benefício.

Do exposto, infere-se que esse princípio não admite que receitas e despesas pertencentes a exercícios anteriores sejam consideradas no exercício atual.

Princípio da prudência

Este princípio consiste em determinar a adoção do menor valor para os componentes do ativo e receita e a do maior valor para os do passivo e despesa, sempre que se apresentar alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Esse princípio pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superavaliados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

Interpretação

O princípio da prudência envolve sempre algum grau de incerteza, ocorrendo em conjunto com o princípio da competência, sempre reduzindo o patrimônio líquido. Um exemplo disso, pode ser um contrato celebrado entre duas empresas com cláusula de reajuste acordado entre as partes, em cuja redação não constou o índice definido na época da negociação. Então, no momento da entrega do bem pela vendedora, esta calculará o valor da fatura pelo maior índice, uma vez que o contrato prevê reajuste, mas não define o índice. A empresa compradora, ao receber a cobrança na entrega do bem, certamente irá discordar da adoção do maior índice e pleiteará a adoção de índice de menor correção.

Contador da empresa vendedora, ao se deparar com tal situação, caso esteja em fase de elaboração de demonstrações contábeis, deverá adotar, por prudência, o menor índice para determinar o **contas a receber** da empresa (direito). Em contrapartida, contador da empresa compradora deverá adotar o maior índice para atualizar o **contas a pagar** (dívida) dessa empresa.

FATOS CONTÁBEIS

Para que entendamos melhor o conceito de atos e fatos contábeis, devemos primeiramente definir **fatos administrativos**.

Fatos administrativos são fatos que compreendem toda e qualquer ação praticada pela administração que se reflete na riqueza material da entidade, ou seja, são ações que provocam mudanças no patrimônio da entidade.

Diante dos conceitos expostos, podemos dizer que fato contábil ou fato administrativo é toda e qualquer ocorrência que afeta o patrimônio em seu aspecto qualitativo e quantitativo. São fatos controlados no sistema patrimonial ou sistema de crédito.

Entretanto, há fatos contábeis que não dependem da decisão dos administradores da entidade, por exemplo, um assalto ao caixa de uma loja, um perdão de dívida etc. Isso permite concluir que todo fato administrativo é fato contábil, mas nem todo fato contábil é administrativo.

Mutação patrimonial

É a mudança ocorrida nos elementos patrimoniais, de forma qualitativa e/ou quantitativa. Isso acontece quando ocorre um fato contábil ou administrativo. Dependendo da natureza dos fatos contábeis, a mutação patrimonial se subdivide em:

Variação patrimonial: quando o fato contábil altera somente o aspecto qualitativo do patrimônio.

Variação patrimonial ativa

Quando o fato contábil além de modificar elementos patrimoniais qualitativos modifica também a situação patrimonial ou o patrimônio líquido para maior.

Variação patrimonial passiva

Quando o fato contábil além de modificar elementos patrimoniais qualitativos modifica também a situação patrimonial ou o patrimônio líquido para menor.

Classificação dos fatos contábeis

- 1) permutativos ou compensativos.
- 2) modificativos: - aumentativos e diminutivos.
- 3) mistos ou compostos: - aumentativos e diminutivos.

Fato contábil permutativo

Esse fato também chamado de fato compensativo é aquele que não altera a situação patrimonial (aspecto quantitativo). É aquele que só altera o patrimônio no seu aspecto qualitativo. É aquele que reflete troca entre os elementos patrimoniais, sem alterar a riqueza própria do patrimônio.

Explicando o exemplo acima, tem-se a seguinte interpretação: o caixa pagou \$30,00, ou seja, saiu dinheiro da conta caixa, logo diminuiu o ativo (**-A**); por outro lado, a conta mercadorias aumentou com a entrada de novas mercadorias, logo o ativo aumentou (**+A**). Então ocorreu a seguinte mutação patrimonial: **(-A +A)**.

São exemplos de fatos contábeis permutativos:

- 1) Compra de um birô à vista. \$100,00.
- 2) Compra de mercadorias a prazo. \$200,00.
- 3) Pagamento de duplicata. \$300,00.
- 4) Aumento do capital com lucros acumulados. \$400,00;
- 5) Levantamento de empréstimo bancário no valor de \$1.000.

Com os fatos acima, altere o patrimônio abaixo, evidenciando a mutação patrimonial e calculando a situação patrimonial (SP).

| ATIVO | | PASSIVO + PL | |
|------------------|-------|---------------------------|-------|
| Bens | | Obrigações | |
| Caixa- - - - - | 1.500 | Duplicatas a pagar | 1.500 |
| Estoques - - - - | 500 | Patrimônio líquido | |
| Direitos | | Capital- - - - - | 500 |
| Duplic a receber | 2.000 | Lucr acumulados- - | 2.000 |
| Total - - - - - | 4.000 | Total - - - - - | 4.000 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Fato contábil modificativo

São aqueles que alteram a situação líquida patrimonial de forma aumentativa ou diminutiva. São representados por receitas (aumento), despesas e custos (diminuição).

O aumento do patrimônio pode ocorrer por aumento do ativo ou diminuição do passivo, por outro lado, a diminuição do patrimônio pode ocorrer por diminuição do ativo ou aumento do passivo.

São exemplos de fatos contábeis modificativos:

- 3) pagamento de aluguel no valor de \$200,00;
- 4) recebimento de vendas à vista no valor de \$400,00;
- 5) pró-labore de sócios não pagos (provisionados) no valor de \$500,00;
- 6) aumento de capital com créditos de sócio no valor de \$500,00;
- 7) aumento de capital com dinheiro no valor de \$300,00;
- 8) compra de material de limpeza a prazo no valor de \$100,00.

Com os fatos acima, altere o patrimônio abaixo, evidenciando a mutação patrimonial e calculando a situação patrimonial (SP)

| ATIVO | | PASSIVO + PL | |
|--------------------|-------|---------------------------|-------|
| Bens | | Obrigações | |
| Caixa- - - - - | 1.500 | Duplicatas a pagar | 1.500 |
| Estoques - - - - - | 500 | Patrimônio líquido | |
| Direitos | | Capital- - - - - | 500 |
| Duplic a receber | 2.000 | Lucr acumulados- - | 2.000 |
| Total - - - - - | 4.000 | Total - - - - - | 4.000 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Fato contábil misto ou composto

Consiste na reunião de um fato permutativo com um fato modificativo. É aquele que, ao mesmo tempo, determina uma alteração na SP e uma permuta no patrimônio.

São exemplos de fatos contábeis compostos:

- 1) Pagamento de duplicatas com juros de \$100,00. Valor pago \$300,00.
- 2) Pagamento de duplicatas com desconto de \$100,00. Valor da duplicata: \$400,00.
- 3) Recebimento de duplicatas com juros de \$200,00. Valor da duplicata. \$500,00.
- 4) Recebimento de duplicata com desconto de \$200,00. Valor da duplicata. \$600,00.
- 5) Venda de estoques com lucros de \$600,00. Valor da venda \$1.000,00.

Com os fatos acima, altere o patrimônio abaixo, evidenciando a mutação patrimonial e calculando a situação patrimonial (SP)

| ATIVO | | PASSIVO + PL | |
|--------------------|-------|---------------------------|-------|
| Bens | | Obrigações | |
| Caixa- - - - - | 1.500 | Duplicatas a pagar | 1.500 |
| Estoques - - - - - | 500 | Patrimônio líquido | |
| Direitos | | Capital- - - - - | 500 |
| Duplic a receber | 2.000 | Lucr acumulados- - | 2.000 |
| Total - - - - - | 4.000 | Total - - - - - | 4.000 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Ao estudar os fatos contábeis, deduz-se que todo fato que ocorre numa entidade ocorre em forma de troca, por exemplo, a compra à vista de uma máquina de escrever. A empresa recebe a máquina e dá em troca o dinheiro. Daí conclui-se que todo fato contábil, envolvendo elementos materiais, existe pelo menos um elemento que entra para o patrimônio e outro que sai em troca do que entrou.

Fatos contábeis supervenientes e insubsistentes

Até aqui estudamos os fatos decorrentes dos atos da gestão (**fatos contábeis**) e percebemos que tais fatos provocam alterações nos componentes patrimoniais no seu aspecto qualitativo e quantitativo. Vimos que as variações quantitativas se subdividem em:

Variações patrimoniais ativas = quando ocorre uma receita.

Variações patrimoniais passivas = quando ocorre uma despesa.

Entretanto existem fatos que não se derivam da gestão. São os chamados fatos contingenciais, imprevistos, fortuitos, aleatórios ou eventuais que também provocam variações patrimoniais. São fatos originados do acaso e se classificam em: superveniência e insubsistência.

Superveniências

Quando aumentam os componentes do ativo ou do passivo. Ex.: heranças, legados, ganhos fortuitos (*loterias*) significam aumento do ativo, enquanto o reconhecimento de uma dívida significa aumento do passivo. As superveniências se classificam em superveniência ativa e passiva.

Superveniência ativa ou do ativo

É a superveniência que provoca aumento no ativo e aumento na situação patrimonial, portanto equivale a uma receita.

Exemplo.: supor que certa empresa recebeu um imóvel como herança no valor de \$300,00.

Patrimônio antes da herança



Patrimônio após a herança recebida

| Ativo | Passivo |
|---|-----------------------|
| Caixa - - - 1.500 | Obrigações - - - 500 |
| | Capital - - - - - 600 |
| | Lucr acumulados 400 |
| $SPo = B + D - Ob$ $SPo = 1.500 - 500 = 1.000$ | |

| Ativo | Passivo |
|---|----------------------------|
| Caixa - - - - - 1.500 | Obrigações - - - - - 500 |
| Imóvel - - - - - 300 | Capital - - - - - 600 |
| | Lucr acumulados 700 |
| $SP1 = B + D - Ob$ $SP1 = 1.800 - 500 = 1.300$ | |

Observamos que o ativo aumentou com o ingresso eventual do bem (imóvel), representando **superveniência do ativo**. Consequentemente houve um aumento no valor de \$300,00 na situação patrimonial ($SP1 = 1.300$) e sabemos que a SP aumenta quando ocorre uma receita, logo se trata de **superveniência ativa**.

Superveniência passiva ou do passivo

É a superveniência que provoca aumento no passivo e diminuição na situação patrimonial, portanto equivale a uma despesa.

Exemplo: Suponha-se que certa empresa reconheceu somente agora uma dívida que não constava em seu passivo no valor de \$300,00

Patrimônio antes do reconhecimento da dívida ⇔ **Patrimônio após reconhecimento da dívida**

| Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
|---|------------------------|---|-------------------------------|
| Caixa - - - - 1.500 | Obrigações - - - - 500 | Caixa - - - - 1.500 | Obrigações - - - - 800 |
| | Capital - - - - - 600 | | Capital - - - - - 600 |
| | Lucr acumulados 400 | | Lucr acumulados 100 |
| SPo = B + D - Ob SPo = 1.500 - 500 = 1.000 | | SP1 = B + D - Ob SP1 = 1.500 - 800 = 700 | |

Observamos que o passivo aumentou com o ingresso da obrigação eventual, representando **superveniência do passivo**. Consequentemente houve uma diminuição no valor de R\$ 300,00 na situação patrimonial (SP1 = 700) e sabemos que a SP diminui quando ocorre uma despesa, logo se trata de **superveniência passiva**.

Insustistências

Quando diminuem os componentes do ativo ou do passivo. Ex.: perdas, destruição, danificação de bens e furtos significam diminuição do ativo, enquanto a prescrição ou o perdão de uma dívida significam diminuição do passivo. As insustistências se classificam em ativas e passivas.

Insustistência **passiva** ou **do ativo**

É a insustistência que provoca diminuição no ativo e diminuição na situação patrimonial, portanto equivale a uma despesa.

Exemplo: Supor que certa empresa foi vítima de um furto no valor de \$300,00.

| Patrimônio antes do furto | | Patrimônio após o furto | |
|---|------------------------|---|----------------------------|
| Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Caixa - - - - 1.500 | Obrigações - - - - 500 | Caixa - - - - -1.200 | Obrigações - - - - 500 |
| | Capital - - - - - 600 | | Capital - - - - - 600 |
| | Lucr acumulados 400 | | Lucr acumulados 100 |
| SPo = B + D - Ob SPo = 1.500 - 500 = 1.000 | | SP1 = B + D - Ob SP1 = 1.200 - 500 = 700 | |

Observamos que o ativo (caixa) diminuiu em decorrência do furto, representando **insustistência do ativo**. Consequentemente houve uma diminuição no valor de R\$ 300,00 na situação patrimonial (SP1 = 700) e sabemos que a SP diminui quando ocorre uma despesa, logo se trata de uma **insustistência passiva**.

Insustistência **ativa** ou **do passivo**

É a insustistência que provoca diminuição no passivo e aumento na situação patrimonial, portanto equivale a uma receita.

Como exemplo, suponha-se que certa empresa foi beneficiada com a prescrição de uma dívida constante do seu passivo no valor de \$300,00.

| Patrimônio antes da prescrição da dívida | | Patrimônio após a prescrição da dívida | |
|---|------------------------|---|-------------------------------|
| Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Caixa - - - - 1.500 | Obrigações - - - - 500 | Caixa - - - - -1.500 | Obrigações - - - - 200 |
| | Capital - - - - - 600 | | Capital - - - - - 600 |
| | Lucr acumulados 400 | | Lucr acumulados 700 |
| SPo = B + D - Ob SPo = 1.500 - 500 = 1.000 | | SP1 = B + D - Ob SP1 = 1.500 - 200 = 1.300 | |

Observamos que o passivo (obrigações) diminuiu em decorrência da prescrição da dívida, representando **insubsistência do passivo**. Consequentemente houve um aumento no valor de R\$ 300,00 na situação patrimonial (SP1 = 1.300) e sabemos que a SP aumenta quando ocorre uma receita, logo se trata de uma **insubsistência ativa**. Uma síntese desses fatos, pode ser revelada, conforme abaixo:

| | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido |
|--|----------|----------|--------------------|
| Superveniência ativa | + | | + |
| Superveniência passiva | | + | - |
| Insubsistência passiva ou insubsistência do ativo | - | | - |
| Insubsistência ativa ou insubsistência do passivo | | - | + |

5 EXERCÍCIOS

5.1 Exercícios - questões subjetivas

- 01) Qual o objeto da contabilidade?
- 02) Qual o objetivo da contabilidade?
- 03) Qual a importância da contabilidade no contexto da tomada de decisão do gestor?
- 04) Qual o campo de aplicação da contabilidade?
- 05) Como se deve definir o termo patrimônio?
- 06) Como se define um bem no contexto patrimonial?
- 07) O que é um bem intangível?
- 08) Dê, pelo menos, três exemplos de bens intangíveis que podem integrar um patrimônio.
- 09) Em se tratando de patrimônio, o que é um direito?
- 10) Dê, pelo menos, seis exemplos de direitos com nomenclaturas diferentes.
- 11) Em se tratando de um patrimônio, o que é uma obrigação?
- 12) Dê, pelo menos, quatro exemplos de obrigações com nomenclaturas diferentes.
- 13) Quais demonstrativos devem ser elaborados por ocasião do término do exercício?
- 14) Em que difere situação financeira de situação econômica?
- 15) Defina contabilidade.
- 16) Qual o tamanho da riqueza de alguém?
- 17) Como se chama a parte positiva do patrimônio?
- 18) Como se chama a parte negativa do patrimônio?
- 19) O que vem a ser o patrimônio líquido?
- 20) Em relação ao patrimônio líquido, o ativo pode ser chamado de: (___)
- 21) O que você entende por aspecto qualitativo do patrimônio?
- 22) Estruture um patrimônio com dez elementos distribuídos entre bens, direitos e obrigações e que apresente um patrimônio líquido de \$20.000.
- 23) Estruture um patrimônio com doze elementos distribuídos entre bens, direitos e obrigações, de sorte que apresente uma situação líquida negativa de \$12.000.
- 24) Estruture um patrimônio com nove elementos distribuídos entre bens, direitos e obrigações e que apresente uma situação líquida nula.
- 25) Quando a situação líquida é igual ao ativo?
- 26) Quais são as principais fontes de financiamento de uma organização?

- 27) Os bens e direitos formam a parte positiva do patrimônio, denominada de (____) .
- 28) Qual o sentido da expressão: “bens gravados”?
- 29) Quais as fontes de financiamento do patrimônio líquido?
- 30) Explícite a equação fundamental do patrimônio e sua representação gráfica.
- 31) Qual o sentido da expressão: “passivo a descoberto”?
- 32) Quando se pode afirmar que a situação líquida é superavitária? Faça uma demonstração.
- 33) Quando se verifica a situação líquida deficitária? Demonstre.
- 34) Cite as principais técnicas contábeis e presente uma definição para cada uma delas.
- 35) Apresente conceitos para o termo “receita”.
- 36) Apresente conceitos para o termo “despesa”.
- 37) O que são regimes contábeis?
- 38) Diferencie regime de caixa de regime de competência.
- 39) Quando se verifica a receita:
a) pelo regime de caixa?;
b) pelo regime de competência?
- 40) Elabore um quadro de ocorrências e valores, enfocando a receita pelo regime de caixa e de competência.
- 41) Quando se verifica a despesa:
a) pelo regime de caixa?;
b) pelo regime de competência?
- 42) Elabore um quadro de ocorrências e valores, enfocando a despesa pelo regime de caixa e de competência.
- 43) São demonstrações obrigatórias para todos os tipos de sociedades por ações:

5.2 Exercícios - Questões objetivas

- 01) As informações contábeis fornecem elementos indispensáveis ao poder de tributar que é exercido pelo:
a) governo;
b) bancos;
c) capitalistas;
d) executivos.
- 02) A Contabilidade utiliza-se de técnicas contábeis para atingir suas finalidades de controle e planejamento do patrimônio das entidades econômico-administrativas. O registro dos fatos contábeis refere-se a que técnica contábil:
a) escrituração;
b) demonstrações Contábeis;
c) auditoria;
d) análise de balanços.
- 03) São quatro as técnicas contábeis: escrituração, demonstrações contábeis, auditoria e análise das demonstrações. Qual aquela que se refere a evidenciar a posição do patrimônio em dado momento ou demonstrar as variações patrimoniais ou o resultado econômico:
a) escrituração;
b) auditoria;

- c) demonstrações contábeis;
- d) análise das demonstrações.

04) A confirmação dos registros e documentos contábeis é finalidade de que técnica contábil?

- a) escrituração;
- b) auditoria;
- c) demonstrações contábeis;
- d) análise das demonstrações.

05) A interpretação das demonstrações contábeis é feita através da(s):

- a) escrituração;
- b) auditoria;
- c) demonstrações;
- d) análise das demonstrações.

06) Material de escritório adquirido em X1, consumido em X2, pago em X3 será despesa em:

- a) X1.
- b) X2.
- c) X3.
- d) X4.

07) Define-se por continuidade.

- a) O princípio que regula a noção ou entendimento da unidade distinta para qualquer empreendimento econômico.
- b) O princípio de que o empreendimento deve ser operado a prazo indefinido
- c) O princípio de mensuração do patrimônio e de suas mutações por um instrumento de troca, universalmente aceito, denominado moeda.
- d) O princípio de que as receitas e despesas devem ser atribuídas ao período de sua competência, tenham sido ou não recebidas ou pagas.

08) A apresentação estática do patrimônio de uma empresa é feita através:

- a) de livros fiscais;
- b) de lançamentos contábeis;
- c) do inventário periódico;
- d) do balanço patrimonial.

09) A principal finalidade da Contabilidade é fornecer (_____) sobre o (_____), informações essas de ordem econômica e (_____), facilitando, assim, as tomadas de decisões daqueles que pretendem investir na empresa:

- a) informações – setor pessoal – social;
- b) informações – setor jurídico – social;
- c) informações – setor financeiro – financeira;
- d) informações – patrimônio – financeira.

10) Se uma empresa aplicar disponíveis excedentes em aplicações de liquidez imediata, o valor respectivo será registrado em conta de:

- a) obrigações;
- b) bens tangíveis;
- c) direitos a receber;
- d) bens intangíveis.

11) Como característica do ativo, podemos mencionar:

- a) bens, direitos de sua propriedade, benefícios presentes;
- b) bens, direitos, posses, mensuráveis monetariamente, benefícios futuros;

- c) bens, direitos mensuráveis monetariamente, benefícios futuros;
d) bens, direitos, propriedades mensuráveis monetariamente, benefícios futuros e presentes.
- 12) Como capital de terceiros, podemos citar:
a) impostos a pagar;
b) patrimônio líquido;
c) capital próprio;
d) títulos a receber.
- 13) O patrimônio líquido pode ser calculado pela fórmula:
a) ativo (-) capital de terceiros;
b) ativo (-) capital próprio;
c) bens (+) direitos (-) origens;
d) bens (+) direitos (-) aplicações.
- 14) O ativo será igual ao passivo + PL, pois:
a) capital próprio = capital de terceiros;
b) patrimônio líquido = capital próprio;
c) bens + direitos = não exigível;
d) origens = aplicações.
- 15) Os fatos que não modificam, quantitativamente, o patrimônio, são conceituados:
a) modificativos;
b) mistos aumentativos;
c) permutativos;
d) mistos diminutivos.
- 16) Uma empresa propõe liquidar antecipadamente, duplicata a pagar, com vencimento para 60 dias, mediante desconto de 5%. A transação é realizada, resgatando-se, antecipadamente, a obrigação com valor nominal expresso na duplicata, de \$500.000, mediante desconto de \$25.000. O pagamento foi efetuado por cheque nominativo à empresa credora. Mostrar a mutação patrimonial e registrar a operação no razão em T
- a) + A - A.
b) + A + P.
c) - A - P - SP.
d) - A - P + SP.
- 17) O fato administrativo enunciado na questão anterior é de natureza:
a) permutativa;
b) mista aumentativa;
c) modificativa;
d) mista diminutiva.
- 18) O capital próprio de uma empresa é indicado no patrimônio, pelo:
a) total do patrimônio bruto;
b) capital dos proprietários + obrigações contraídas com terceiros;
c) recursos de qualquer origem;
d) patrimônio bruto deduzido do montante das obrigações a pagar.
- 19) Os bens e direitos constituem o:
a) patrimônio bruto ou ativo;
b) patrimônio líquido;
c) patrimônio bruto menos as obrigações;
d) os recursos de terceiros.

- 20) As obrigações são indicadas no patrimônio sob a intitulação de:
- a) patrimônio líquido;
 - b) capital de terceiros;
 - c) ativo;
 - d) patrimônio bruto.
- 21) Todas as obrigações são registradas na contabilidade em conta de passivo. O passivo da empresa estará a descoberto quando:
- a) o ativo for superior ao valor do passivo;
 - b) existir patrimônio líquido;
 - c) o patrimônio líquido for superior em valor ao do passivo;
 - d) o ativo tiver valor inferior ao do passivo.
- 22) A empresa terá patrimônio líquido quando:
- a) o ativo tiver valor inferior ao do passivo;
 - b) o ativo tiver valor igual ao do passivo;
 - c) o passivo tiver valor superior ao do ativo;
 - d) o ativo tiver valor superior ao do passivo.
- 23) Situação líquida positiva é o mesmo que substância líquida do patrimônio, ou ainda capital próprio ou patrimônio líquido. A situação líquida será negativa, quando:
- a) o ativo tiver valor maior do que o passivo;
 - b) o passivo tiver valor menor do que o ativo;
 - c) o ativo tiver valor menor do que o passivo;
 - d) o passivo tiver valor igual ao do ativo.
- 24) O ativo da empresa era de \$500.000 e o passivo de \$200.000. Ao final de um dado período, a empresa registrou prejuízo decorrente de sua atividade, no total de \$80.000. A situação líquida foi modificada para:
- a) \$300.000.
 - b) \$220.000.
 - c) \$780.000.
 - d) \$620.000.
- 25) As técnicas de que a contabilidade se utiliza para alcançar seus objetivos são:
- a) escrituração, planejamento, coordenação e controle;
 - b) escrituração, balanços, inventários e orçamentos;
 - c) contabilização, auditoria, controle e análise de balanços;
 - d) auditoria, análise de balanços, planejamento e controle;
 - e) auditoria, escrituração, análise de balanços e demonstrações.
- 26) É função econômica da contabilidade:
- a) apurar o lucro ou prejuízo;
 - b) efetuar o registro dos fatos contábeis;
 - c) controlar o patrimônio;
 - d) verificar a autenticidade das operações;
 - e) evitar erros ou fraudes.
- 27) As duas finalidades básicas para o uso das informações contábeis são:
- a) controle e planejamento;
 - b) análise e planejamento;
 - c) controle e acompanhamento;
 - d) análise e controle;
 - e) acompanhamento e planejamento.

- 28) No sentido mais amplo de ciência social o objeto da contabilidade é:
- a avaliação dos componentes pelo valor original;
 - os registros contábeis;
 - o patrimônio das entidades;
 - transferência de propriedades.
- 29) O objetivo fundamental da contabilidade é:
- atender apenas os interesses de instituições financeiras e fornecedores;
 - atender os interesses das instituições financeiras, fornecedores e fisco;
 - respaldar as informações prestadas à Receita Federal;
 - prover os usuários das demonstrações contábeis com informações que os ajudem a tomar decisões.
- 30) O patrimônio de uma empresa está assim representado:
- | | |
|----------------------|----------|
| Bens - - - - - | \$50.000 |
| Direitos - - - - - | \$30.000 |
| Obrigações - - - - - | \$20.000 |
- Assim, podemos afirmar que o valor do patrimônio bruto, do ativo, do patrimônio líquido e do passivo é respectivamente:
- R\$ 80.000 - 80.000 - 60.000 - 20.000
 - R\$ 100.000 - 80.000 - 80.000 - 20.000
 - R\$ 80.000 - 80.000 - 20.000 - 60.000
 - R\$ 100.000 - 50.000 - 50.000 - 30.000
- 31) São técnicas de que a contabilidade se utiliza para alcançar seus objetivos:
- escrituração, planejamento, coordenação e controle;
 - escrituração, balanços, inventários e orçamentos;
 - contabilização, auditoria, controle e análise de balanços;
 - auditoria, análise de balanços, planejamento e controle;
 - auditoria, escrituração, análise de balanços e demonstrações.
- 32) É função econômica da contabilidade:
- apurar o lucro ou prejuízo;
 - efetuar o registro dos fatos contábeis;
 - verificar a autenticidade das operações;
 - controlar o patrimônio;
 - evitar erros e fraudes.
- 33) A palavra “azienda” é comumente usada em contabilidade como sinônimo de fazenda, na acepção de:
- conjunto de bens e direitos;
 - mercadorias;
 - finanças públicas;
 - grande propriedade rural ou urbana;
 - patrimônio, considerado juntamente com a pessoa que tem sobre ele poderes de administração e disponibilidade.
- 34) São finalidades básicas para o uso das informações contábeis:
- controle e planejamento;
 - análise e planejamento;
 - controle e acompanhamento;
 - análise e controle;
 - acompanhamento e planejamento.

- 35) Assinale abaixo, a única opção que tem uma afirmativa falsa.
- a) A finalidade da contabilidade é assegurar o controle do patrimônio administrado e fornecer informações sobre a composição e as variações patrimoniais, bem como sobre o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins.
 - b) A contabilidade pode ser conceituada como “a ciência que estuda, registra, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades com fins lucrativos ou não”.
 - c) Pode-se dizer que o campo de aplicação da contabilidade é a entidade econômico-administrativa, seja ou não de fins lucrativos.
 - d) O objeto da contabilidade é definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações, vinculado a uma entidade econômico-administrativa.
 - e) Enquanto a entidade econômico-administrativa é objeto da contabilidade, o patrimônio é o seu campo de aplicação.
- 36) Qual a alternativa incorreta em relação à contabilidade enquanto conhecimento.
- a) A contabilidade deve permitir ao usuário, como partícipe do mundo econômico, observar e avaliar o comportamento; comparar seus resultados com os de outros períodos ou entidades; avaliar seus resultados à luz dos objetivos estabelecidos.
 - b) A contabilidade possui objeto próprio, que é o patrimônio das entidades, e consiste em conhecimentos obtidos por metodologia racional, com as condições de generalidade, incerteza e falta de causas, em nível qualitativo diferente das demais ciências sociais.
 - c) Na contabilidade, o objeto é sempre o patrimônio de uma entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e obrigações para informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independente da sua finalidade, que pode, ou não, incluir o lucro.
 - d) Os usuários tanto podem ser internos e externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro.
- 37) No seu sentido mais amplo de ciência social, é objeto da contabilidade:
- a) avaliação dos componentes pelo valor original;
 - b) os registros contábeis;
 - c) o patrimônio das entidades;
 - d) a transferência de propriedades;
 - e) o registro fidedigno dos fatos contábeis.
- 38) É objetivo fundamental da contabilidade:
- a) atender apenas os interesses de instituições financeiras e fornecedores;
 - b) atender os interesses das instituições financeiras, fornecedores e fisco;
 - c) respaldar as informações prestadas à Receita Federal;
 - d) prover os usuários das demonstrações contábeis com informações que os ajudem a tomar decisões.
- 39) De acordo com os estudos epistemológicos, a contabilidade é classificada como pertencente ao grupo das ciências:
- a) sociais;
 - b) exatas;
 - c) naturais;
 - d) patrimoniais.

5.3 Exercícios - fixação e revisão conceitual

Em determinado momento, a Sociedade Lucro Certo Ltda. revelou os seguintes dados:

| | | |
|----|--|--------|
| a) | Bens numerários - - - - - | 2.000 |
| b) | Lucro acumulados - - - - - | 9.000 |
| c) | Bens de venda - - - - - | 3.000 |
| d) | Bens de usos ou consumo - - - - | 5.000 |
| e) | Bens de suporte da atividade e vida útil longa - - - - - | 15.000 |
| f) | Bens de renda - - - - - | 10.000 |
| g) | Créditos de funcionamento - - - | 12.000 |
| h) | Débitos de funcionamento - - - - | 2.000 |
| i) | Créditos de financiamento - - - - | 13.000 |
| j) | Débitos de financiamento - - - - | 20.000 |

Com base nos dados acima, responda as questões de 01 a 14.

01) Qual é soma dos créditos da empresa?

02) Qual o valor dos débitos da empresa?

03) Qual o valor do passivo da empresa?

04) Quanto soma o ativo da empresa?

05) Qual o valor dos recursos aplicados no patrimônio da empresa?

06) Qual o valor do patrimônio bruto?

07) Quanto soma o capital externo da empresa?

08) Qual o valor do patrimônio líquido da empresa?

09) Quanto soma o capital de terceiros?

10) Qual o valor da situação líquida da empresa?

11) Qual o valor do passivo exigível?

12) Qual o valor dos recursos próprios?

13) Qual o capital de giro da empresa?

14) Qual o capital fixo da empresa?

15) Classifique os bens abaixo, conforme legenda:

“A” para bens numerários

“B” para bens de uso

“C” para bens de venda

“D” para bens de renda

“E” para bens circulantes.

a) () dinheiro que a empresa possui

b) () veículos que a empresa utiliza

c) () mercadorias e produtos

d) () máquinas de escritório, ferramentas e móveis

e) () prédios da empresa alugados a terceiros

f) () matéria-prima e material de consumo numa indústria

g) () material de consumo para uso no escritório da empresa

h) () matéria-prima e material de escritório numa empresa que vende esses bens

i) () numa empresa agrícola: fertilizantes, sementes e adubos

j) () o imóvel, sede da empresa comercial

- k) () terreno que serve de estacionamento aos clientes
- l) () móveis e poltronas de um cinema
- m) () quadro-negro de um colégio
- n) () móveis e utensílios que a empresa possui no escritório
- o) () imóveis que uma construtora possui para vender

16) Correlacione os dados abaixo:

- 1) aspecto qualitativo do patrimônio;
- 2) a tradução monetária dos componentes patrimoniais representa;
- 3) fontes de financiamento;
- 4) substância líquida patrimonial;
- 5) aplicações feitas no ativo, em bens e direitos;
 - () diferença positiva entre bens e direitos e obrigações;
 - () aquele sob o qual consideramos a natureza dos componentes patrimoniais;
 - () indicam a origem dos capitais investidos no ativo;
 - () aspecto quantitativo do patrimônio;
 - () investimento patrimonial.

17) Analise as representações gráficas seguintes:

- I) ativo = passivo
 - II) ativo + patrimônio líquido = passivo
 - III) patrimônio líquido = passivo.
- a) () a pior situação é a representada no item “III” e a melhor, no item “I”;
 - b) () no item “I”, a soma dos bens e direitos é igual à soma das obrigações, portanto, a situação líquida inexistente;
 - c) () nos itens “II” e “III” temos situações líquidas negativas;
 - d) () todas as afirmativas estão corretas.

18) **(Bacharel em Ciências Contábeis-Exame de Suficiência-CFC-2015-1)** De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, com relação às características qualitativas da informação contábil, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **correta**.

- I – A informação necessita, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a informação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.
 - II – Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.
 - III – O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade, no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, e é importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.
- a) F, V, F.
 - b) V, F, V.
 - c) F, F, F.
 - d) V, V, V.

5.4 Exercícios - conceitos e cálculos

- 01) Apresentam-se abaixo cinco igualdades literais que, se expressas com avaliação em moeda nacional, podem demonstrar a equação fundamental do patrimônio e a representação gráfica de seus estados, em dado momento. Explique cada item e marque a opção correta.
- 1) Ativo menos situação líquida é igual a zero.
 - 2) Ativo menos passivo é igual a zero.
 - 3) Ativo menos passivo menos situação líquida é igual a zero.
 - 4) Ativo menos passivo mais situação líquida é igual a zero.
 - 5) Ativo mais passivo menos situação líquida é igual a zero.
- a) 1 é impossível de ocorrer na prática.
 - b) 2 representa o melhor estado patrimonial.
 - c) 3 representa o pior estado patrimonial.
 - d) 4 representa estado pré-falimentar.
 - e) 5 ocorre quando da criação e registro da empresa.
- 02) Se $A > P = Cto$, então, necessariamente:
(Legenda: A = ativo; P = passivo; CTo = capital total à disposição da empresa).
- a) o capital próprio é igual a zero;
 - b) o capital investido pode ou não ser nulo;
 - c) o capital total à disposição da empresa é diferente de zero;
 - d) há passivo a descoberto;
 - e) a situação patrimonial é inconcebível.
- 03) O valor da situação líquida da empresa Giesta Sertaneja Ltda., considerando-se os saldos das seguintes rubricas contábeis: Caixa \$1.660; Capital social \$2.400; Duplicatas a receber \$900; mercadorias \$700; duplicatas a pagar \$1.200, lucros acumulados \$460 e móveis e utensílios \$800, é de:
- 04) No mês de julho, a empresa Produtos Cearenses Ltda. foi registrada e na Junta Comercial do Estado do Ceará e captou recursos totais de \$7.540, sendo \$7.000 dos sócios, como capital registrado e \$540 da seguinte forma: 2/3 como empréstimos obtidos e 1/3 como receitas ganhas. Os referidos recursos foram todos aplicados no mês, sendo \$540 em mercadorias; \$216 em poupança bancária; \$288 na concessão de empréstimos; e o restante em despesas normais.
Depois de realizados esses atos de gestão, pode-se afirmar que a empresa tem um patrimônio bruto e um patrimônio líquido de:
- 05) Considere os dados a seguir referentes ao mês de dezembro de 2012:
- a) Despesa de dezembro/12, paga em janeiro/13 no valor de \$46.
 - b) Despesa de janeiro/13, paga em dezembro/12 no valor de \$52.
 - c) Despesa de dezembro/12, paga em dezembro/12 no valor de \$50.
 - d) Receita de dezembro/12, recebida em janeiro/13 no valor de \$30.
 - e) Receita de janeiro/13, recebida em dezembro/12 no valor de \$60.
 - f) Receita de dezembro/12, recebida em dezembro/12 no valor de \$54.

Com base nos dados acima, o resultado do mês de dezembro, conforme os princípios fundamentais de contabilidade é:

- 06) Com base nas informações abaixo e no princípio da competência, calcule o valor do resultado do exercício para os seguintes dados:

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Despesas incorridas e pagas | \$45.000 |
| Despesas não incorridas e pagas | \$150.000 |
| Despesas incorridas e não pagas | \$30.000 |
| Receitas recebidas e não realizadas | \$50.000 |
| Receitas realizadas e recebidas | \$75.000 |
| Receitas realizadas e não recebidas | \$100.000 |

- 07) A indústria Custo Correto adquiriu em 01.04.x3 matérias-primas para serem utilizadas na industrialização de seus produtos.

Informações adicionais

| | | |
|----|---|-------------|
| 1) | Dados da nota fiscal de aquisição: | |
| | valor das matérias-primas - - - - - | \$1.600.000 |
| | valor do IPI (incluso) - - - - - | 300.000 |
| | valor do ICMS destacado na nota - - - - - | 18% |
| 2) | A empresa pagou frete das matérias-primas até o seu estabelecimento - - - - - | 200.000 |
| 3) | No mês de abril a empresa utilizou 30% dessas matérias-primas na fabricação de seus produtos. | |

Sabendo-se que, dos tributos referidos, apenas o ICMS é recuperável para a empresa, então, qual deve ser o valor das matérias-primas adquiridas e consumidas em abril/X3?

- 08) Uma empresa comprou 100kg de matéria-prima para fabricar um produto, tendo com isso os seguintes gastos:

| | | |
|----|--|---------|
| a) | valor devido ao fornecedor - - - - - | 110.000 |
| b) | frete s/transporte - - - - - | 7.000 |
| c) | IPI incluso no preço pago ao fornecedor - - - - - | 10.000 |
| d) | ICMS incluso no preço pago ao fornecedor - - - | ??? |
| e) | juros a pagar pelo financiamento obtido para efetuar a compra da matéria-prima - - - - - | 3.000 |
| f) | seguro s/transporte - - - - - | 12.000 |

Qual o custo por quilo se o IPI e o ICMS são recuperados na venda do produto final?

- 09) Uma empresa industrial comprou 50kg de matéria-prima, tendo os seguintes gastos nesta operação:

| | |
|--|------------|
| • valor devido ao fornecedor (IPI incluso - 20%, ICMS incluso - 18%) - - - - - | R\$ 21.000 |
| • frete e seguro no transporte de matéria-prima - - - | 1.000 |
| • correção monetária s/empréstimo para pagamento da matéria-prima - - - - - | 2.100 |
| • descarga da matéria-prima - - - - - | 500 |

O valor do custo por quilo desta matéria-prima, considerando a recuperação só do ICMS, é:

- 10) Uma indústria de transformação, em seu parque industrial, completou a fabricação de 2.500 produtos, ao custo de R\$ 121.250.000. Entretanto, 75 unidades do produto foram refugadas e consideradas como perdas totais do período. Considerando que a empresa efetua o custeamento das perdas pelos produtos acabados, verificamos que o custo unitário final do produto acabado foi de:
- 11) A Cia. Doce Natural adquiriu 100kg de açúcar para a fabricação de rapaduras e cocadas, tendo com isso os seguintes dispêndios:

| | | |
|----|---|-------------|
| 1) | Valor devido ao fornecedor - - - - - | R\$ 187.000 |
| 2) | Frete e seguros pagos a terceiros para o transporte | 10.000 |
| 3) | IPI incluso no preço pago ao fornecedor - - - - - | 10% |
| 4) | ICMS incluso no preço pago ao fornecedor - - - - - | 18% |

O valor do custo por quilo dessa matéria-prima adquirida, se o IPI e o ICMS são recuperados na venda do produto final:

12) A Companhia Alpha adquiriu matérias-primas para serem utilizadas na industrialização de seus produtos, cuja nota fiscal continha os seguintes dados:

- Valor das matérias-primas - - - - - \$1.000
- IPI - - - - - \$ 200
- Valor total da nota fiscal - - - - - \$1.200
- ICMS destacado da Nota Fiscal - - - \$ 180

Sabendo-se que o IPI e o ICMS são impostos recuperáveis para a empresa, então qual deve ser o valor do custo de aquisição das matérias-primas?

Para responder às questões de n.ºs 13 e 14, observe o seguinte:

A indústria Brasília adquiriu em 01/04/X3. Matérias-primas para serem utilizadas na industrialização de seus produtos:

Dados da Nota Fiscal de aquisição:

Valor das matérias-primas - - - - - \$ 2.000,00

Valor do IPI - - - - - \$ 200,00

Valor do ICMS destacado da nota - \$ 403,20

II) A empresa pagou frete das matérias-primas até o seu estabelecimento --- \$240,00

III) No mês de abril /X3, a empresa utilizou 40% dessas matérias-primas na fabricação de seus produtos.

13) Sabendo-se que dos tributos referidos, apenas o ICMS é recuperável para a empresa, então qual deve ser o valor das matérias-primas adquiridas e utilizadas em abril/X3?

14) Supondo-se a inexistência de estoque inicial de matérias-primas e de produtos em 01/04/X3 e que, nesse mesmo mês de abril/X3, a empresa vendeu 50% dos produtos fabricados, calcule o custo dos produtos vendidos relativa às matérias-primas utilizadas.

15) A J.D. Mayo Ltda. adquiriu em maio/X6 500kg de chapas de aço, pagando ao fornecedor \$29.920,00. Nesse valor estão inclusos 18% de ICMS e 10% de IPI. Incorreu ainda em gasto com frete e seguro no valor de \$3.200,00. Qual foi o valor debitado no estoque, considerando que estes impostos são recuperáveis?

16) Considere que a Companhia Giba S.A. fabricou 50 unidades do produto N, requisitando para esta produção 10.000kg de matéria-prima. A perda normal de matéria-prima durante o processamento é de 10%. O custo da requisição da matéria-prima foi de \$20.000,00, tendo a empresa, ainda, custo de mão-de-obra e custos indiretos, importando estes em \$30.000,00. Determine o custo unitário de N.

17) Em 01/03/X1, a Empresa Satélite Ltda. foi constituída por quatro sócios que integralizaram suas quotas da seguinte forma:

| | |
|-------------------|----------------|
| Sócio A - - - - - | R\$ 48.000,00 |
| Sócio B - - - - - | R\$ 60.000,00 |
| Sócio C - - - - - | R\$ 72.000,00 |
| Sócio D - - - - - | R\$ 15.000,00 |
| Total - - - - - | R\$ 195.000,00 |

Em 01/05/X1, mais um sócio entrou na sociedade, integralizando \$45.000, ao passo que, na mesma data, o sócio C reduziu sua participação em \$27.000, ficando ainda com \$45.000. Em 31/12/X1, a empresa apurou um lucro no valor de \$54.000, dos quais \$17.000 foram distribuídos e pagos aos sócios. Os restantes \$37.000 foram reinvestidos na empresa, como reserva para aumento de capital. Se, no balanço de encerramento, o capital de terceiros corresponde a 20% dos recursos aplicados no patrimônio, então o valor do patrimônio bruto neste balanço é de:

18) Considerando ainda a questão anterior, supondo que o sócio D, em 31/12/X1, retire-se da sociedade, vendendo sua participação com deságio de 12,75%, o valor que lhe caberá será igual a:

19) O patrimônio da Indústria de Lustres Capengas Ltda é constituído pelos elementos que abaixo apresentamos, com valores apurados em 31 de dezembro.

| | | |
|-------------------------------|-----|----------|
| Bens fixos - - - - - | R\$ | 2.100,00 |
| Notas promissórias emitidas | R\$ | 600,00 |
| Débitos de funcionamento - | R\$ | 900,00 |
| Créditos de financiamento - | R\$ | 600,00 |
| Bens de venda - - - - - | R\$ | 900,00 |
| Crédito de funcionamento - | R\$ | 1.200,00 |
| Bens numerários - - - - - | R\$ | 450,00 |
| Bens de renda - - - - - | R\$ | 750,00 |
| Débitos de funcionamento - | R\$ | 300,00 |
| Reservas de lucros - - - - - | R\$ | 750,00 |
| Reservas de capital - - - - - | R\$ | 1.800,00 |

Sabendo-se que essa empresa apresenta lucros acumulados correspondentes a 25% do valor do capital de terceiros, podemos afirmar que o valor do seu capital social é:

20) No último dia do exercício social, a empresa Doces de Pimenta S.A. demonstrou um patrimônio com bens no valor de R\$ 13.000,00, direitos no valor de R\$ 7.000,00, dívidas no valor de R\$ 9.000,00 e capital social no valor de R\$ 10.000,00, devidamente registrado na Junta Comercial. Com base nessas informações, pode-se afirmar que, do ponto de vista contábil, o patrimônio referido apresenta um patrimônio líquido de:

21) A empresa Cerâmica Antares SA, com capital registrado no valor de R\$ 26.000,00, apurou rédito negativo de R\$ 2.700,00 e não tinha reservas anteriores. Sabendo-se que nessa data o capital alheio superava o capital próprio em 120%, podemos afirmar que a empresa em questão tinha um ativo no valor de:

22) João e Joana constituíram uma empresa para explorar o comércio de gêneros alimentícios. Subscreveram capital de \$200.000, integralizando no ato 20%. Para a integralização, os sócios fizeram empréstimo bancário, individualmente. A empresa adquiriu bens de uso, no valor de \$60.000, utilizando para pagamento os recursos oriundos da integralização do capital e títulos de crédito emitidos em favor dos vendedores. Adquiriu, ainda, a prazo, mercadorias para revenda, no valor de \$40.000. Assim sendo, o capital próprio da nova sociedade é de:

5.5 Exercícios - fatos contábeis

Classifique os fatos contábeis abaixo, fazendo a demonstração da mutação patrimonial de cada um.

a) **Compra de máquinas e equipamentos a prazo. Vr. da compra - \$10.000**

+A em máquinas e equipamentos - - - 10.000

+P em duplicatas a pagar - - - - - 10.000

Fato contábil permutativo

b) Pagamento de aluguel do mês em curso no valor de \$3.000.

-A em caixa ou bancos conta movimento - - -3.000

-PL em despesas de aluguel - - - - - 3.000

Fato contábil modificativo diminutivo

c) Recebimento de duplicatas com desconto de \$500. Valor da duplicata - \$8.000.

+A em caixa ou bancos conta movimento - - - 7.500

-A duplicatas a receber - - - - - 8.000

-PL em descontos concedidos - - - - - 500

Fato contábil misto diminutivo

d) Recebimento de duplicatas com juros moratórios de \$500. Valor recebido: \$5.000.

+A em caixa ou bancos conta movimento - - - 5.000

-A em duplicatas a receber - - - - - 4.500

+PL em receitas de juros - - - - - 500

Fato contábil misto aumentativo

- 01) Pagamento de aluguel de meses anteriores no valor de \$7.000.
- 02) Recebimento de duplicatas no valor de \$9.000.
- 03) Pagamento de empréstimos com juros de \$400. Valor do pagamento - \$10.000.
- 04) Provisionamento de salários do mês no valor de \$10.000.
- 05) Pagamento de água e luz no valor de \$1.000.
- 06) Recebimento de juros de aplicações financeiras do mês no valor de \$2.000.
- 07) Pagamento de salários provisionados no valor de \$10.000
- 08) Depósito feito no Banco Senagrande no valor de \$10.000.
- 09) Provisionamento de honorários profissionais no valor de \$8.000.
- 10) Desconto de duplicatas que vencem daqui a 4 meses no Banco Senagrande no valor de \$10.000. Valor dos juros \$1.000 e valor das tarifas bancárias: \$200.
- 11) Desconto de duplicatas que vencem daqui a 4 meses, em uma *factoring*. Valor das duplicatas: \$10.000. Valor dos juros \$5.000.
- 12) Pagamento de juros de \$2.000 sobre empréstimos de curto prazo.
- 13) Pagamento de juros do mês anterior, no valor de \$3.000 sobre empréstimos de curto prazo.
- 14) Pagamento de empréstimos de curto prazo com juros de \$2.000. Valor do empréstimo - \$10.000.
- 15) Recebimento de aluguéis provisionados no valor de \$4.000
- 16) Recebimento de aluguéis do mês no valor de \$1.500.
- 17) Recebimento de aluguéis dos próximos cinco meses no valor de \$7.500.
- 18) Pagamento em julho dos salários de junho no valor de \$6.000.
- 19) Vendas a prazo no valor de \$8.000.
- 20) Despesas do FGTS do mês no valor de 1.000
- 21) Pagamento de contribuições do FGTS no valor de \$1.000.
- 22) Pagamento do aluguel dos três próximos meses no valor de \$5.000.

- 23) Recebimento por conta de mercadorias vendidas que só serão entregues daqui a cinco meses. Valor \$6.000.
- 24) Compra à vista em junho de material de limpeza que será consumido até o fim do ano seguinte. Valor \$3.000.
- 25) Consumo de materiais de limpeza, adquiridos no mês anterior. Valor do material consumido: \$100.
- 26) Pagamento de uma apólice de seguros, que cobrirá riscos pelos próximos 12 meses. Valor pago \$3.000.
- 27) Saque da conta corrente no valor de \$5.000.
- 28) Compra de um veículo no valor de \$20.000, com um entrada de 20% e o restante em dez parcelas iguais e sucessivas.
- 29) Aumento do capital social com lucros que a empresa acumulou durante anos. Valor \$10.000.
- 30) Aumento do capital social com dinheiro dos sócios no valor de \$20.000
- 31) Doação feita por nossa empresa a uma instituição de caridade no valor de \$2.000.
- 32) Doação de um terreno feita por uma multinacional a nossa empresa no valor de \$50.000
- 33) Transferência de uma dívida de longo prazo para curto prazo no valor de \$5.000.
- 34) Pagamento de uma duplicata com cheque no valor de \$8.000.
- 35) Pagamento de frete sobre compra de mercadorias para revenda. Valor do frete: \$2.000.
- 36) Pagamento de frete sobre mercadorias vendidas. Valor do frete: \$1.600.
- 37) Distribuição (declaração) de dividendos no valor de \$6.000.
- 38) Pagamento de dividendos declarados ou distribuídos no valor de \$6.000.
- 39) Venda de mercadorias com prejuízo de \$10.000. Valor da venda - \$40.000.
- 40) Emissão de debênture acima do valor nominal (acima do par). Valor nominal \$10.000 e valor acima do par - \$2.000).
- 41) Contratação de um empréstimo de \$20.000 por 30 dias, com despesa financeira de \$2.000.
- 42) Repactuação de uma dívida de \$10.000 mais juros de \$4.000.
- 43) Venda de mercadorias com lucro de \$20.000. Valor da venda - \$70.000.
- 44) Recolhido em setembro, o ICMS do mês de agosto, no valor de \$8.000.
- 45) Valor do ICMS destacado das compras de mercadorias para revenda no valor de \$7.000.
- 46) Distribuição de donativos a pessoas carentes do bairro Uba-oba, no valor de \$650.
- 47) Pagamento ao engenheiro mecânico Zé da Onça pelo serviço de manutenção de máquinas e equipamentos, no valor de \$4.000.
- 48) Pagamento dos serviços de pedreiros e serventes pela construção de um galpão que está sendo feito. Valor do pagamento: \$11.000.
- 49) Assaltantes armados levaram \$6.000 de nossa loja.
- 50) A Previdência Social perdoou uma dívida tributária de nossa empresa no valor de \$7.000
- 51) Valor do salário-família de \$900 pago na folha de agosto.
- 52) Pago equipamentos de informática para uso de nossa empresa, com o cheque nº 0083467, emitido contra o Banco do Brasil, no valor de \$13.000.

- 53) Venda de mercadorias por \$10.000, com a emissão de 4 cheques pré-datados de \$2.500 cada um, para 30, 60, 90 e 120 dias.
- 54) Entrega em setembro de mercadorias encomendadas em janeiro de 2014. Valor recebido no momento da encomenda: \$40.000. Fazer a mutação da época do recebimento e a da entrega da mercadoria.
- 55) Custo das mercadorias vendidas (item anterior). Valor \$23.000.
- 56) Encomenda feita por cliente de Teresina, cuja mercadoria só será entregue em fevereiro do próximo ano. O cliente adiantou 40% do valor da encomenda. Valor adiantado: \$16.000.
- 57) Entrega da mercadoria da questão anterior. Fazer as seguintes mutações:
- Entrega da mercadoria. Calcule o valor total da transação.
 - Custo da mercadoria vendida. Valor \$21.000
- 58) Provisionamento da uma despesa do mês em curso no valor de \$6.000.
- 59) Recebido em setembro, aluguel do mês de maio no valor de \$3.000.
- 60) Pago em setembro, juros do mês de maio no valor de \$5.000.

5.6 Exercícios - questões extras

- 01) (FGV/Analista Legislativo/Contabilidade/CM Caruaru/2015) Em 31/12/2013, a Cia. Z adquiriu 60 unidades da boneca baby por R\$ 1.800,00. Na compra, ela incorreu em R\$ 120,00 de frete. Além disso, adquiriu uma nova estante para expor as bonecas por R\$ 240,00, contratou um profissional para elaborar a publicidade das bonecas, cujos honorários foram de R\$ 480,00 e um vitrinista para arrumá-las, com honorários de R\$ 600,00.

Em 10/01/2014, as bonecas baby começaram a ser comercializadas por R\$ 60,00 cada.

Dois terços das bonecas foram vendidos no mês de janeiro. No entanto, em 01/02/2014, uma nova boneca foi introduzida no mercado, de modo que a baby passou a ser vendida por R\$ 35,00. Em fevereiro cinco bonecas baby foram vendidas.

Em 28/02/2014 o estoque total de bonecas baby estava contabilizado a

- R\$ 450,00.
 - R\$ 480,00.
 - R\$ 525,00.
 - R\$ 540,00.
 - R\$ 810,00.
- 02) (FBC/Exame de Suficiência CFC/2016.1) De acordo com a NBC TG 16 (R1) – Estoques, julgue os itens quanto à inclusão no custo dos estoques e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.
- Despesas administrativas que não contribuem para trazer o estoque ao seu local e condição atuais.
 - Despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.
 - O preço de compra, os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis.
 - Os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.
 - Valor anormal de desperdício de materiais, mão-de-obra ou outros insumos de produção.

NÃO estão incluídos no custo dos estoques, porém são reconhecidos no resultado do período os itens:

- II, IV e V, apenas.
- II, III e IV, apenas.

c) I, III e IV, apenas.

d) I, II e V, apenas.

03) (FBC/Exame de Suficiência CFC/2016.1) Uma Sociedade Empresária comercial realizou aquisição de mercadorias para revenda. Em seus registros constam os seguintes dados relacionados aos itens adquiridos:

| Descrição | Valor |
|--|-------------|
| Fretes sobre a compra das mercadorias | R\$400,00 |
| Gastos com divulgação | R\$100,00 |
| Gastos estimados necessários p/ se concretizar a vendas | R\$300,00 |
| Preço de venda | R\$1.600,00 |
| Tributos adicionais decorrentes da aquisição das mercadorias, não recuperáveis e não incluídos no valor de aquisição | R\$200,00 |
| Tributos recuperáveis incluídos no valor de aquisição das mercadorias | R\$170,00 |
| Valor de aquisição das mercadorias | R\$1.000,00 |

De acordo com a NBC TG 16 (R1) – Estoques, o custo de aquisição dessas mercadorias é de:

a) R\$1.300,00.

b) R\$1.430,00.

c) R\$1.530,00.

d) R\$1.600,00.

04) (FBC/Exame de Suficiência CFC/2015.2) Uma Sociedade Empresária importou mercadoria por um valor equivalente a R\$21.400,00. Foram gastos mais R\$2.421,00 com seguro e tarifas aduaneiras. Além dos valores citados, a Sociedade Empresária incorreu nos seguintes tributos, dos quais apenas o Imposto de Importação não é recuperável:

| Tributo | Valor |
|-----------------------|--------------|
| Imposto de Importação | R\$8.337,35 |
| ICMS | R\$7.595,12 |
| PIS | R\$393,05 |
| Cofins | R\$2.048,61 |
| Total dos Tributos | R\$18.374,13 |

Considerando-se os dados informados, o custo de aquisição das mercadorias é igual a:

a) R\$29.737,35.

b) R\$31.416,12.

c) R\$32.158,35.

d) R\$42.195,13.

05) (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.2) Um posto de combustível comercializa, por mês, aproximadamente 100.000 litros de etanol. Em determinado momento, constatou um índice de evaporação de 0,5% desse produto. O Conselho Nacional do Petróleo considera normal um índice de até 0,6% de evaporação.

Segundo a NBC TG 16 (R1) – Estoques, o valor decorrente da evaporação é considerado:

a) um desperdício e não pode ser contabilizado, exceto por determinação judicial.

b) um passivo a ser reembolsado pelo fornecedor, visto que a evaporação é conhecida até pelo Código Tributário Nacional.

c) uma perda de operações descontinuadas, e só pode ser contabilizada no período em que for formalmente confirmada a evaporação, por meio de medição.

d) uma redução no resultado do período, visto que a evaporação é considerada normal e deve ser baixada do estoque periodicamente.

- 06) (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.1) De acordo com as definições constantes na NBC TG 16 (R1) — Estoques, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.
- I) Os estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.
 - II) Valor Realizável Líquido do Estoque é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.
 - III) Valor Justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
 - b) F, V, F.
 - c) V, F, V.
 - d) V, V, V.
- 07) (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2014.2) De acordo com o que estabelece a NBC TG 16 (R1) Estoques, a respeito do custo dos estoques, é **correto** afirmar que:
- a) o custo de aquisição compreende o preço de compra acrescido aos impostos recuperáveis, descontos e abatimentos.
 - b) o custo dos estoques pode ser atribuído pelo uso dos critérios Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair – PEPS, ou Último a Entrar, Primeiro a Sair – UEPS.
 - c) o custo-padrão ou o método de varejo podem ser usados por conveniência se os resultados se aproximarem do custo real.
 - d) o total dos custos fixos indiretos de fabricação deve ser atribuído às unidades produzidas. Em nenhum caso, é admitido o registro de tais custos como despesa do período em que foram incorridos.

- 08) (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.1) Uma sociedade empresária do ramo de agronegócios adquiriu 20 toneladas de soja ao preço total de R\$560.000,00 e incorreu nos seguintes gastos adicionais por tonelada:

- Frete = R\$200,00
- Seguro = R\$46,00

Com base nos dados acima e desconsiderando a incidência tributária, o valor a ser registrado na conta de Estoque é de:

- a) R\$555.080,00.
- b) R\$560.000,00.
- c) R\$564.000,00.
- d) R\$564.920,00.

- 09) (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.1) De acordo com a NBC TG 16 - Estoques, o estoque de mercadorias deverá ser mensurado:

- a) pelo custo de aquisição ou custo corrente de reposição, dos dois o menor.
- b) pelo custo de aquisição ou preço de mercado, dos dois o maior.
- c) pelo custo de aquisição ou valor justo, dos dois o maior.
- d) pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

- 10) (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.2) De acordo com o que estabelece a NBC TG 16 – Estoques, devem ser acrescentados ao custo dos estoques:

- a) insumo de produção desperdiçado em quantidade acima do normal.
- b) imposto de importação pago na aquisição de matéria-prima.
- c) gastos com armazenamento de produtos acabados.

d) frete pago na venda de mercadorias.

11) (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) De acordo com a NBC TG 16 – Estoques, analise os itens abaixo, em relação à apuração do custo de aquisição dos estoques, e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Despesas de comercialização.

II. Impostos de importação.

III. Preço de compra.

IV. Valor anormal de desperdício de materiais.

Integram o custo de aquisição dos estoques apenas o que está apresentado nos itens:

a) II, III e IV.

b) II e III.

c) I, II e III.

d) I e III.

12) (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) Com relação a NBC TG 16 - Estoques, são considerados custo de aquisição dos estoques, **exceto**:

a) o imposto de importação e outros tributos não recuperáveis.

b) os custos de transporte, seguro e manuseio.

c) o preço de compra.

d) os descontos comerciais e os abatimentos.

13) (FGV/Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal/Cuiabá/2016) Uma empresa produz e vende mochilas. Em 01/01/2015 não havia estoque inicial de mochilas.

No mês de janeiro de 2015 a empresa produziu 200 mochilas. Para isso, consumiu R\$ 1.200,00 de matéria prima, pagou os salários dos funcionários diretamente envolvidos na produção no valor de R\$ 2.200,00, incorreu em custos indiretos de fabricação no valor de R\$ 600,00 e depreciou a máquina utilizada no processo em R\$ 200,00.

No processo de transporte para o cliente, acidentalmente, houve a danificação de 20 mochilas, que não poderão ser aproveitadas. As mochilas começaram a ser vendidas no início de fevereiro por R\$ 30,00. Em março, com a volta às aulas, as mochilas passaram a ser vendidas por R\$ 35,00. Já em abril, as vendas diminuíram e as mochilas passaram a ser vendidas por R\$ 22,00.

Assinale a opção que indica o valor contábil unitário da mochila em 30/04/15.

a) R\$ 20,00.

b) R\$ 21,00.

c) R\$ 22,00.

d) R\$ 23,00.

e) R\$ 35,00.

14) (FCC/Técnico em Contabilidade/DPE-RR/2015) Atenção: Para responder à questão, considere as informações abaixo.

Uma empresa adquiriu, durante o ano de 2013, mercadorias para revenda pelo valor total de R\$ 4.000.000,00, sendo que está incluído neste total o valor de R\$ 600.000,00 de impostos que serão compensáveis com os impostos incidentes sobre o valor das vendas efetuadas pela empresa. As mercadorias foram retiradas no depósito do fornecedor e a empresa compradora pagou o frete no valor total de R\$ 100.000,00. Sabe-se que a empresa não tinha estoque no início de 2013 e que vendeu 90% do total das mercadorias adquiridas neste ano pelo valor total de R\$ 6.000.000,00.

No valor total das vendas está incluído o valor de R\$ 900.000,00 de impostos incidentes sobre vendas.

O valor do saldo de estoque remanescente evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 400.000,00.
- b) 410.000,00.
- c) 350.000,00.
- d) 340.000,00.
- e) 330.000,00.

15) (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT18/2013) A Cia. Vende Água adquiriu mercadorias para serem revendidas, à vista, por R\$ 80.000,00.

Neste valor estavam inclusos os tributos recuperáveis de R\$ 13.000,00 e os tributos não recuperáveis de R\$ 8.000,00. Adicionalmente, a Cia. Vende Água pagou seguro no valor de R\$ 6.000,00 referentes à aquisição dessas mercadorias. Com base nestas informações, o valor reconhecido no estoque de mercadorias referente a esta compra foi

- a) R\$ 59.000,00.
- b) R\$ 80.000,00.
- c) R\$ 67.000,00.
- d) R\$ 73.000,00.
- e) R\$ 65.000,00.

16) (FCC/Agente Fiscal de Rendas/SEFAZ-SP/2013) Considere:

- I) O valor anormal de desperdício de materiais, mão de obra ou outros insumos de produção.
- II) Gastos com armazenamento de produtos em fase de processo, aguardando próxima etapa.
- III) Despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.

Deve compor os estoques das empresas o que consta em

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) II e III, apenas.

17) (VUNESP/Auditor Tributário Municipal/Tecnologia da Informação/Pref. SJC-SP/2012) De acordo com o CPC 16 (R1), o custo dos estoques pode não ser recuperável se esses estoques estiverem danificados, se tornarem-se total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. O custo dos estoques pode também não ser recuperável se os custos estimados de acabamento ou os custos estimados a serem incorridos para realizar a venda tiverem aumentado. Diante disso, o procedimento correto do contador será:

- a) obter descontos razoáveis no sentido de minimizar o impacto contábil dos estoques elevados.
- b) contabilizar uma reserva contingencial sob o valor não realizável.
- c) elevar o valor da receita de vendas no sentido de cobrir o acréscimo dos custos.
- d) contabilizar um passivo, no sentido de mitigar o impacto na compra de insumos com valor superior ao do mercado.
- e) contabilizar uma provisão para perdas com os estoques não realizáveis.

18) (FUNCAB/Contador/CRF-RO/2015) De acordo com a NBC TG 16 – Estoques, o valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Na medida em que os prestadores de serviços tenham estoques de serviço sem andamento, eles devem mensurá-los:

- a) incluindo-se as suas margens de lucro.

- b) pelos custos da sua produção.
c) adicionando-se os gastos gerais não atribuíveis.
d) incluindo-se os salários e os outros gastos relacionados com as vendas.
e) incluindo-se os gastos como pessoal geral administrativo.
- 19) (AOCP/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-AC/2015) O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Em relação ao assunto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.
- I) O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.
 - II) O custo de aquisição dos estoques inclui as despesas administrativas mesmo que não contribuam para trazer o estoque ao seu local e condição atuais.
 - III) Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta.
 - IV) Os custos de transformação de estoques compreendem despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.
 - V) Os custos de transformação de estoques incluem o valor anormal de desperdício de materiais, mão de obra ou outros insumos de produção.
- a) Apenas II e III.
b) Apenas I e IV.
c) Apenas II e IV.
d) Apenas I e III.
e) Apenas I e V.
- 20) (CESPE/Analista Judiciário/Contadoria/STJ/2015) Com relação aos critérios de avaliação de ativos de companhias abertas, julgue o item a seguir.
Valores anormais de desperdício de matéria-prima não são considerados custos de estoques e devem ser reconhecidos como despesas do período em que ocorreu o desperdício.
- 21) (CESPE/Contador/MJ/2013) Considerando os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item seguinte.
Os estoques devem ser avaliados pelo seu valor de custo — que inclui todos os custos de aquisição e de transformação, assim como outros gastos realizados para trazer os estoques à sua condição e à sua localização atuais — ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois, o menor.
- 22) (CESPE/Auditor/TCE-ES/2012) De acordo com a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item a seguir.
Na mensuração de estoque, o valor realizável líquido refere-se à quantia pela qual um ativo pode ser trocado entre compradores e vendedores dispostos a isso, conhecedores do negócio e independentes entre si.
- 23) (CESPE/Analista/Finanças e Controle/MPU/2015) Julgue o item que se segue, relativo à contabilização dos itens do ativo e do passivo. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e à sua localização atuais.

24) (CESPE/Analista/Atuarial/MPU/2015) Considerando que a mensuração, o registro e a evidenciação dos fatos contábeis refletem diretamente no patrimônio das empresas, julgue o item subsequente.

Se uma empresa adquirir estoques a prazo em condições normais de crédito, o custo financeiro implícito será registrado como despesa financeira e não como custo de aquisição.

25) (CESPE/Contador/FUB/2015) O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Determinada indústria teve gastos extraordinários de estocagem no valor de R\$ 4.000 e perdas anormais de matérias-primas aplicadas na produção no valor de R\$ 5.000. Nessa situação, o valor de estoque desses produtos será reduzido em R\$ 1.000.

5.7 Gabaritos

Exercícios – questões objetivas

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | A | 06 | B | 11 | D | 16 | D | 21 | D | 26 | A | 31 | E | 36 | B |
| 02 | A | 07 | B | 12 | A | 17 | B | 22 | D | 27 | A | 32 | A | 37 | C |
| 03 | C | 08 | D | 13 | A | 18 | D | 23 | C | 28 | C | 33 | E | 38 | D |
| 04 | B | 09 | D | 14 | D | 19 | A | 24 | B | 29 | D | 34 | A | 39 | A |
| 05 | D | 10 | C | 15 | C | 20 | B | 25 | E | 30 | A | 35 | E | | |

Exercícios – fixação e revisão conceitual

15) A-B-C-B-D-E-E-C-E-B-B-B-B-B-C

16) 4-1-3-2-5

17) D

18) D

Exercícios – conceitos e cálculos

| | | | | | |
|----|---------------------------------|----|---------------|----|-----------|
| 01 | D | 09 | \$381,60/kg | 17 | \$312.500 |
| 02 | E | 10 | \$50.000,00 | 18 | \$15.625 |
| 03 | \$2.860,00 | 11 | \$1.468,55/kg | 19 | \$1.200 |
| 04 | PB = \$1.044,00 e PL = \$684,00 | 12 | \$820,00 | 20 | \$11.000 |
| 05 | Resultado: prejuízo = \$12,00 | 13 | \$814,72 | 21 | \$74.560 |
| 06 | Resultado: lucro = \$100.000 | 14 | \$407,36 | 22 | \$40.000 |
| 07 | \$459.000 | 15 | \$24.689,00 | 23 | |
| 08 | \$975,80/kg | 16 | \$1.000,00 | 24 | |

Exercícios – questões extras

| | | | | | |
|----|---|----|---|----|--------|
| 01 | B | 10 | B | 19 | D |
| 02 | D | 11 | B | 20 | Certo |
| 03 | B | 12 | D | 21 | Certo |
| 04 | C | 13 | B | 22 | Errado |
| 05 | D | 14 | C | 23 | Certo |
| 06 | D | 15 | D | 24 | Errado |
| 07 | C | 16 | B | 25 | Errado |
| 08 | D | 17 | E | | |
| 09 | D | 18 | B | | |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC T SP – Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 4 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 15 ago.2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LOMBARDI JUNIOR, Roberto. Principais fatores causadores da mortalidade precoce das micros e pequenas empresas no Brasil. In: Sebrae, 2004.

MONTOTO, Eugênio. Contabilidade geral esquematizado. In: Pedro Lenza (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). Conhecendo as MPEs. Disponível em: <<http://www.sebrasp.com.br/conhecendo/mpe/mpenumero/pequenaempresa>>. Acesso em 10 ago.2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). Dez anos de monitoramento da sobrevivência das empresas. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br>>. Acesso em: 10 ago.2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil 2000-2002. Brasília: Sebrae, 2004.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. Contabilidade básica. 18.ed. rev.e atual. São Paulo: Saraiva, 2018

APÊNDICE A - Estudo de caso 1 – custo original

Dados para transação interna estadual à vista e a prazo

(de indústria para empresa comercial)

A Indústria de Calçados Quiteriense Ltda., de Santa Quitéria-CE vendeu 4.000 pares de sapatos “Calce Bem” para adultos à Comercial Fortalezaense de Calçados Ltda., conforme as seguintes especificações:

- a) preço de venda à vista de um par de sapatos: \$50,00 sem IPI, que é da ordem de 20%;
- b) a indústria promove a venda de seus produtos, conforme a seguinte tomada de decisão de seus gestores: desconto no ato da transação de:
 - b1) 20%, se a venda for à vista; e
 - b2) 10%, se venda a prazo até 90 dias, sobre o preço de venda à vista;
- c) os juros financeiros sobre as transações de vendas a prazo é da ordem de 20% ao trimestre;
- d) os tributos incidentes nessa transação de vendas são
 - d1) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): 20%
 - d2) Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), do estado do Ceará: 18%;
 - d3) Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
 - d4) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins): 7,6%.
- e) A Comercial Fortalezaense comprou os produtos para pagamento em 90 dias e, até que os recebesse em seu depósito, teve que desembolsar ou assumir os seguintes gastos adicionais:
 - e1) frete no valor de \$8.000,00;
 - e2) seguros no valor de \$2.000,00;
- f) decorrida uma semana, a Comercial Fortalezaense impetrou uma reclamação a respeito de 500 pares de sapatos que vieram fora das especificações do pedido de compra; e por conta disso, a vendedora lhe concedeu um abatimento de \$10.000,00;
- g) posteriormente, a Comercial Fortalezaense observou que 400 pares de sapatos apresentavam falhas graves e, decididamente, providenciou a respectiva devolução.

Pergunta:

- a) qual o custo de compra de um par de sapatos “Calce Bem”?
- b) que valores serão levados ao balanço patrimonial, considerando apenas essa transação?

Desenvolva este estudo de caso, nas seguintes condições:

- I. transação à vista (sem juros):
 - a) qual o custo de compra: total e unitário?;
 - b) quanto a Comercial Fortalezaense desembolsou nessa transação?;
 - c) quanto a Comercial Fortalezaense embolsou, considerando o abatimento e a devolução de compra?;
 - d) que valores serão levados ao patrimônio, considerando apenas essa transação?
- II. transação a prazo (com juros)
 - a) qual o custo de compra?;
 - b) quanto a Comercial Fortalezaense deverá desembolsar nessa transação?;
 - c) que valores serão levados ao patrimônio, considerando apenas essa transação?

Solução I – Apêndice A) Transação interna estadual de **compras à vista (de indústria para empresa comercial)**).

| | | |
|---------------------------|----------|--|
| NF NO = V.V. | | |
| INDÚSTRIA DE CALÇADOS | | |
| SANTA QUITÉRIA-CE | | |
| 4.000 pares x \$50 | 200.000 | Cálculo dos tributos na empresa |
| (-) Desc. incond. 20% | (40.000) | Compradora: Comercial Fortalezense |
| (=) Vr. mercadorias | 160.000 | ICMS: 18% = 30.600 |
| (+) IPI ¹³ 20% | 34.000 | PIS: 1,65% = 3.201 |
| (=) VTN | 194.000 | Cofins: 7,6% = 14.744 |
| Frete: \$8.000,00 | | Total - - - - - 48.545 |
| Seguro: \$2.000,00 | | |
| | | A real base de cálculo dos tributos (IPI e ICMS) arcados pelo comprador será: 160.000 + 8.000 + 2.000 = \$170.000 |
| | | Como a Comercial Fortalezense não recupera o IPI então este integra a base de cálculo do PIS e da Cofins, neste exemplo: \$194.000 |
| | | Com base nos incisos I e II do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003. |

Legenda

| | |
|----------------------------|----------------------------------|
| DVC = devolução de compras | VV = venda à vista |
| NF = nota fiscal | VP = venda a prazo |
| NO = natureza da operação | VTN = valor total da nota fiscal |

Ainda sobre o IPI e ICMS

Saídas para consumo

Nas saídas (operações de vendas) para uso e consumo, o valor do ICMS incidirá sobre o valor total da nota fiscal, incluindo o montante do IPI. Essa previsão está contida no art. 155, **§ 2º, item XI, da Constituição Federal de 1988**, transcrito a seguir.

Art. 155. “Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

- I.
- II. Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.”

§ 2º. “O imposto previsto no inciso II atenderá o seguinte:

XI. **Não compreenderá em sua base de cálculo** o montante do IPI, quando a operação realizada entre contribuintes e relativa **a produtos destinados à industrialização ou à comercialização**, configure o fato gerador dos dois tributos.”

¹³ Em 4 de setembro de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário nº 567.935 proferiu decisão declarando que o valor dos descontos incondicionais não integra a base de cálculo do IPI. Declarou ser inconstitucional o § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/64, com redação dada pelo art. 15 da Lei nº 7.798/89, no tocante à inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do IPI. A partir da referida declaração de inconstitucionalidade, a base de cálculo do IPI deve excluir os descontos incondicionais.

Devolução de compras

Desconsiderar frete e seguro da devolução.

| | | |
|------------------------|---------|---|
| NF NO = DVC | | |
| COMERCIAL FORTALEZENSE | | |
| FORTALEZA-CE | | |
| 400 pares x \$50 | 20.000 | |
| (-) Desc. incond. 20% | (4.000) | |
| (=) Vr. mercadorias | 16.000 | <div> <div>ICMS 18% = 2.880</div> <div>PIS 1,65% = 317</div> <div>Cofins 7,6% = 1.459</div> <div>Total ----- 4.656</div> </div> |
| (+) IPI 20% | 3.200 | |
| (=) VTN | 19.200 | Base de cálculo do IPI e ICMS: \$16.000 Base de cálculo do PIS e Cofins: \$19.200 |

| Resumo dos tributos recuperáveis | |
|--|---------------|
| Tributos com base nos dados da transação | 48.545 |
| (-) Tributos na devolução ----- | (4.656) |
| Total ----- | 43.889 |

a) Custo total da transação

$$CC = VDC + DA - (TR + ASC + DVC)$$

$$CC = 194.000 + 10.000 - (43.889 + 10.000 + 19.200) = \mathbf{130.911}$$

Custo de compra unitário: \$130.911 / 3.600 pares de sapatos = \$36,36

b) Valor desembolsado pelo comprador: (\$194.000 + \$8.000 + \$2.000) = \$204.000

c) Valor embolsado com o abatimento sobre compras mais devolução de compras:
 (\$10.000 + \$19.200) = \$29.200

d) Representação da transação no patrimônio

| Balanço patrimonial | |
|-----------------------------|---------|
| Bens | |
| Mercadorias ----- | 130.911 |
| Direitos | |
| Tributos recuperáveis ----- | 43.889 |
| Total ----- | 174.800 |

Observe que esse total de ativos se iguala ao fluxo de saída de caixa (204.000 – (10.000 + 19.200)). Portanto, trata-se de um fato contábil permutativo, que será estudado mais adiante.

Solução II – Apêndice A) Transação interna estadual de **compras a prazo** (com juros).

| | | |
|-----------------------|----------|---|
| NF NO = V.P. | | |
| INDÚSTRIA DE CALÇADOS | | |
| SANTA QUITÉRIA-CE | | |
| 4.000 pares x 60 | 240.000 | Cálculo dos tributos na empresa Compradora: Comercial Fortalezense ICMS 18% = 41.400 PIS 1,65% = 4.389 Cofins 7,6% = 20.216 Total - - - - - 66.005 |
| (-) Desc. incond. 10% | (20.000) | |
| (=) Vr. mercadorias | 220.000 | |
| (+) IPI 20% | 46.000 | |
| (=) VTN | 266.000 | |
| Frete: R\$ 8.000,00 | | A real base de cálculo dos tributos (IPI e ICMS) arcados pelo comprador será: 220.000 + 8.000 + 2.000 = \$230.000 |
| Seguro: R\$ 2.000,00 | | |
| | | Como a Comercial Fortalezense não recupera o IPI então este integra a base de cálculo do PIS e da Cofins, neste exemplo: \$266.000 Com base nos incisos I e II do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003. |

Devolução de compras

Desconsiderar frete e seguro da devolução.

| | | |
|------------------------|---------|---|
| NF NO = DVC | | |
| COMERCIAL FORTALEZENSE | | |
| FORTALEZA-CE | | |
| 400 pares x 60 | 24.000 | ICMS 18% = 3.960 PIS 1,65% = 436 Cofins 7,6% = 2.006 Total - - - - - 6.402 |
| (-) Desc.incond.10% | (2.000) | |
| (=) Vr. Mercadorias | 22.000 | |
| (+) IPI 20% | 4.400 | |
| (=) VTN | 26.400 | |
| | | Base de cálculo do IPI e ICMS: \$22.000 Base de cálculo do PIS e Cofins: 26.400 |

| Tributos recuperáveis | |
|--|---------------|
| Tributos com base nos dados da transação | 66.005 |
| (-) Tributos na devolução - - - - - | (6.402) |
| (=) Tributos recuperáveis - - - - - | 59.603 |

| Juros da transação a prazo | |
|---|---------------|
| Juros da transação de compra - - - - - | 40.000 |
| (-) Juros da devolução - - - - - | (4.000) |
| (=) Juros efetivos da transação - - - - - | 36.000 |

a) qual o custo de compra?;

$$CC = VDC + DA - (TR + ASC + DVC + JE)$$

$$CC = 266.000 + 10.000 - (59.603 + 10.000 + 26.400 + 36.000) = \mathbf{\$143.997}$$

$$\text{Custo unitário de compras: } \$143.997 / 3.600 = \$39,99$$

b) quanto a Comercial Fortalezense deverá desembolsar efetivamente nessa transação?;

$$\$266.000 + 8.000 + 2.000 - (10.000 + 26.400) = \$239.600$$

c) que valores serão levados ao patrimônio, considerando apenas essa transação?

| Balanço patrimonial | |
|--|-----------------------------------|
| Bens | Obrigações |
| Mercadorias - - - - - 143.997 | Fornecedores - - - - - 239.600 |
| | (-) Juros a apropriar - (36.000) |
| Direitos | |
| Tributos recuperáveis - - - - - 59.603 | |
| | |
| Total - - - - - 203.600 | Total - - - - - -203.600 |

$$266.000 + 10.000 - (10.000 + 26.400) = 239.600 \text{ (item b) acima.}$$

APÊNDICE B - Estudo de caso 2 – custo original

Dados para transação interna estadual à vista e a prazo (de indústria para indústria)

A Indústria de Calçados Quiteriense Ltda., de Santa Quitéria-CE comprou 4.000kg de couro curtido da Indústria Grandes Curtumes Sobralenses SA, conforme as seguintes especificações:

- a) preço de venda à vista de um quilo de couro curtido: \$30,00 sem IPI, que é da ordem de 20%;
- b) a Indústria Grandes Curtumes promove a venda de seus produtos, conforme a seguinte tomada de decisão de seus gestores: desconto no ato da transação de:
 - b1) 20%, se a venda for à vista; e
 - b2) 10%, se venda a prazo até 90 dias, sobre o preço de venda à vista;
- c) os juros financeiros sobre as transações de vendas a prazo é da ordem de 20% ao trimestre;
- d) os tributos incidentes nessa transação de vendas são
 - d1) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): 20%
 - d2) Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), do estado do Ceará: 18%;
 - d3) Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
 - d4) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins): 7,6%.
- e) A Indústria Quiteriense comprou os produtos para pagamento em 90 dias e, até que os recebesse em seu depósito, teve que desembolsar ou assumir os seguintes gastos adicionais:
 - e1) frete no valor de \$8.000,00;
 - e2) seguros no valor de \$2.000,00;
- f) decorrida uma semana, a Indústria Quiteriense impetrou uma reclamação a respeito de 500kg de couro que vieram fora das especificações do pedido de compra; e por conta disso, a vendedora lhe concedeu um abatimento de \$10.000,00;
- g) posteriormente, a Indústria Quiteriense observou que 400kg de couro apresentavam falhas graves de curtimento e, decididamente, providenciou a respectiva devolução.

Pergunta:

- a) qual o custo de compra de um quilo de couro curtido?;
- b) que valores serão levados ao balanço patrimonial, considerando apenas essa transação?

Desenvolva este estudo de caso, nas seguintes condições:

- I. transação à vista (sem juros):
 - a) qual o custo de compra: total e unitário?;
 - b) quanto a Indústria Quiteriense desembolsou nessa transação?;
 - c) quanto a Indústria Quiteriense embolsou, considerando o abatimento e a devolução de compra?;
 - d) que valores serão levados ao patrimônio da Indústria Quiteriense, considerando apenas essa transação?
- II. transação a prazo (com juros)
 - a) qual o custo de compra?;
 - b) quanto a Indústria Quiteriense deverá desembolsar nessa transação?;
 - c) que valores serão levados ao patrimônio, considerando apenas essa transação?

ANEXO A - Tabela ICMS 2018

O ICMS é o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transportes Interurbanos ou Interestaduais. Ele é um imposto de âmbito estadual e por isso somente os governos das unidades federativas do Brasil e do Distrito Federal podem instituí-lo. Por isso, é importante manter em mãos a Tabela ICMS 2018, atualizada.

Todas as etapas logísticas de circulação das mercadorias e prestação de serviços estão sujeitas ao ICMS, portanto é sempre necessária a emissão da nota fiscal. Aliás, este imposto é tão vital na economia que a maioria dos estados o mantém como sua principal fonte de recursos financeiros para giro de capital. Todo estado cria sua própria alíquota de ICMS seguido por uma tabela.

A circulação de mercadorias e serviços interestaduais faz com que o ICMS incida sobre uma alíquota pertencente a cada Estado. Dessa forma, saber como usar a tabela é fundamental a todos os profissionais do mercado e empresas. Confira a Tabela ICMS para 2018:

- **Passo 1:** consulte a localização da Origem do **Estado remetente**
- **Passo 2:** localize, na coluna Destino, o estado que deseja localizar o **Estado destinatário**
- **Passo 3:** na intersecção das duas linhas (tanto origem quanto destino) você obterá a alíquota aplicada na operação. Na transversal, é possível visualizar a alíquota aplicada internamente dentro de cada Estado.

Como as alíquotas variam de Estado para Estado e a legislação sempre avança, recomendamos que você faça uma consulta rápida no portal do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para sempre validar esta informação. Lá, é possível revisar o ICMS de cada tipo de mercadoria.

Cada Unidade Federativa do país possui a sua própria tabela interna para a circulação de produtos e serviços nas operações interestaduais. Confira os valores no seguinte quadro:

Nova forma de recolhimento do ICMS interestadual

O recolhimento do ICMS interestadual nas operações relativas aos consumidores finais e contribuintes que fazem operações de venda de mercadorias para outros estados recebeu em 2015 uma nova sistemática por meio da Emenda Constitucional 87/2015 que alterou os incisos VII e VIII do § 2º do Artigo 155., da Constituição Federal. A regra começou a partir do dia 31 de março de 2016 e será aplicada gradativamente todos os anos.

A partir desta mudança, agora é necessário realizar um recolhimento de um diferencial de alíquota entre a alíquota estadual (que pode ser 4%, 7% ou 12%) em comparação com a alíquota interna do Estado de destino.

As responsabilidades pelo recolhimento deste imposto estão atribuídas assim:

- **Destinatário:** quando ele for o contribuinte do imposto

- **Remetente:** quando o destinatário não for contribuinte do imposto

| Ano | Estado de Origem | Estado de Destino |
|-----------------------|------------------|-------------------|
| 2015* | 80% | 20% |
| 2016 | 60% | 40% |
| 2017 | 40% | 60% |
| 2018 | 20% | 80% |
| 2019 em diante | – | 100% |

Não se esqueça de salvar esta página nos seus Favoritos para sempre ter a Tabela ICMS 2018 atualizada à mão quando precisar! Em 2015 a aplicação do percentual foi inócua, já que a emenda só produziu efeitos a partir do ano seguinte e após 90 dias (31 de março de 2016)

| O R I G E M | DESTINO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|---------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|------|----|----|----|----|----|
| | AC | AL | AM | AP | BA | CE | DF | ES | GO | MA | MT | MS | MG | PA | PB | PR | PE | PI | RN | RS | RJ | RO | RR | SC | SP | SE | TO | EX |
| | AC | 17 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | AL | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | AM | 12 | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | AP | 12 | 12 | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | BA | 12 | 12 | 12 | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | CE | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | DF | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | ES | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 17 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | GO | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 17 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | MA | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | MT | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 17 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | MS | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 17 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | MG | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 18 | 7 | 7 | 12 | 7 | 7 | 7 | 12 | 12 | 7 | 7 | 12 | 12 | 7 | 4 |
| | PA | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 17 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | PB | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | PR | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 12 | 7 | 7 | 18 | 7 | 7 | 7 | 12 | 12 | 7 | 7 | 12 | 12 | 7 | 4 |
| | PE | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | PI | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | RN | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 18 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | RS | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 12 | 7 | 7 | 12 | 7 | 7 | 7 | 18 | 12 | 7 | 7 | 12 | 12 | 7 | 4 |
| | RJ | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 12 | 7 | 7 | 12 | 7 | 7 | 7 | 12 | 20 | 7 | 7 | 12 | 12 | 7 | 4 |
| | RO | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 17,5 | 12 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | RR | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 17 | 12 | 12 | 12 | 4 |
| | SC | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 12 | 7 | 7 | 12 | 7 | 7 | 7 | 12 | 12 | 7 | 7 | 17 | 12 | 7 | 4 |
| | SP | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 12 | 7 | 7 | 12 | 7 | 7 | 7 | 12 | 12 | 7 | 7 | 12 | 18 | 7 | 4 |
| | SE | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 18 | 4 |
| TO | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 18 | 4 |
| EX | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | |

ANEXO B - Comissão de Valores Mobiliários

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma entidade autárquica, em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, com a finalidade de disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários.

É um órgão governamental (autarquia) que tem a função de fiscalizar as atividades do mercado de valores mobiliários.

Sem o devido registro na CVM, nenhuma emissão pública de valores mobiliários pode ser distribuída no mercado.

De acordo com a lei, a expressão “valor mobiliário” se refere a quaisquer títulos ou contratos de investimento coletivo ofertados publicamente, que gerem direito de participação, de

parceria ou de remuneração, inclusive resultante da prestação de serviço, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros.

Valores mobiliários são documentos ou papéis emitidos por entidades públicas ou privadas, compostos por um conjunto de direitos e deveres aos titulares e que podem ser comprados e vendidos no mercado.

Para os investidores os valores mobiliários são uma forma de aplicação de recursos que possuem muitos riscos, como também grandes potencialidades de rentabilidade.

Para as entidades emitentes dos papéis, o valores mobiliários são uma forma de financiamento ou captação de recursos.

A Lei nº 6385 define como valores mobiliários:

- a) ações, debêntures e bônus de subscrição; ([Redação dada pela Lei nº 10.303/01](#))
- b) cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários, referidos no inciso II (a negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários); ([Redação dada pela Lei nº 10.303/01](#))
- c) os certificados de depósitos de valores mobiliários; ([Redação dada pela Lei nº 10.303/01](#))
- d) as cédulas de debêntures; ([Inciso incluído pela Lei nº 10.303/01](#))
- e) as cotas de fundos de investimentos em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos; ([Inciso incluído pela Lei nº 10.303/01](#))
- f) as notas comerciais; ([Inciso incluído pela Lei nº 10.303/01](#))
- g) os contratos de futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários; ([Inciso incluído pela Lei nº 10.303/01](#))
- h) outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes. ([Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001](#))
- i) Quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros. ([Inciso incluído pela Lei nº 10.303/01](#))

§ 1º Excluem-se do regime desta Lei: ([Redação dada pela Lei nº 10.303/01](#)) ([Vide art. 1º da Lei nº 10.198/01](#))

I - os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal; ([Redação dada pela Lei nº 10.303/01](#))

II - os títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira, exceto as debêntures. ([Redação dada pela Lei nº 10.303/01](#))

A definição de valores mobiliários começou limitada aos títulos emitidos pelas companhias abertas, Posteriormente, foi modificada para abranger outros investimentos coletivos não necessariamente vinculados às sociedades anônimas.

O mercado de valores mobiliários brasileiro negocia, predominantemente, ações, debêntures e cotas de fundos de investimentos.

ANEXO C – Normas brasileiras de contabilidade (NBC)

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) constituem-se num conjunto de regras e procedimentos de conduta que devem ser observados como requisitos para o exercício da profissão contábil, bem como os conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados na realização dos trabalhos previstos nas normas aprovadas por resolução emitidas pelo CFC.

As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em **Profissionais e Técnicas**.

As Normas Brasileiras de Contabilidade, sejam elas Profissionais ou Técnicas, estabelecem preceitos de conduta profissional e padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional.

Estrutura

As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais se estruturam conforme segue:

I - Geral - NBC PG - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas indistintamente a todos os profissionais de Contabilidade;

II - do Auditor Independente - NBC PA - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas, especificamente, aos contadores que atuam como auditores independentes;

III - do Auditor Interno - NBC PI - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como auditores internos;

IV - do Perito - NBC PP - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como peritos contábeis.

A estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade foi definida através da [Resolução CFC 1.328/2011](#)

As **Normas Profissionais** estabelecem regras de exercício profissional e classificam-se em:

- [NBC PG – Geral](#)
- [NBC PA – do Auditor Independente](#)
- [NBC PP - do Perito Contábil](#)

As **Normas Técnicas** estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade e classificam-se em:

NBC TG – Geral

- [Normas Completas](#)
- [Normas Simplificadas para PMEs](#)
- [Normas Específicas](#)
- [NBC TSP – do Setor Público](#)
- [NBC TA – de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica](#)
- [NBC TR – de Revisão de Informação Contábil Histórica](#)
- [NBC TO – de Asseguração de Informação Não Histórica](#)
- [NBC TSC – de Serviço Correlato](#)
- [NBC TI – de Auditoria Interna](#)
- [NBC TP – de Perícia](#)

As **Revisões NBC** - alteram a redação de Normas:

- [Revisão 001/2018](#)
- [Revisão 002/2018](#)

Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais

As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais se estruturam conforme segue:

I - Geral - NBC PG - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas indistintamente a todos os profissionais de Contabilidade;

II - do Auditor Independente - NBC PA - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas, especificamente, aos contadores que atuam como auditores independentes;

III - do Auditor Interno - NBC PI - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como auditores internos;

IV - do Perito - NBC PP - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como peritos contábeis.

Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas se estruturam conforme segue:

I - Geral - NBC TG - são as Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb); e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

As NBC TG são segregadas em:

a) normas completas que compreendem as normas editadas pelo CFC a partir dos documentos emitidos pelo CPC que estão convergentes com as normas do Iasb, numeradas de 00 a 999;

b) normas simplificadas para PMEs que compreendem a norma de PME editada pelo CFC a partir do documento emitido pelo Iasb, bem como as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre o assunto, numerados de 1000 a 1999;

c) normas específicas que compreendem as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre entidades, atividades e assuntos específicos, numerados de 2000 a 2999.

II - do Setor Público - NBC TSP - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, emitidas pela International Federation of Accountants (Ifac); e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

III - de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica - NBC TA - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente emitidas pela Ifac;

IV - de Revisão de Informação Contábil Histórica - NBC TR - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Revisão convergentes com as Normas Internacionais de Revisão emitidas pela Ifac;

V - de Asseguração de Informação Não Histórica - NBC TO - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Asseguração convergentes com as Normas Internacionais de Asseguração emitidas pela Ifac;

VI - de Serviço Correlato - NBC TSC - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas aos Serviços Correlatos convergentes com as Normas Internacionais para Serviços Correlatos emitidas pela IFAC;

VII - de Auditoria Interna - NBC TI - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Auditoria Interna;

VIII - de Perícia - NBC TP - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Perícia;

IX - de Auditoria Governamental - NBC TAG - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria Governamental convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Governamental emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).

Interpretação Técnica e Comunicado Técnico

A Interpretação Técnica tem por objetivo esclarecer a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, definindo regras e procedimentos a serem aplicados em situações, transações ou atividades específicas, sem alterar a substância dessas normas.

O Comunicado Técnico tem por objetivo esclarecer assuntos de natureza contábil, com a definição de procedimentos a serem observados, considerando os interesses da profissão e as demandas da sociedade.

Inobservância

A inobservância às Normas Brasileiras de Contabilidade constitui infração disciplinar sujeita às penalidades previstas nas alíneas de "c" a "g" do art. 27 do [Decreto-Lei nº 9.295/46](#), alterado pela [Lei nº 12.249/10](#), e ao [Código de Ética Profissional do Contador](#).

Leia as seguintes nomenclaturas:

a) NBC TG 26 (R4)

O significado de [NBC TG \(Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais\)](#). Mas o que é esse R4 no final?

O R significa Revisão e o número a quantidade de revisões feitas, por exemplo esta norma está na sua 4ª revisão.